

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS – NÍVEL: MESTRADO

VINICIUS RAJÃO DA FONSECA

**PROPOSTAS DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO: O NÚCLEO COLONIAL
DE TERENOS**

Marechal Cândido Rondon

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS – NÍVEL: MESTRADO

VINICIUS RAJÃO DA FONSECA

**PROPOSTAS DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO: O NÚCLEO COLONIAL
DE TERENOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História. Linha de Pesquisa: Práticas Culturais e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nestor Stein.

Marechal Cândido Rondon

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

F676p Fonseca, Vinicius Rajão da
Propostas de colonização em Mato Grosso: o Núcleo Colonial de Terenos / Vinicius Rajão da Fonseca. - Marechal Cândido Rondon, 2015.
174 p.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nestor Stein

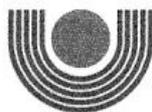
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Mato Grosso - História. 2. Terenos (MS) - Colonização. 3. Colônias agrícolas - Terenos (MS). I. Stein, Marcos Nestor. II. Título.

CDD 22.ed. 981.72

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2015, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos reuniu-se à banca examinadora composta pelos professores Dr. Marcos Nestor Stein (orientador) (UNIOESTE), João Klug (UFSC) e Dr^a Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho "Propostas de Colonização em Mato Grosso: O Núcleo Colonial de Terenos", apresentado pelo pós-graduando **Vinicius Rajão da Fonseca** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Marcos Nestor Stein, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 27 de março de 2015.

Marcos Nestor Stein
Orientador

João Klug
Membro

Yonissa Marmitt Wadi
Membro

Vinicius Rajão da Fonseca
Pós-Graduando



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE**

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "*Propostas de Colonização em Mato Grosso: O Núcleo Colonial de Terenos*".

Nome do concluinte: **Vinicius Rajão da Fonseca**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr^a. Marcos Nestor Stein (Orientador) (UNIOESTE);

Prof. Dr. João Klug (UFSC);

Prof^a Dr^a Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE).

Parecer:

<p>O trabalho contempla os requisitos de uma dissertação de mestrado em História. A banca destacou a qualidade e a originalidade da pesquisa, bem como a sua contribuição para a historiografia regional.</p>

Marechal Cândido Rondon, 27 de março de 2015.

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais, Milton e Tânia e à minha esposa Bruna.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido à ajuda e contribuição de diversas pessoas. Primeiramente agradeço ao Prof. Dr. Marcos Nestor Stein por ter aceitado orientar o meu trabalho e pela colaboração durante as aulas e a pesquisa, além de paciência e compreensão pela distância geográfica.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE pelo enriquecimento intelectual e profissional proporcionado durante as aulas. Em especial, ao Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva e a Prof. Dr. Yonissa Marmitt Wadi pelas importantes considerações sobre a pesquisa no exame de qualificação.

Também agradeço ao Prof. Dr. Davi Félix Schreiner e a Prof. Dr. Ivonete Pereira pelas ideias e sugestões durante as aulas de Seminários de Pesquisa. À secretária do programa de pós-graduação, Iraci, em resolver os problemas burocráticos e pela ajuda em relação a minha distância.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) pelas dicas quando da elaboração desse projeto de pesquisa.

Expresso meu agradecimento também a todas as instituições as quais me forneceram documentação para este trabalho. Em especial, o Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e sua diretora Leoneida, por toda a atenção dispensada durante os mais de três anos que realizei pesquisas na instituição, desde a época da graduação. Ao Arquivo Histórico José Ferreira da Silva em Blumenau, Santa Catarina, que gentilmente digitalizou documentos importantes para este trabalho.

Aos colegas de curso, em especial ao Ricardo Callegari pela estadia proporcionada em Marechal Cândido Rondon, pelas dicas da cidade, da UNIOESTE e pelos momentos que compartilhamos nessa caminhada de um ano durante o cumprimento das disciplinas.

Aos colegas e amigos do Colégio Adventista Campo-Grandense (CAC) pelo entendimento ao meu distanciamento nesse período de formação profissional, pela ausência em atividades e reuniões e pelo suporte dado durante esse tempo.

Por último, porém, não menos importante, agradeço a toda minha família que de alguma forma ajudou nessa caminhada de momentos difíceis. Aos meus pais pela força e entusiasmo, irmãos, avó, Maísa e Sérgio. À minha tia Marna (in memoriam), professora e, que de certa forma, foi um espelho para que eu seguisse nessa profissão. À Bruna, minha companheira há sete anos, pelo incentivo de sempre, pelas leituras do texto, pelo amor e compreensão as minhas ausências nesses dois anos, principalmente nos períodos de viagens.

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

Propostas de colonização em Mato Grosso: o núcleo colonial de Terenos.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as propostas e os discursos sob os quais se constituiu a ideia da necessidade de instalação de colônias agrícolas no estado de Mato Grosso, entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX. Nosso ponto de chegada é a colônia agrícola de Terenos, localizada no município de Campo Grande. A formação da colônia se deu a partir de 1920, após um contrato firmado entre o governo do Estado e a Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker & Companhia. A Cia. ficou responsável por colonizar uma área total de 500.000 hectares de terra, além de introduzir preferencialmente colonos europeus. Após um desacordo que gerou o rompimento do contrato entre o poder público e a colonizadora particular, o estado de Mato Grosso e a intendência de Campo Grande assumiram a administração do núcleo colonial. O foco da análise são os argumentos que caracterizam o Mato Grosso como território em que - predominaria os “vazios demográficos”, “falta de mão de obra”, “baixa produção agrícolas”- usado pelo poder público para legitimar o discurso da colonização. A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, é apresentado o processo de configuração da fronteira sul de Mato Grosso no pós-guerra do Paraguai, demonstrando como foi pensado um plano de fortalecimento da fronteira e integração do estado mato-grossense ao restante da nação nas primeiras décadas do regime republicano. No segundo capítulo, são abordadas as primeiras leis de imigração/ colonização de Mato Grosso e a construção do discurso da necessidade de formação de núcleos coloniais agrícolas no estado. O terceiro e último capítulo historiciza o processo de instalação da colônia agrícola de Terenos, analisando seu plano de colonização, sua estruturação, formas de captação de colonos e produção agrícola durante a administração particular a pública.

Palavras-chave: Mato Grosso; colonização; colônia de Terenos.

ABSTRACT

Proposals colonization in Mato Grosso: the colonial core Terenos.

This research aims to analyze the speeches that constituted the idea of the needs for installation of agricultural colonies in the state of Mato Grosso, between the final decades of the nineteenth century and early twentieth centuries. Our final point is the agricultural colony of Terenos, located in Campo Grande. The formation of the colony took place in 1920, after a contract between the state government and the Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker & Companhia. That company was responsible for colonizing a total area of 500,000 hectares of land, and introduced preferably European settlers. After a disagreement that led into the breaking of the contract between the government and the private colonization, the state of Mato Grosso and the stewardship of Campo Grande took over the running of the colonial core. The focus of the analysis are the arguments that characterize Mato Grosso as territory in which - predominate the "demographic gaps", "lack of manpower", "agricultural production low" - used by the government to legitimize the discourse of colonization. The dissertation is divided into three chapters. At first, the configuration process of the border south of Mato Grosso after Guerra do Paraguai, demonstrating how was thought a border strengthening plan and integration of Mato Grosso state to the rest of the nation in the early decades of the republican regime. The second chapter deals with the first laws of immigration / colonization of Mato Grosso and the construction of the discourse of the needs to form agricultural colonial settlements in the state. The third and final chapter, historicizes the installation process of the agricultural colony of Terenos, analyzing their colonization plan, its structure, ways of attracting settlers and agricultural production during the particular public administration.

Keywords: Mato Grosso; colonization; Terenos colony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da cidade de Terenos – MS.....	14
Figura 2 – Vias de comunicação da bacia platina.....	24
Figura 3 – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil após a mudança do trajeto Bauru – Porto Esperança.....	31
Figura 4 – Linhas telegráficas – Comissão Rondon.....	34
Figura 5 – Área da Companhia Mate Laranjeira no final do século XIX.....	38
Figura 6 – Territórios Federais.....	50
Figura 7 – Gráfico das nacionalidades dos colonos que chegaram em Terenos entre 1924 e 1925.....	117
Figura 8 – Número de famílias na colônia de Terenos em 1926.....	117
Figura 9 – Profissões dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924 e 1925.....	118
Figura 10 – Gráfico da escolaridade dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924 e 192.....	120
Figura 11 – Gráfico das religiões dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924 e 1925.....	120
Figura 12 – Planta demonstrativa da colônia de Terenos.....	124
Figura 13 – Lista da relação de ferramentas da sede da colônia disponíveis para empréstimos aos colonos.....	125
Figura 14 – Lista da relação de animais da sede da colônia disponíveis para empréstimos aos colonos.....	125
Figura 15 – Lista da relação de sementes, plantas e inseticidas distribuídos aos colonos pela administração da colônia.....	126
Figura 16 – Lista dos alimentos fornecidos aos colonos antes da primeira colheita.....	126
Figura 17 – Lista dos auxílios fornecidos aos colonos pela administração da colônia entre 1924 e 1925.....	127
Figura 18 – Fotografia da Feira Livre Central de Campo Grande – década de 1920.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de títulos de terras expedido pelo estado de Mato Grosso entre os anos de 1902 e 1929.....	40
Tabela 2 – Rebanho de Mato Grosso no ano de 1939.....	55
Tabela 3 – Produção agrícola do estado de Mato Grosso em comparação com os principais estados produtores do Brasil em 1920.....	57
Tabela 4 – Comparação entre os maiores e menores estados em relação ao número de estabelecimentos agropecuários em 1920.....	58
Tabela 5 – Estabelecimentos agropecuários e industriais do estado de Mato Grosso entre 1920 e 1940.....	59
Tabela 6 – Produção agrícola do estado de Mato Grosso no ano de 1939.....	59
Tabela 7 – População e densidade demográfica do estado de Mato Grosso entre os anos de 1872 e 1950.....	91
Tabela 8 – Número de colonos durante a administração da colônia de Terenos pela Companhia Henrique Hacker.....	112
Tabela 9 – Gastos/empréstimos que a administração da colônia realizou entre os anos de 1924 e 1925.....	127
Tabela 10 – Colônia agrícola de Terenos: produção e colheita do ano de 1926.....	130
Tabela 11 – Colônia agrícola de Terenos: plantação do ano de 1926.....	130

LISTA DE ABREVIACÕES

APMS – Arquivo Público de Mato Grosso do Sul

ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande

BRMT – Banco Rio e Mato Grosso

CAT – Colônia Agrícola de Terenos

CML – Companhia Mate Laranjeira

EFNOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

FUNDAC – Fundação de Cultura de Campo Grande

PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande

SMT – Sul de Mato Grosso

STSBHH – Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker e Companhia

TFPP – Território Federal de Ponta Porã

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
O SUL DE MATO GROSSO E O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA.....	22
1.1 A configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai e as tensões Brasil.....	22
1.2 A Mate Laranjeira: um “obstáculo” para a colonização.....	34
1.3 A Marcha para Oeste e o Território Federal de Ponta Porã.....	45
1.4 Breves considerações sobre a economia mato-grossense.....	52
CAPÍTULO II	
A COLONIZAÇÃO COMO MEIO DE ATINGIR O PROGRESSO E A CIVILIZAÇÃO: DISCUSSÕES, PROJETOS E LEGISLAÇÃO EM MATO GROSSO.....	62
2.1 As primeiras leis de imigração e colonização do estado de Mato Grosso.....	63
2.2 A constituição de discursos sobre a necessidade da colonização.....	71
2.3 Ações políticas para implementação da colonização.....	89
CAPÍTULO III	
A VIDA NO CERRADO: IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE TERENOS.....	103
3.1 A implantação da colônia a partir da iniciativa privada.....	103
3.2 A administração da colônia pelo poder público.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
ANEXOS.....	144
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	160

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as propostas e os discursos sob os quais se constituiu a ideia da necessidade de instalação de colônias agrícolas no estado de Mato Grosso, entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX. Para tanto, nosso ponto de chegada é o núcleo colonial de Terenos¹, por ser considerada uma das primeiras experiências desse modelo no estado. Além disso, queremos compreender o motivo da preferência por imigrantes europeus para a realização desse projeto colonial.

A preocupação com a instalação de colônias agrícola no estado de Mato Grosso iniciou no final do século XIX, após a instauração do regime republicano, quando o governo mato-grossense criou e regulamentou o Departamento de Terras, Minas e Colonização². Grande parte desses discursos está registrado nos relatórios de Presidente de Estado/Intendência³.

Tanto o governo federal, quanto o estadual possuíam vários interesses nessa região, sendo os principais: o preenchimento de “vazios demográficos”, o desejo de civilizar o sertão mato-grossense, a ocupação de áreas consideradas estratégicas, a necessidade de aumentar a produção agrícola e o abastecimento de gêneros alimentícios e a ocupação das fronteiras visando garantir a soberania nacional⁴.

¹ O município de Terenos compreende uma área de 2.841,240 km² e situa-se entre 20°26'31" latitude sul e 54°51'36" de longitude oeste a 437 metros acima do nível do mar, distante 27 km de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-oeste do Brasil. Faz divisa com os municípios de Corguinho, Rochedo, Campo Grande, Sidrolândia, Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. RODRIGUES, José Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um Estado**. São Paulo: Vaner Bicego edições, 1978. p. 105-106.

² Lei nº 24 de 16 de novembro de 1892 e decreto nº 36 de 12 de janeiro de 1893.

³ Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1925, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1925; Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926; Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Francisco de Aquino Corrêa. 1920. Tip. Oficial. Cuiabá; Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa. 13 de maio 1922. Tip. Oficial. Cuiabá; Relatório apresentado à assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente Aníbal de Toledo. Cuiabá, 13 de maio de 1930. Tip. Oficial, entre outros.

⁴ Essas expressões estão presentes nos documentos citados acima. Por vazios demográficos nesse contexto estudado, entendo por regiões “despovoadas” de população branca, no entanto, o estado de Mato Grosso era muito povoado por populações indígenas. O sertão mato-grossense era visto nesse período por seus governantes e de certa forma pelo restante do país, como uma terra sem lei, afastada do litoral, indomada, de rica natureza a ser desbravada, habitada por índios considerados selvagens, animais bravios, sobre as quais as autoridades tinham pouca informação e controle insuficiente. Além disso, o estado nacional brasileiro procurou desempenhar um papel para salvaguardar as fronteiras e preservar a unidade territorial do país, tomando algumas medidas, entre elas: a construção das linhas telegráficas visou facilitar as comunicações entre os estados e o governo federal e, ao mesmo tempo, permitiu um melhor reconhecimento das regiões Centro-oeste e Norte do país. O fortalecimento dos regimentos militares de fronteiras, a construção de

Os trabalhos sobre colônias, colonização e imigração no Brasil são muitos e nos possibilitaram pensar em alternativas e ideias para a realização da pesquisa. Esses autores concluíram em seus estudos que a colonização foi vista como sinônimo de progresso e civilização, carregada de positividade,⁵ que sempre mostram os espaços a serem colonizados como fartos em recursos naturais⁶ e que associados ao trabalho do colono ideal⁷, sobretudo europeu, ocorreria o crescimento, a expansão, a prosperidade de dado lugar, de dada região.

Pensamos a colonização como um “fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões”⁸. De acordo com o pensamento de Alfredo Bosi, a palavra colônia e suas variantes, como coloniais, colonização, colonizadores vieram do verbo latim *colo*, que significa “eu moro, eu ocupo a terra, eu cultivo”⁹. Nesse contexto, a palavra colônia passa a ter o sentido de espaço que está sendo ocupado.

Para Bosi, a colonização “é uma projeto que engloba todas as forças envolvidas nos significados do verbo *colo*”¹⁰, isto é, eu moro, eu ocupo a terra, eu cultivo, logo, colonizar significa “ocupar um novo chão, trazer a memória da terra antiga e transmitir práticas e significados às novas gerações”¹¹.

Pretendemos desconstruir a colonização como um processo homogêneo, que se atenta somente ao lado positivo, do progresso e do desenvolvimento, pois sabemos que os processos colonizatórios são permeados por submissão, subordinação e violência¹².

O surgimento da cidade de Terenos ocorreu a partir de uma colonização dirigida primeiramente por uma empresa colonizadora e depois pela associação entre a Intendência de Campo Grande e o governo mato-grossense. Em 1920, o poder público estadual firmou um contrato com a empresa Sociedade Territorial Sul-Brasileira Henrique Hacker & Cia., que

oficinas de arsenais de guerra, a criação de batalhões estratégicos e a transferência de circunscrições militares para lugares considerados estratégicos também foram medidas que tinham por objetivo fortificar a região fronteira de Mato Grosso. Sobre o assunto, ver: AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151.

⁵ SANTANA, Daniela. Alianças multifacetadas: colonização de Juara – Mato Grosso: discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008). Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2009.

⁶ SILVA, Aldina Fernandes. **Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – gleba Rio Ferro (1950-1960)**. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2004.

⁷ NAGLIS, Suzana Batista Naglis. “**Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**”: os colonos da colônia agrícola nacional de Dourados -CAND – (1943-1960). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados, 2008.

⁸ SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.67.

⁹ BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Sp. Editora Cia. Das Letras, 1992. p. 11.

¹⁰ Ibidem. p. 13.

¹¹ SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. Op. Cit... p. 67.

¹² Sobre o assunto, ver: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São

Paulo: Contexto, 2009 & _____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.

atuava nos estados do Paraná e Santa Catarina para colonizar as áreas margeantes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil¹³.

A empresa recebeu uma área total de 500.000 hectares, dividida em 50 lotes, cada um com 10.000 hectares. De acordo com o contrato e o plano de colonização, a empresa ficou responsável pela organização, divisão e marcação dos lotes, fornecimento de estrutura, além da seleção dos colonos de origem europeia. Após quatro anos do início das atividades, o governo rescindiu o contrato com a empresa, alegando falta de sucesso na colonização, pois durante esse período, o núcleo colonial não passava de cem moradores¹⁴.

Em 1924, o governo estadual estabeleceu uma parceria com a Intendência de Campo Grande para gerenciar o núcleo colonial. O município passou a pôr em prática o plano de colonização e auxiliar os colonos que chegavam. Em 1929, a colônia foi transformada em distrito¹⁵ e em 1953, alcançou a autonomia administrativa transformando-se em município¹⁶

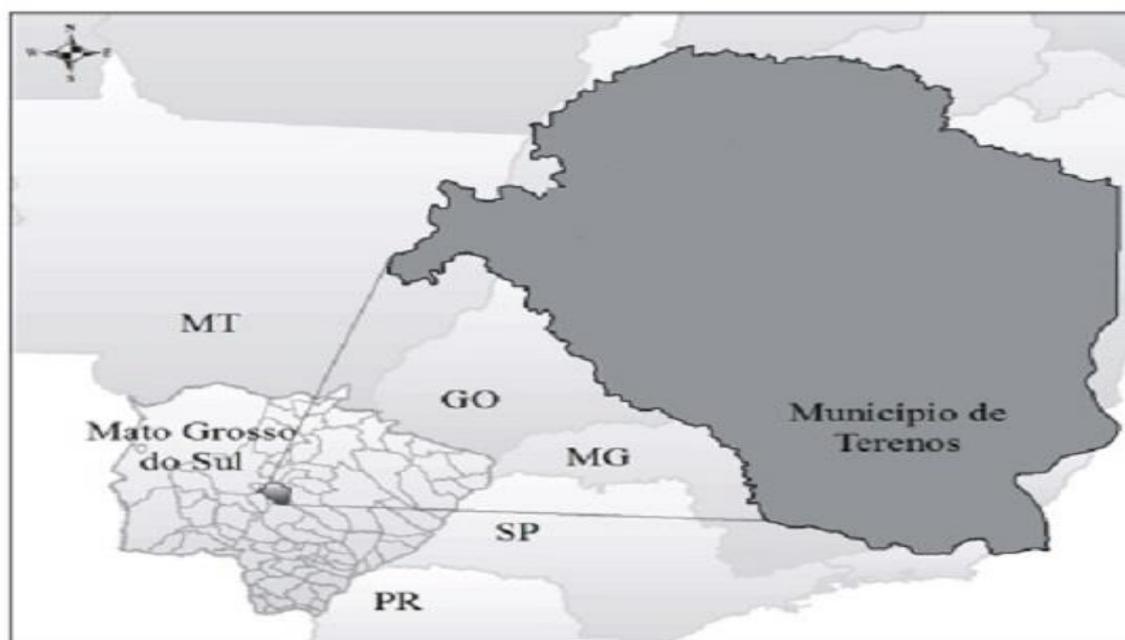


Figura 1. Localização da área em estudo

¹³ Histórico do município de Terenos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500800&search=mato-grosso-do-sul|terenos|infograficos:-historico>> & MIRANDA, Mariza Santos. 1924 – Educação e presença alemã no Sul de Mato Grosso. **Intermeio: revista do mestrado em educação**. Campo Grande, MS, 5/7 (9/13): p. 40-51, 1999/2001.

¹⁴ Esse assunto será trabalhado de forma detalhada no capítulo três.

¹⁵ (Campo Grande. Lei municipal nº 1021 de 21 de setembro de 1929).

¹⁶ (Mato Grosso. Lei estadual nº 674 de 11 de dezembro de 1953).

FIGURA 1 – Cidade de Terenos – Mato Grosso do Sul (adaptado)¹⁷.

Fonte: <<http://www.scielo.br/img/revistas/rbeaa/v14n8/n08a05f01.gif>> Acessado dia 26/05/2014 às 15:30h.

A análise documental nos permitirá refletir e pensar como os governantes matogrossenses constituíram um discurso acerca da necessidade de colonizar, povoar e trazer o desenvolvimento para a região sul de Mato Grosso.

A gênese dessa pesquisa ocorreu a partir de um estágio de complementação educacional no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) durante a graduação, que foi oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), por meio da Fundação de Cultura (FUNDAC) da cidade.

O arquivo possui uma publicação de divulgação das pesquisas da equipe institucional, denominada Revista Arca. Na edição de 1991, encontramos um pequeno artigo intitulado “Os Wehner: uma aventura alemã no cerrado brasileiro”¹⁸. Nesse texto, descobrimos a existência de uma colônia agrícola formada por europeus, fato que nos chamou atenção, uma vez que desconhecíamos o assunto. Sabíamos da existência de colônias formada por japoneses, além da atuação de imigrantes sírio-libaneses, portugueses e espanhóis em Campo Grande¹⁹, porém, uma colônia formada por outros europeus era algo novo.

Ao buscarmos informações sobre o assunto com funcionários do arquivo e em bibliotecas da cidade, encontramos poucos trabalhos que abordavam a colônia. Os mais expressivos são uma dissertação de mestrado na área de educação, de Mariza Santos Miranda²⁰ e um artigo na área de Geografia, de Edgar Aparecido Costa²¹.

A dissertação de Miranda discorre sobre a imigração alemã, porém, dando ênfase ao processo educacional que os imigrantes sofreram a adaptação com a língua, currículo escolar,

¹⁷ Durante a realização da pesquisa, tivemos uma dificuldade em encontrar mapas da época dos acontecimentos citados. Praticamente, todos os mapas e figuras apresentados nesse estudo foram adaptados pelo autor.

¹⁸ **ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS.** Campo Grande, MS: SERGRAPH, dezembro de 1991, nº 2, p. 26-27.

¹⁹ Sobre o assunto, ver: OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho. **Imigração Sírio-libanesa em Campo Grande e o clube libanês.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2010 ; Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira. **Ayumi: a saga da colônia japonesa em Campo Grande.** Campo Grande, 2008; **Arca: revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande, (Italianos, Espanhóis e Portugueses),** Campo Grande: Editora UFMS, nº 7, 2000.

²⁰ MIRANDA, Mariza Santos. **Texto e contexto: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso – 1920/1934.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2001.

²¹ COSTA, Edgar Aparecido. Terenos – estado do Mato Grosso do Sul: um produto de múltiplas territorialidades no coração do cerrado brasileiro. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities reserch medium,** Uberlândia, v.2, nº1, p. 146-170, jan./jun. 2011.

formação de escolas alemãs e a educação fornecida pelo poder estadual. Em sua dissertação, Miranda assinalou a dificuldade de encontrar fontes documentais para a realização do trabalho, apoiando-se em amplo material colhido de entrevistas realizadas com antigos moradores do núcleo colonial. Já o texto de Costa, traz um pequeno histórico da formação de Terenos para posteriormente abordar o desenvolvimento geoeconômico da cidade.

Esses trabalhos foram o ponto de partida para monografia e conseqüentemente, com a obtenção de novas fontes, surgiram novas perguntas, novas possibilidades de pesquisa, gerando assim, esse projeto para a pós-graduação. A pesquisa em centros de documentação, como o Arquivo Público de Mato Grosso, Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Memorial do Imigrante, bibliotecas de órgãos da administração pública e a própria utilização da rede mundial de computadores nos permitiu localizar uma série de fontes históricas indispensáveis para o desenvolvimento desse trabalho.

Utilizamos fontes textuais, como os relatórios do presidente de estado e intendência, leis e decretos estaduais acerca da colonização, livros e atas de correspondência dos prefeitos de Campo Grande e dos governadores mato-grossenses do período estudado, livros-caixa da colônia, as listas de bordo da chegada dos primeiros imigrantes que se dirigiram para Terenos e jornais que circularam na região durante o processo de instalação e de desenvolvimento do referido núcleo colonial. Todo esse acervo foi produzido pelo governo estadual e municipal nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

A metodologia nos remete a uma determinada forma de trabalhar, de eleger ou constituir uma pesquisa, de definir as ações de nosso trabalho, ou seja, “a metodologia refere-se a um modo de fazer”²², de como agir para vencer as indagações da pesquisa. Em nosso “modo de fazer”, utilizamos métodos e técnicas concernentes a uma análise do conjunto da documentação, além do cruzamento e comparação entre as fontes. Segundo Carlos Bacellar, “a documentação referente ao processo imigratório é bastante ampla e relativamente pouco explorada” e a variedade de documentos é grande”²³, portanto, necessita-se de mais pesquisas na área.

Portanto, a construção do conhecimento histórico deve-se pautar no desafio de integrar a documentação aos campos teóricos específicos da pesquisa, assim como também o

²² BARROS, José D'assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 5ª. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 80.

²³ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed., 2ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2010. p. 30-31.

historiador ampliar sua matriz documental, utilizando técnicas, fontes e conhecimento em áreas próximas da História para melhor compreender o passado²⁴.

Pensamos a nossa pesquisa a partir da História cultural, como um “espaço de intercâmbio e de debates construídos entre os historiadores que tem como identidade comum a recusa de reduzir os fenômenos históricos a uma só de suas dimensões”²⁵, além de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”²⁶.

Há tempos o discurso é um recurso utilizado pela historiografia e com o passar dos séculos, sua aplicação se transformou. No regime antigo de historicidade²⁷, os pronunciamentos de reis, generais, soldados e embaixadores já eram utilizados pelos historiadores. Na sociedade grega antiga, os livros de Heródoto e Tucídides²⁸ são exemplos de trabalhos que fizeram uso dos discursos e suas obras serviram como modelo de História por vários séculos até a História ganhar estatuto de Ciência no século XIX.

No modelo grego de escrita da História, os discursos e pronunciamentos cumpriam uma função de retórica, pois eram utilizados "como parte da urdidura do próprio texto, como um recurso de estilo, uma maneira de contar o evento"²⁹. A retórica desempenhava um papel de provocar ou persuadir os leitores ao convencimento.

Como muito dos discursos eram lidos em público, para grandes plateias, os historiadores possuíam uma preocupação na construção narrativa dos pronunciamentos, pois isso poderia provocar o sucesso ou fracasso da fala. A oratória era utilizada para atrair e prender os ouvintes, pois o texto deveria ser capaz de criar "cenas, quadros, um conjunto de imagens que materializasse, tornasse visível, quase palpável, o que havia ocorrido"³⁰, ou seja, o historiador deveria suggestionar o seu público sobre a autenticidade do seu ponto de vista dos acontecimentos.

No regime moderno de historicidade³¹, a partir do século XIX, a historiografia passou

²⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 78-91.

²⁵ CHARTIER. Roger. A nova História cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano et. all. **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-43.

²⁶ Idem. **A História cultural entre práticas e representações**. Difel, 1990. p. 17.

²⁷ HARTOG. François. Tempo, História e a escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História**. 148 (1º 2003), p. 09-34.

²⁸ HERÓDOTO. **História**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988 & TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

²⁹ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. IN: PINSKY & LUCA, Carla Bassanezi; Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ª Ed., 1ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2011. p. 227.

³⁰ Ibidem.p. 227.

³¹ HARTOG. François. 2003.

a ter mais atenção com a perspectiva filosófica e metodológica, o que resultou na constituição de um saber científico e da História como Ciência. O historicismo alemão e o positivismo francês tiveram um papel importante na configuração da História como um saber científico, alicerçada por regras e métodos próprios.

Os discursos e pronunciamentos nesse período param de ter a função de apenas fazer convencer seus ouvintes para servirem como fontes históricas, isto é, passam a ser empregados como prova e testemunhos verdadeiros sobre os acontecimentos, além de ser a base da argumentação do trabalho do historiador, "carregando em si a verdade desse tempo"³².

Na historiografia contemporânea, a sua utilização sofreu uma reconfiguração, a partir da contribuição de outros campos do conhecimento, como a Linguística, Antropologia, Etnografia e a Psicanálise, devido a interrogações e críticas sobre a constituição da verdade em saberes narrativos, a forma como os historiadores observavam a relação entre linguagem e realidade e a suposta proximidade entre História e Literatura³³.

Os discursos "deixam de ser vistos como algo que traz em si mesmo o passado, como aquilo através do qual se interroga o passado, para ser interrogado quanto a sua própria produção"³⁴. Ou seja, além de fornecer informações sobre o passado, devemos pensar como esse discurso foi produzido, em que período, por quais pessoas e interesses e, em que conjuntura político-econômica, social e cultural.

Os discursos podem ser observados por uma análise externa ou interna. A análise externa compreende entender suas relações com aquilo que o cerca, suas condições históricas de possibilidade e que viabilizaram seu afloramento. Refletir sobre os seus pretextos e as relações de poder e saber que o seu autor está implicado.

Já a análise interna, corresponde em observar e explorar o discurso como um acontecimento, seus preceitos de composição, suas normas de formação e construção interna, que tornaram possíveis a sua sustentação e preservação. Permite-nos examinar a elaboração de conceitos, regras, formas de escrever e táticas, além de ponderar com que frequência esses discursos foram propalados em determinada época.

No campo filosófico, um dos pesquisadores que mais trouxeram reflexões metodológicas e que possibilitaram alternativas na produção do conhecimento histórico para os historiadores foi Michel Foucault. Para Foucault, o que interessava não era a História dos

³² ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Op. Cit. 2011. p. 231.

³³ Sobre o assunto, ver: Paul Ricouer, Michel Foucault, Roland Barthes, Michel de Certeau, Clifford Gertz, entre outros.

³⁴ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Op. Cit. 2011. p. 234.

objetos, mas sim, a constituição histórica desses objetos. Por isso, propôs uma História geral, preocupada com a dispersão e o começo em oposição a uma História total, inquieta com a origem, isto é, com as leis gerais que garantem a coesão dos fenômenos³⁵.

Assim, o conceito de discurso a partir dos estudos de Foucault³⁶ nos serve como uma ferramenta de ajuda na elaboração deste estudo, pois este estudioso entende o discurso como uma estrutura de proposições, termos, crenças e categorias históricas e sociais. O discurso não é somente uma forma de expressão, mas um modo de pensar, de entender, de organizar vidas, instituições e sociedades, de implementar e justificar desigualdades.³⁷

De acordo com Barros, foi “talvez o primeiro a chamar a atenção de maneira mais enfática e claramente enunciada para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então suas práticas”³⁸. Para Foucault:

em toda a sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.³⁹

O discurso passa a ser “aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”⁴⁰. A partir da análise das nossas fontes, queremos compreender os interesses políticos que elegeram a colonização como uma necessidade para Mato Grosso. Assim, as questões colocadas são: pensar como o núcleo colonial de Terenos foi usado como instrumento para consolidar interesses políticos, econômicos e estratégicos, atendendo as necessidades do território.

Esses interesses estão relacionados, por exemplo, a ideia de modernização da agricultura e pressão demográfica sobre as populações tradicionais. A ideia de incentivar a colonização como meio de aumentar a densidade demográfica do estado, provocaria um efeito

³⁵ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer o que vemos: Michel Foucault – por uma História diagnóstica do presente. **História Unisinos**. Vol. 11, nº 3 – setembro/dezembro de 2007.

³⁶ **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996, **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988; **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 & **Microfísica do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

³⁷ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY e LUCA; Carla Bassanezi & Tania Regina (orgs). **O historiador e suas fontes**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011; ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas Pontes, 1999.

³⁸ BARROS, José D'assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 7ª ed. - Petrópolis: Rio de Janeiro, 2010. p. 55.

³⁹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit... 1996. p. 8-9.

⁴⁰ Ibidem. p. 10.

de modernização das práticas agrícolas, já que seria necessário produzir mais alimentos para abastecer a população. Assim, os moradores locais foram responsabilizados pelo atraso das técnicas agrícolas e pela baixa produção de alimentos. Essa classificação pejorativa fez parte do processo para justificar e legitimar o discurso da colonização e a preferência por colonos estrangeiros.

Entender de que modo características físicas e históricas, como a ideia de vazios demográficos, falta de mão de obra, de povoamento, baixa produção agrícola, poucas vias de comunicação foram utilizadas pelo poder público mato-grossense para legitimar o discurso da colonização.

Perceber como a ideia de progresso e civilização foi associada à colonização, ou seja, a instalação de colônias agrícolas seria um fator decisivo, que resolveria os problemas do estado, aumentando a sua densidade, seu povoamento, trazendo melhorias nas vias de comunicações e no abastecimento alimentar.

Desta forma, dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, tratar-se-á de discutir o processo de configuração da fronteira no sul de Mato Grosso no pós-guerra do Paraguai, expondo as tensões políticas que ficaram presentes entre Brasil e Argentina, devido à configuração dos estados nacionais sul-americanos. Demonstrar-se-á como foi pensado um plano de fortalecimento da integração do estado mato-grossense ao restante da nação, com políticas que visaram melhorar os meios de transporte, comunicação e a presença militar na região durante as décadas finais do século XIX e iniciais do XX. A colonização se inseriu, mesmo que de uma forma menor nesse processo, uma vez que, além de melhorar questões relativas à comunicação, transporte e defesa, era necessário na visão do poder público, ocupar o território. Também analisar-se-á as atividades da Companhia Mate Laranjeira, observando se esta estabeleceu obstáculos no desenvolvimento e instalação de colônias agrícolas em Mato Grosso. Para isso, será utilizada bibliografia especializada no assunto, além de documentos da esfera governamental.

No segundo capítulo, pretende-se analisar as primeiras leis de imigração e colonização de Mato Grosso para identificar de que modo o Estado e os governantes se portavam perante esse assunto. Doravante, analisar-se-á os discursos sobre a necessidade de instalação de núcleos coloniais agrícolas para fomentar o desenvolvimento da região. Queremos compreender de que modo alguns temas, como vazios demográficos, falta de mão de obra, deficiência na produção agrícola, foram associados à riqueza natural do estado para fundamentar a composição de um discurso sobre a indispensabilidade da colonização e

justificar a preferência por colonos laboriosos e morigerados. Para tanto, utilizaremos os relatórios de presidência do estado e de intendência no período estudado, além de revistas como a Folha da Serra, Revista Oeste e o Jornal Correio do Sul.

O terceiro e último capítulo tem como objetivo historicizar o processo de instalação do núcleo colonial de Terenos, percorrendo o período em que a colônia foi administrada pela colonizadora particular e pelo poder público mato-grossense. Pretende-se entender como ocorreu o seu desenvolvimento, o plano de colonização, de que modo foi organizada e estruturada, a disponibilidade de infraestrutura para os colonos, como foram captados os imigrantes, quais nacionalidades estiveram presentes e o que produziam. Nesse sentido, vamos utilizar documentos do fundo Colônia de Terenos, preservados no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), como atas e correspondências entres prefeito, governador e funcionários da colônia, os livros-caixa do núcleo colonial, contrato de títulos provisórios de colonos, leis e decretos referentes ao assunto. Assim, busca-se com esse trabalho verificar de que forma foram constituídos discursos para a instalação de núcleos coloniais agrícolas no estado de Mato Grosso, partindo do exemplo da colônia de Terenos, considerada uma das primeiras experiências de colonização com investimento público e com imigrantes europeus do estado.

CAPÍTULO I

O SUL DE MATO GROSSO E O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA

1.1 – A configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança e as tensões Brasil x Argentina

Nosso objetivo neste capítulo é demonstrar através de discussões historiográficas, como ocorreu a configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai. Além disso, compreender como foi elaborada uma política de prevenção em relação à fronteira oeste do país, sobretudo no estado mato-grossense com a construção de ferrovias, linhas telegráficas, quartéis militares e arsenais de guerra. Outro fator importante foi o início de uma política imigratória, que assumia nesse sentido, um papel secundário, mas não menos importante no ponto de vista do poder público, de promover uma melhor ocupação do território.

A instalação de colônias agrícolas no sul do antigo Mato Grosso (SMT)⁴¹ estava inserida num processo de resguardo do Estado nacional brasileiro associado a interesses estaduais em fins do século XIX e início do XX, haja vista, ter sido uma região de fronteira que foi objeto de numerosos litígios em sua História. Ademais, outros fatores contribuíram para que o governo federal idealizasse um plano que reafirmasse e assegurasse o seu domínio sobre o estado mato-grossense.

A área correspondente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi por muito tempo objeto de disputas que envolveram os países ibéricos durante a colonização do continente sul-americano. Esses enfrentamentos ocorreram durante a formação dos estados nacionais sul-americanos, já que esse espaço fronteiriço era visto como essencial pelos países em formação, uma vez que, o domínio sobre esse território favorecia o controle sobre os rios da região, garantindo maior desempenho econômico.

⁴¹ De acordo com a lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, a porção sul do antigo Mato Grosso foi transformada, em 1977, no novo estado de Mato Grosso do Sul. Para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é referida, neste trabalho, como “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT. Para mais informações, ver: BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009.

Segundo Queiroz, as principais características do território mato-grossense ao longo de sua História foram:

vastidão territorial, situação fronteiriça; grande distâncias dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico); precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade [...] dotada de um débil aparato estatal local.⁴²

O estado nacional brasileiro procurou desempenhar um papel para salvaguardar as fronteiras e preservar a unidade territorial do país, buscando adotar estratégias que se destinavam a solucionar as disparidades e as vicissitudes mencionadas acima. Nesse sentido, o elemento humano, isto é, a colonização, serviu como um instrumento para a consolidação do domínio sobre o território.

Após o final da guerra da Guerra do Paraguai⁴³, a atenção dos países platinos voltou-se ao processo de demarcação dos limites territoriais. O tratado da Tríplice Aliança⁴⁴, assinado em 1865, “estipulava que, com a derrota do Paraguai, seriam atendidas as reivindicações territoriais feitas por Brasil e Argentina junto àquela República”⁴⁵. O Brasil exigia a resolução do litígio territorial que envolvia parte do estado mato-grossense, enquanto a Argentina pleiteava ocupar todo o território paraguaio na zona oeste do rio Paraguai.

Ocorreram discordâncias principalmente entre Brasil e Argentina, uma vez que o Império brasileiro recusou aceitar que o país portenho ficasse com as “terras do Chaco e o território das missões”⁴⁶, pertencentes ao Paraguai, para evitar a emergência de uma hegemonia da Argentina no continente. Fazia parte da política externa brasileira, garantir a independência do Paraguai e do Uruguai para manter um equilíbrio de poder entre os países da região⁴⁷.

⁴² QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN, Jérry Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs). **História, região e identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. p. 20.

⁴³ O século XIX foi o período em que se formaram e consolidaram os Estados nacionais no continente sul-americano e na região platina. Este processo foi custoso, baseado na violência entre grupos divergentes, de regimes políticos opostos que buscavam ajustar as fronteiras territoriais de seus países. A guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito ocorrido na América do Sul no século XIX. A configuração dos Estados nacionais e as rivalidades dos países platinos deflagraram o confronto. O conflito durou seis anos, entre os anos de 1864 até 1870. Sobre o assunto, ver: DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no prata (1882-1994)**. 2. ed. – Brasília: FUNAG, 2014. p. 41-68.

⁴⁴ Acordo que selou a união entre Argentina, Brasil e Uruguai como aliados para enfrentar o Paraguai.

⁴⁵ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas dos trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997. p. 64.

⁴⁶ MONTEIRO, Mario Monteiro de. **Episódios da formação geográfica do Brasil**. Campo Grande: Alvorada, 2010. (coleção documentos para a História de Mato Grosso do Sul). p. 98.

⁴⁷ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. p. 64.



FIGURA 2. Vias de comunicação na bacia platina (adaptado pelo autor).

Fonte: < <http://geoconceicao.blogspot.com.br/2011/08/bacias-hidrograficas-do-brasil.html> > Acessado em 17/06/2014 às – 20:00h.

O fim da guerra da Tríplice Aliança trouxe benefícios para o Brasil e conseqüentemente para Mato Grosso, pois concedeu o acesso a livre navegação no sistema fluvial Paraná-Paraguai a partir de 1875, conforme o mapa acima, ligando o estado do oeste ao litoral brasileiro pelo estuário do Prata.

Esse fator promoveu um afluxo econômico para o SMT, já que permitiu o comércio fluvial, aumentando a exportação do gado e a chegada de produtos de outras localidades. Várias casas comerciais surgiram na cidade portuária de Corumbá, tornando-a um polo no mercado de importação e exportação. Ex-combatentes do conflito com o Paraguai, brasileiros ou paraguaios, se estabeleceram no estado, devido aos campos e terras propícias para o desenvolvimento de atividades rurais, como a agricultura, pecuária, charqueada e a exploração dos ervais nativos⁴⁸.

⁴⁸ Cf. ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal Sul Mato-Grossense (1830-1910)**. Dourados - MS, Ed. UFGD, 2011; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997; QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. **Uma**

Com o advento da República em 1889, as tensões políticas com a Argentina diminuíram, mas não cessaram. O Brasil procurou praticar uma política de prevenção frente à Argentina, pois existiam rumores que esse país idealizava reconstituir o antigo vice-reinado de Buenos Aires⁴⁹, o que determinava uma ameaça para o Brasil. A república brasileira enfrentou conflitos internos em seus anos iniciais, como a Revolta da Armada⁵⁰ e a Revolução Federalista⁵¹ no Rio Grande do Sul.

Além dos atritos territoriais, ocorreram também desentendimentos nas relações comerciais entre os dois países, no que se refere a questões aduaneiras, destacando o problema relativo ao comércio de trigo. Outro foco de desavença eram as acusações de ambos os países em relação à aquisição de armamentos bélicos, o que provocava uma atmosfera de cautela de um para com o outro.

A presença de estrangeiros em Mato Grosso na fronteira do estado e capital financeiro proveniente de outros países também representava um incômodo para as autoridades brasileiras, posto que, empresas com recursos da Argentina e da Bélgica, por exemplo, possuíam empreendimentos no estado, como fazendas, charqueadas, indústrias de beneficiamento de alimentos, entre outros negócios⁵².

Outro risco compreendido pelo governo federal estava correlacionado a desordem e a fragilidade política no estado, em virtude de lutas entre os grupos dirigentes. Nos anos de 1892 e 1906, Mato Grosso se defrontou com duas revoltas pelo controle político do território que agitaram o país, ocasionando numa delas o assassinato de seu governador. Esses

ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

⁴⁹ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. p. 66. Sobre o assunto, ver: HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC.** 1ª ed. São Paulo: PERSE. 2014.

⁵⁰ Foi um movimento de rebelião comandado por unidades da Marinha brasileira contra o governo do Marechal Floriano Peixoto em 1893. A revolta discordava das mudanças realizadas pelo presidente, que destituiu os governadores que apoiavam o Marechal Deodoro da Fonseca, permitiu a ascensão de civis ao poder, além da acusação do desprestígio da Marinha em relação ao Exército. Cf. ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910).** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. 2001.

⁵¹ Foi um movimento de revolta entre os grupos políticos que administravam o Rio Grande do Sul em 1893. Os grupos estavam divididos entre o Partido Republicano Rio-grandense (PRP), que apoiava o novo governador, Júlio de Castilhos, aliado de Floriano Peixoto e o Partido Federalista (PF), que eram contrários ao governo do Estado e a centralização política promovida pelo novo presidente. Os federalistas queriam destituir Castilhos e organizar um novo governo. Após vários embates, foi assinado um acordo de paz em 1895, pondo fim ao conflito. Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Brasil em perspectiva.** Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 19ª. edição. 1990. p. 162-226.

⁵² É o caso das empresas *Trust del Alto Paraguay e Fomento Argentino Sud-americano* (capital argentino) e a *Compagnie des Produits Cibils* (capital belga). Sobre o assunto: ver QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

episódios provocavam sensações de vulnerabilidade na fronteira oeste do Brasil. Segundo Queiroz, nasceram temores de que a Argentina poderia se aproveitar dessas situações de fraqueza do estado para se apoderar da região, incorporando o Mato Grosso ao seu país⁵³. Portanto, era necessário que o poder estatal brasileiro se fizesse presente nessa área.

O estado de Mato Grosso era um reflexo da situação nacional, as oligarquias dominaram o cenário político estadual em consonância com a política dos governadores. De acordo com Viscardi, o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e em troca eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso salvaguardava a continuidade das grandes famílias no poder. Era uma troca entre o governo estadual e federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham o poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com que esses votassem de acordo com seus interesses⁵⁴.

Segundo Carvalho, o coronelismo nada mais é do que:

um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo⁵⁵.

Em 1892, ocorreu um movimento com supostas intenções separatistas, visando a formação da República Transatlântica ou Estado Livre do Mato Grosso. Essa insubordinação, na verdade, nada mais era do que uma tentativa de substituir a situação pela oposição, um embate entre o partido nacional e o republicano, que opôs as tropas de Antônio Maria Coelho,

⁵³ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN. Jérry Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs). **História, região e identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

⁵⁴ Criada pelo presidente Campos Salles, essa política tinha o seguinte funcionamento: o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e em troca eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso garantia a continuidade das grandes famílias (ricas e poderosas) no poder. Era uma troca entre os governantes estaduais e o governo federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores estaduais repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham o poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com que esses votassem de acordo com seus interesses. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão política do café com leite**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

⁵⁵ CARVALHO. José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 2. 1997. p. 2.

primeiro governador do estado após a Proclamação da República e Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, vice-presidente e aliado de Manuel Murinho, presidente deposto pela revolta⁵⁶.

De acordo com Batista, a preocupação do governo federal com essa revolta estava relacionada ao fato de que contou com apoio da burguesia mercantil de Corumbá, “mais identificada com seus próprios interesses de classe, desfrutando dos contatos com cidades estrangeiras através do intercâmbio comercial, do que com a política e o jogo do poder estadual e federal”⁵⁷. Grande parte dessas casas comerciais possuía capital exterior, o que gerava entre as autoridades brasileiras uma apreensão de que o SMT pudesse ser subjugado por outro país, como por exemplo, a Argentina⁵⁸.

O caso mais grave foi a revolta de 1906, que ocorreu por rivalidade entre os coronéis que dispunham de influência no estado. Esse levante levou o presidente da república Rodrigo Alves determinar a intervenção federal em Mato Grosso, apesar disso, Alves não conseguiu evitar o assassinato de Antônio Paes de Barros, presidente do estado no período⁵⁹.

Esse conflito antagonizou o grupo político do governador Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes e de Generoso Ponce, proprietário de casas comerciais em Corumbá. Esses dois personagens são considerados figuras lendárias no que diz respeito ao coronelismo em Mato Grosso. Em 1906

Generoso Ponce toma Cuiabá, depõe e mata Totó Paes, apesar da oposição de Rodrigo Alves [...] quando o General Dantas Barreto chega a Cuiabá, em 1906, Totó Paes tinha sido assassinado, e o novo governo é formado pela oposição vitoriosa; Rodrigo Alves nada pode fazer, nem mesmo impor outro governo e castigar os rebeldes⁶⁰.

Esse confronto demonstrou a instabilidade e a deficiência das vias de comunicação do estado mato-grossense com o restante da nação, uma vez que, as tropas federais não conseguiram chegar a tempo de impedir a deposição e a morte de Totó Paes. Quando chegou a

⁵⁶ Cf. SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1996. p. 48 et. seq.; BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009. p. 90 et. seq.

⁵⁷ CORRÊA, Valmir Batista. O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. In: **CASARIO do porto de Corumbá**. Campo Grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985. p.20.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009.

⁶⁰ CARONE. Edgard. **A república velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)**. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 257.

Cuiabá, a oposição já havia tomado o poder, tornando-se situação. As forças de intervenção ficaram “retidas por várias horas no estuário do Prata, em decorrência do mau tempo”⁶¹.

Após o incidente, Dantas Barreto percebeu a dificuldade de se deslocar até o território de Mato Grosso e aconselhou ao governo federal a necessidade da construção de uma estrada de ferro para melhorar a logística da região⁶². Queiroz afirma que desde os fins do século XIX havia uma discussão no Congresso Nacional sobre a necessidade da construção de uma estrada de ferro que atendesse os interesses políticos nacionais nessa região⁶³. Surgiram alguns projetos e cogitou-se a atuação do Exército brasileiro para edificar as obras, porém, somente em 1904 o presidente Rodrigo Alves assinou o decreto autorizando a construção da ferrovia que cobria o trecho Bauru – Cuiabá.

Como dito, desde o final do século XIX, o governo brasileiro procurou adotar medidas que resguardassem a fronteira oeste do Brasil. No ano de 1893, o Ministério da Guerra e o de Obras e Viação aprovaram um projeto para estudos de viabilização para a construção de uma ferrovia que interligasse Catalão – GO até Cuiabá – MT. Em 1899, novamente os ministérios autorizaram projeto de estudos para analisar a possibilidade de arquitetar uma ferrovia que integrasse as cidades de Guarapuava – PR e Cuiabá – MT⁶⁴.

No entanto, somente em 1904, no governo do Presidente Rodrigues Alves, que segundo Queiroz teve um caráter “deliberado de modernizar o país, iniciando um extenso programa de investimentos voltados fundamentalmente aos serviços urbanos e à infraestrutura de transportes e comercialização”⁶⁵, é que foi aprovado o projeto de construção da ferrovia que vinculou o Centro-Oeste ao Sudeste do país.

O decreto federal nº 5.344 de 18 de outubro de 1904 organizou a Comissão de Reconhecimento da região e de exploração de linhas férreas e telegráficas, chefiada pelo engenheiro Emílio Schnoor⁶⁶. A construção da ferrovia foi apoiada pelo Estado por intermédio da

adoção do instituto da garantia de juros – mecanismo pelo qual o Estado, em nível nacional ou provincial, comprometia-se a pagar durante certo período, aos acionistas de companhias de estradas de ferro, uma remuneração mínima

⁶¹ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. p. 117.

⁶² BARRETO. Dantas apud QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. *Ibidem*. 2004. p. 118.

⁶³ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. *Op. Cit.* 2003. p. 19-46.

⁶⁴ Cf. QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. *Op. Cit.* 1997. p. 95.

⁶⁵ *Ibidem*. p. 108.

⁶⁶ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande: UFMS, 2006.

(entre 5 e 7%) do capital empregado, até que a empresa pudesse proporcionar lucros pelo seu próprio movimento⁶⁷.

A história da estrada de ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) costuma ser dividida em dois momentos: o primeiro em 1904, início da construção do trecho Bauru – SP/Cuiabá – MT via Uberaba, Porto Tabuado, Baús, Coxim e Cuiabá e o segundo período, que determinou a mudança do traçado final, alterando completamente o projeto inicial da obra, uma vez que, a ferrovia teve como destino final a cidade de Corumbá passando por Três Lagoas, Água Clara, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Esperança e Corumbá, o que ocasionou a passagem da estrada de ferro pelo SMT, e não mais pela capital do estado de Mato Grosso.

A mudança do traçado aconteceu porque o projeto inicial Bauru – Cuiabá via Uberaba não atendia aos planos políticos e militares do governo federal, uma vez que, a EFNOB não chegaria (caso seguisse essa linha) na extremidade da fronteira do Paraguai e da Bolívia. Uma explicação plausível para este fato está relacionado à assinatura do Tratado de Petrópolis⁶⁸ em 1903, durante o governo de Rodrigo Alves.

Seguindo as orientações do seu ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, o governo brasileiro intermediou diplomaticamente e foi acertado que de a Bolívia abriria mão do Acre em troca de territórios brasileiros no estado de Mato Grosso, além de receber a quantia de cerca de dois milhões de libras esterlinas. Nesse período, o estado mato-grossense era presidido por Totó Paes de Barros, aliado do presidente Rodrigo Alves. Totó Paes não se opôs a decisão do governo brasileiro de ceder pequenas partes em seu estado, entretanto, solicitou favorecimento para que a EFNOB percorresse o trajeto Bauru – Cuiabá⁶⁹.

No final de 1906, o mineiro Afonso Pena é empossado como novo presidente da República e suas ações políticas mudaram o destino da EFNOB. Em relatório anual, Afonso Pena expôs as motivações que o levaram em companhia do ministro da Viação, Miguel

⁶⁷ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 1997. p. 106.

⁶⁸ O tratado estabeleceu definitivamente as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, compensando a anexação do Acre por meio de cessão de pequenos territórios próximos à foz do rio Abunã e na bacia do rio Paraguai. Como a Bolívia perdeu, após guerra com o Chile, sua saída para o mar, dois artigos do Tratado de Petrópolis obrigaram o Brasil e a Bolívia a estabelecerem um Tratado de Comércio e Navegação que permitisse à Bolívia usar os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico. Além disso, a Bolívia poderia estabelecer alfândegas em Belém, Manaus e Corumbá e outros pontos da fronteira entre os dois países, assim como, o Brasil poderia estabelecer aduanas na fronteira com a Bolívia. O Brasil assumiu também a obrigação de construir uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará - Mirim, no Mamoré, com um ramal que atingisse o território boliviano. Era a estrada de ferro Madeira – Mamoré. Por fim, o Brasil obrigava-se demarcar a nova fronteira com Peru. A licitação para a ferrovia foi realizada em 1905; as obras iniciaram em 1907 e terminaram em 1912. Cf. COUTO, Felipe Rabelo. **“Uma chaga viva no sentimento popular”: Rui Barbosa e a questão do Acre (1899-1902)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2013. 145f.

⁶⁹ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 1997. p.102-133.

Calmon a mudar o traçado da EFNOB:

Resolvi modificar os traçados das estradas de [...] Bauru a Cuiabá, tendo em vista ligar efetivamente ao litoral as grandes bacias do Araguaia e do Paraguai [...] No tocante a Mato Grosso, afora as razões de ordem política e econômica, havia a necessidade de ultimar em breve prazo a construção, e isto só era lícito, procurando a linha o mais diretamente possível, um ponto à margem do Paraguai ou de afluente seu [...] ⁷⁰.

A mudança no projeto foi fundamentada pela própria comissão de estudos de viabilidade da ferrovia, além do próprio Ministério da Guerra e da Viação. Um relatório do Ministério da Guerra, intitulado “Preferência do Estado-Maior do Exército ao traçado Itapura - Corumbá” diz o seguinte:

Se depreende que, além de todas as vantagens militares, brilhantemente demonstradas na mesma informação, há a assinalar, como um motivo de alto peso, a importância da estrada Itapura – Corumbá, e não do traçado que demandasse Cuiabá, no sentido de favorecer a aproximação dos povos americanos [...] traduzindo profundos interesses ligados ao ponto internacional e político [...] Semelhante importância ressalta da natureza do próprio traçado, que poderá servir de ligação ao extraordinário sistema da rede ferroviária pan-americana [...] Tais são as razões capitais que levam a 3ª Seção a preferir a construção atual da linha Itapura – Corumbá, como meio mais pronto de assegurar a defesa das fronteiras mato-grossenses, por ser a via férrea mais rápida, mais segura e mais apta, não só para acudir aos múltiplos pontos de valores estratégico da região, como sobretudo a Corumbá, sentinela avançada posta à espreita desse lado do país ⁷¹.

Em outro documento, o engenheiro chefe da companhia EFNOB, João Teixeira Soares, também relata a mudança da linha ferroviária:

O governo, levado por motivos de ordem internacional, entendera dever providenciar com urgência sobre a extensão de nossa rede ferroviária até as margens do rio Paraguai, e parece ter julgado preferível o alvitre, que tivera a aprovação do nosso clube de engenharia, de levar essa viação até a fronteira da Bolívia, para assim poder estabelecer a ligação com o sistema ferroviário deste país ⁷².

⁷⁰ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena. Rio de Janeiro. 1907. p. 44-45.

⁷¹ Relatório Preferência do Estado-maior do Exército ao traçado Itapura – Corumbá *apud* QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 1997. p.127-128.

⁷² SOARES *apud* QUEIROZ. Paulo Roberto Queiroz. Op. Cit. 1997. p. 135.

Todo esse debate deixa claro que a administração federal mantinha uma precaução com relação à situação das suas fronteiras com os países vizinhos. Várias ações demonstraram que o governo procurou reforçar a região fronteira do país com vistas a manter o controle sobre o território garantindo a soberania da nação.

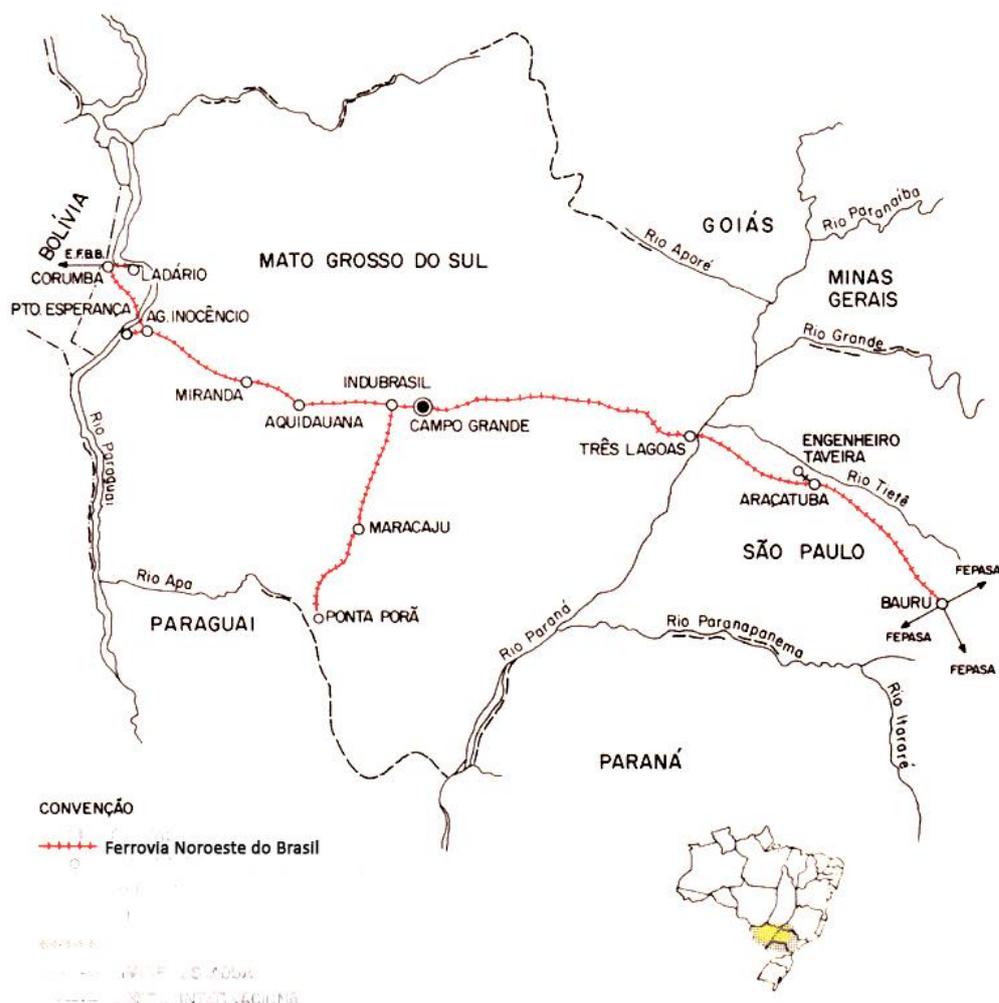


FIGURA 3. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) após a mudança do traçado – Bauru – Porto Esperança (adaptado pelo autor).

Fonte: <<http://vfc0.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/img/84bauru.gif>> Acessado em 17/01/2014 – 15:40h

O mapa ilustrativo acima mostra o traçado completo da EFNOB. Em 1914, ano de inauguração da ferrovia, o traçado ia de Bauru até Porto Esperança. Os ramais que ligaram Porto Esperança a Corumbá e Campo Grande a Ponta Porã foram construídos nas décadas seguintes a inauguração da EFNOB.

Outro investimento nesse período visando interligar as comunicações no país foram as

linhas telegráficas. O telégrafo, criado pelo norte-americano Samuel Morse chegou ao Brasil por volta da década de 1850. No Brasil, foram instalados primeiramente na capital federal para facilitar a integração política do governo, ligando o Palácio Imperial e o Quartel do Campo no Rio de Janeiro. As linhas telegráficas ampliaram-se na medida em que as necessidades políticas do país aumentaram, interligando o governo aos ministérios e os arsenais de guerra do exército e da marinha⁷³.

Nas décadas finais do século XIX, o sistema de telégrafo no Brasil passou a ser ampliado, espalhando-se por outras províncias, devido a necessidades de integração entre as demais regiões do país e para monitorar as revoltas que ocorreram em nosso território, como o conflito em Canudos (1896-1897), as disputas políticas em Mato Grosso (1906), que culminaram com o assassinato do seu governador, Totó Paes de Barros e a Guerra do Contestado (1912-1916)⁷⁴.

No Mato Grosso, a construção das linhas telegráficas estavam em curso desde os anos de 1891. A comissão telegráfica do estado, comandada por Cândido Mariano da Silva Rondon⁷⁵, capitão do exército brasileiro tinha como objetivo principal:

levar o telégrafo às fronteiras do Paraguai e da Bolívia, além de reconstruir a linha de Cuiabá, até então bastante precária. Os trabalhos foram concluídos em 1906 após a construção dos últimos 117 km da linha, ligando Cuiabá a Cáceres, totalizando 16 estações e 1.667 km de linhas telegráficas, consolidando a presença do Estado brasileiro na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia⁷⁶.

Em 1907, foi criado pelo presidente Afonso Pena, o mesmo que determinou a mudança no traçado da EFNOB, a Comissão de Linhas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, cujo objetivo era permitir uma maior presença do Estado nacional nos estados

⁷³ DOMINGUES. Cesar Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 147, p. 30-45, 2011.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Rondon nasceu no município de Mimoso (MT) em 1865. Chefiou a comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Rondon morreu em 1958, aos 92 anos, na cidade do Rio de Janeiro, após ter sido nomeado Marechal do Exército Brasileiro em 1955. Após os trabalhos de construção da linha telegráfica, Rondon também atuou: como comandante das forças que lutaram em Santa Catarina e no Paraná em 1924; como comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras de 1927 a 1930, foi nomeado por Vargas em 1934 para presidir uma Comissão Mista Internacional incumbida de resolver uma disputa de fronteiras entre Peru e Colômbia. Paralelamente, desde 1910 Rondon exerceu a função de Diretor do Serviço de Proteção aos Índios – SPI –, sendo nomeado por Vargas em 1939, então com 74 anos, presidente do recém-criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Cf. CAMPESTRINI. Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul: cinco séculos de História**. 6ª edição. Ed. Gibim, 2009.

⁷⁶ DOMINGUES. Cesar Machado. Op. Cit. 2011, p. 35.

Acre, Amazonas e Mato Grosso. O presidente em seu relatório comunica os avanços na construção de linhas e o novo empreendimento da seguinte forma:

Ao ser decretada a execução desse projeto, tinha mira o governo de então, como tem o atual, o empreendimento da viação férrea e fluvial para Mato Grosso, de modo a permitir as fronteiras desse futuro Estado receber reforços e recursos sempre que sua defesa o exigisse. Desse modo ficou a cidade de Cuiabá ligada às fronteiras da Bolívia e Paraguai, bem como os diversos pontos do Estado, reputados de suma importância estratégica, tais como Corumbá, Aquidauana, Miranda e Nioaque. Como complemento deste importante serviço [...] o governo resolveu interligar Mato Grosso ao Estado do Amazonas, já tendo providenciado no sentido de, com possível brevidade, serem iniciados os respectivos trabalhos⁷⁷.

Podemos também elencar outras medidas que visaram a defesa da fronteira oeste do Brasil, como o remanejamento do distrito militar de Cuiabá para Corumbá⁷⁸, promovido pelo Ministério da Guerra em 1902, a autorização para desenvolver a oficina de arsenais de guerra em Mato Grosso, no ano de 1905; a permissão para a realizar orçamentos a fim de reconstruir o Forte Coimbra; a chegada em 1908 de uma comissão de estudos para a defesa do rio Paraguai, além da instalação de um batalhão de estratégia do exército e a implantação de uma estação radiotelegráfica em Porto Murtinho⁷⁹.

⁷⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena. Rio de Janeiro. 1907. p. 44-45.

⁷⁸ Em 1922, esse distrito se instalou em Campo Grande e somado ao 5º regimento de artilharia de Aquidauana e ao 2º regimento de Aviação, se transformou em Circunscrição Militar, e posteriormente na 9ª Região Militar em 1934. A 9ª Região Militar teve como sedes as cidades de Cuiabá, Corumbá, Aquidauana e, finalmente, Campo Grande. Em 1985, todos esses regimentos foram aglutinados em torno do Comando Militar do Oeste (CMO), com sede em Campo Grande. Cf. JÚNIOR & TRUBILIANO. Carlos Martins; Carlos Alexandre Barros. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. IN: **Revista de História Regional**. 13(2): 246-262, inverno de 2008. p. 253.

⁷⁹ Cf. QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 1997. p. 94-97.



FIGURA 4. Linhas Telegráficas – Comissão Rondon.

Fonte: < <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/saiba-mais-expedicoes-comissao-rondon-691560.shtml>> acessado em 20/01/2014 as 22h00min.

O governo republicano procurou afirmar seu poder sobre grandes áreas nos confins do território nacional e os investimentos no “telégrafo, acompanhado de estradas e ferrovias, devia abrir caminho para a ocupação produtiva das terras por onde passavam e que estas iniciativas eram fundamentais na ocupação desses novos espaços e na superação das fronteiras”⁸⁰. Na república, ocorreu um movimento de “valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites, seja como referência da autenticidade nacional”⁸¹. As ferrovias, as linhas telegráficas e as estradas representavam esse esforço civilizatório.

1.2 – A Mate Laranjeira: um "obstáculo" para a colonização.

⁸⁰ DOMINGUES, Cesar Machado. Op. Cit. p. 38.

⁸¹ LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro, editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999. p. 65.

A história da empresa Mate Laranjeira tem início nos anos finais do século XIX. Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança e a assinatura do tratado de paz, foi organizada uma comissão de limites, que ficou responsável pela demarcação das fronteiras entre os países envolvidos no conflito.

A comissão brasileira foi chefiada pelo coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, além de soldados de infantaria e cavalaria liderados pelo major Antônio Maria Coelho⁸². A comissão era abastecida pelo fornecedor Tomás Laranjeira, natural de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Laranjeira⁸³ atuou como voluntário no conflito platino, permanecendo no Paraguai após o fim da Guerra.

No tempo em que permaneceu no Paraguai, Laranjeira conheceu os processos de colheita e industrialização da erva mate, produto consumido no país guarani, na Argentina e no Brasil. Acompanhando a comissão de limites, Laranjeira identificou inúmeros ervais ao longo do caminho no território brasileiro, percebendo essa região como uma fonte de riqueza pouco aproveitada⁸⁴.

Com o fim das atividades da comissão de limites, Laranjeira passou a explorar a produção de erva mate em *Concepcion*, no Paraguai. Em 1879, assumiu como presidente da província de Mato Grosso, Rufino Enéas Gustavo Galvão, o mesmo que comandou a comissão de demarcação de limites. Laranjeira utilizou de relações de poder com Galvão para solicitar seu apoio junto ao governo imperial no arrendamento dos ervais nativos no SMT⁸⁵. Segundo Foucault, as relações de poder encontram-se enraizadas na sociedade. Sua disseminação implica uma multiplicidade de objetivos, a partir da possibilidade de agir sobre a ação dos outros⁸⁶.

Em 1882, foi assinado o decreto nº 8.799, em que o governo imperial “lhe concedeu permissão para colher erva mate nos terrenos devolutos que demoravam nos limites da província de Mato Grosso com a República do Paraguai, entre os rios Verde e Amambai”⁸⁷. Além dos ervais, Laranjeira investiu na compra de propriedades rurais para desenvolver

⁸² A comissão brasileira também foi composta pelos auxiliares técnicos major Francisco Xavier Lopes de Araújo, pelos capitães Guilherme Carlos Lassance e Joaquim de Oliveira Pimentel e pelo médico Augusto da Silva Lisboa. A comissão paraguaia foi chefiada pelo capitão de fragata D. Domingos Antônio de Ortiz e pelo capitão D. José Dolores Espinosa. Cf. ALMEIDA. Mario Monteiro de. Op. Cit. p.102.

⁸³ Tomás Laranjeira também acumulou depois de alguns meses como fornecedor da comissão de limites, o cargo de secretário pessoal do chefe brasileiro, Rufino Enéas Galvão. Cf. ALMEIDA. Mario Monteiro de. Op. Cit. p. 107.

⁸⁴ ALMEIDA. Mario Monteiro de. Op. Cit. 2010. p. 95-113.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Cf. Foucault. Michel. **A microfísica do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

⁸⁷ ALMEIDA. Mario Monteiro de. Op. Cit. 2010. p. 108.

atividades pastoris.

Em 1890, Laranjeira consegue ampliar o espaço de arrendamento dos ervais, obtendo “direitos exclusivos sobre a exploração de uma vastíssima área, que abrangia quase toda a região ervateira do estado”⁸⁸. Laranjeira aproveitou-se novamente utilizando das relações de poder solicitou de Antônio Maria Coelho, primeiro governador de Mato Grosso após a Proclamação da República para que intercedesse a seu favor na expansão de seus arrendamentos na zona ervateira⁸⁹.

No ano de 1891, Antônio Maria Coelho, presidente de Mato Grosso é deposto do cargo pela aliança entre Generoso Ponce e Manoel Murinho. Este último assume como novo administrador do estado e

usando do dispositivo constitucional, o qual estabelece que a concessão de terras devolutas passa para a responsabilidade do Estado, e do poder político que detém, quebram o monopólio de Laranjeira. Isto é, Manoel Murinho, Presidente do Estado, através da Lei nº 26, abre concorrência pública para arrendamento da área compreendida entre os rios Iguatemi e Paraná. O vencedor dessa concorrência é o Banco Rio e Mato Grosso, cujo Presidente é Joaquim Murinho. Assim sendo, Laranjeira, a partir de 1892, passa a dividir seu monopólio da exploração ervateira e o seu direito de guardião dos ervais com a empresa dos irmãos Murinho⁹⁰.

Sem proteção política, Laranjeira associa-se aos irmãos Murinho⁹¹ e sua empresa é reconfigurada, passando a se chamar Companhia Mate Laranjeira (CML). “Essa companhia foi efetivamente constituída em setembro de 1891, sendo que, das 15.000 ações em que se distribuía seu capital (3 mil contos de réis), nada menos que 14.500 foram subscritas por uma outra empresa, denominada Banco Rio e Mato Grosso”⁹².

⁸⁸ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. **Anais do I e II encontro de Pós-doutores do programa de Pós-graduação em História da UFF**. [recurso eletrônico]/ Org. Abreu, Marta; Dantas, Carolina Vianna – Niterói: PPGHISTÓRIA – UFF, 2010. p. 77.

⁸⁹ ALMEIDA. Mario Monteiro de. Op. Cit. 2010. p. 109.

⁹⁰ WEINGARTNER. Alisoete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930)**. Edições EST, Porto Alegre, 1995. p. 71.

⁹¹ Vários integrantes da família Murinho estiveram envolvidos com a política em Mato Grosso. José Antônio Murinho (governador entre 1868-1869), Manuel Murinho (governador em 1889 e 1891-1895) e Joaquim Murinho (senador entre 1890-1896;1903-1911 e ministro da fazenda no mandato do presidente Campos Salles).

⁹² QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2010. p. 77. A composição acionária da Companhia Mate Laranjeira era composta da seguinte forma: Banco Rio e Mato Grosso – 14.540 ações; Dr. Joaquim Murinho, 100; Tomás Laranjeira, 110; Dr. Casimiro Menezes, 10; Francisco Murinho, 50; Dr. Francisco Marques Pinheiro, 10; João Nunes de Carvalho, 10; Lucídio Martins, 50; Dr. Manoel Martins Torres, 20; Manoel Moreira da Fonseca, 100; totalizando 15.000 ações Cf. WEINGARTNER. Alisoete Antônia dos

O Banco Rio e Mato Grosso (BRMT) foi o primeiro estabelecimento de crédito a operar no antigo Mato Grosso. Foi fundado em 1890 e funcionou até 1902, quando entrou em processo de liquidação. Além de operar no Rio de Janeiro, possuía uma agência em Cuiabá e um caixa em Corumbá. O banco investiu principalmente em operações industriais no comércio mato-grossense, extração da borracha e exploração da erva mate, no qual obteve mais êxito⁹³.

Com essa união, a CML torna-se a única concessionária dos ervais, ampliando o “prazo de arrendamento para dezesseis anos”, o que “reforça e garante à concessionária o monopólio da exploração ervateira e amplia seu direito de guardião dos ervais” além de suprimir a “cláusula que reconhece o direito dos moradores da região em explorar a erva mate”. A CML podia “autorizar ou não a entrada de estranhos nos ervais” e possuir uma “guarda policial”⁹⁴.

Com o crescimento da empresa, a CML constituiu grande infraestrutura⁹⁵, como portos, ferrovias, estradas, embarcações fluviais, instalações próprias e até organizou cidades como Campanário e Guaíra⁹⁶. A CML contava com milhares de trabalhadores para dar conta de todo esse aparato, em grande maioria paraguaia e indígena guarani.

Santos. Op. Cit. p. 71.

⁹³ Para mais informações sobre o BRMT, Cf. QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.23, nº45, p.125-146, janeiro-junho de 2010.

⁹⁴ WEINGARTNER. Alisoete Antônia dos Santos. Op. Cit. p. 71.

⁹⁵ Os bens da CML por volta de 1934 estavam discriminados em 900 carretas, 180 chatas, 7 lanchas a vapor, 2 linhas ferroviárias de 80km, 30 depósitos mestres, 70 depósitos auxiliares, 250 km de estradas vicinais de rodagem, 60 pontes construídas e distribuídas pelos ervais, 20 rebocadores e 8 vapores, 2.700 burros, 2.500 cavalos 55.000 cabeças de rebanho bovino e possuía 28.000 empregados, sendo 18.000 fixos e 10.000 volantes” Cf. DUARTE, Francisco Escobar. **Revista: O observador econômico e financeiro**, nº 70, janeiro de 1947. p. 127.

⁹⁶ “Campanário era a sede administrativa da CML em Mato Grosso e há fortes indícios que ela começou a ser construída no final da década de 1910, durante a administração de Heitor Mendes Gonçalves, como uma estratégia empresarial para maximizar o controle da produção ervateira. Localizava-se em terreno próprio, próximo a cidade de Ponta Porã, no SMT. Guaíra tinha a mesma função estratégica, tendo sido fundada por volta de 1915, quando a CML obteve do Estado de Mato Grosso autorização para exportar a erva por um porto que ela construiria no rio Paraná. Tornou-se, portanto, o centro por onde escoou a erva mate produzida em Mato Grosso e exportada à Argentina. Guaíra recebia toda a erva mate produzida em Mato Grosso, transportada até aquele ponto através da navegação pelos afluentes da margem direita do rio Paraná. De Guaíra, a erva encaminhada a Porto Mendes, situado a jusante dos saltos, através de uma pequena estrada de ferro construída pela CML, que ligava os dois portos, sendo em seguida embarcada para a Argentina. Assim como Campanário, Guaíra tinha a aparência de uma pequena cidade, com traçados e serviços urbanos, mas era propriedade particular da CML. Na verdade, tanto uma como a outra eram centros de trabalho fabril, onde imperavam as determinações disciplinares de uma grande empresa capitalista. Essa situação se manteve até a década de 1940, quando Guaíra foi incorporada à União, ganhando estatuto político de cidade, enquanto Campanário continua sendo, até hoje, sede de uma grande fazenda” Cf. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cidades no sertão: centros de trabalho e resistência fabril. A História de Campanário e Guaíra. **Rev. Territórios e Fronteiras**. Programa de Pós-graduação. Em História – UFMT – V.4 – N.2 – JUL/DEZ 2003. p. 103.



FIGURA 5. Área da Companhia Mate Laranjeira no final do século XIX (adaptado pelo autor).

Fonte: BIITAR. Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado**. 2009. p. 63.

Com a liquidação do BRMT em 1902, a CML também desapareceu, no entanto, Laranjeira adquiriu toda a estrutura referente à companhia e associou-se a Francisco Mendes⁹⁷, formando a empresa *Laranjeira, Mendes e Cia.* com sede na Argentina⁹⁸. Laranjeira era responsável pela colheita, industrialização e transporte da erva mate até a Argentina. No país portenho, Mendes distribuía e comercializava o produto, fazendo chegar até os consumidores.

A CML começou enfrentar resistência dentro do próprio Estado de Mato Grosso. No início do século XX, brigas políticas entre as elites dirigentes do Estado, fizeram com que Generoso Ponce e a família Corrêa da Costa⁹⁹, outrora, aliados da família Murtinho (diretores

⁹⁷ Mendes era um português nascido na ilha da Madeira. Teria conhecido Laranjeira na Guerra com o Paraguai, quando eram ambos comerciantes e fornecedores do exército brasileiro e já nessa ocasião eles teriam idealizado o futuro negócio da erva Cf. QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2010. p. 81.

⁹⁸ “Embora tenha assumido ao longo do tempo, diferentes nomes e configurações, essa empresa ficou historicamente conhecida pelo nome adotado em 1891 (Companhia Mate Laranjeira) e manteve uma posição predominante nos ervais sul mato-grossenses até a década de 1940” Cf. QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2010. p. 77.

⁹⁹ Vários integrantes da família Corrêa da Costa estiveram envolvidos com a política em Mato Grosso, principalmente como senadores e governadores. Antônio Corrêa da Costa (governador entre 1895-1898), Mario Corrêa da Costa (governador entre 1926-1930;1935-1937), Pedro Celestino Corrêa da Costa (Senador e governador entre 1908-1911;1922-1924) e Fernando Corrêa da Costa (prefeito de Campo Grande entre

do BRMT e apoiadores de Laranjeira) anulassem o acordo de união entre eles.

Laranjeira não conseguiu manter o seu monopólio da produção de erva mate no estado mato-grossense, uma vez que, políticos da oposição foram contrários a ceder benefícios à empresa, alegando que causaria lesão ao estado. Pedro Celestino, um dos aliados de Ponce, escreveu um pequeno livro, intitulado “A questão do Mate”, publicado em 1912, onde expôs baseado em análise do contrato com a CML, seus argumentos contrários à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado. De acordo com Pedro Celestino

alguns rumos do novo contrato de arrendamento precisavam ser arrumados e discutidos, como a evasão de impostos na medida em que toda a erva do Estado era consumida quase exclusivamente na República Argentina e cujo principal mercado era o Chile e outras Repúblicas latinas. Esse rumo político-econômico precisava ser corrigido. Por outro lado as pretensões da empresa em aumentar a área de exploração dos ervais, de comprar glebas abaixo do preço e outras vantagens ia, contra o interesse do Estado [...] Essas terras tinham que ser aproveitadas para aumentar o povoamento no sul do Estado¹⁰⁰.

Em 1915, o governo garantiu o fim do monopólio e permitiu que pequenos proprietários tivessem acesso a terra, conforme observa Virgílio Corrêa Filho:

A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavoura situadas dentro da área compreendida no contrato do arrendamento em vigor, será garantida dentro do prazo de 2 anos, a partir de 27 de junho de 1916, a preferência para aquisição de uma área nunca superior a 2 lotes de 3.600 hectares cada um¹⁰¹.

Elencamos alguns fatores que em conjunto podem explicar a diminuição da CML a partir de 1915. Segundo Bittar, a população do SMT não via a companhia com bons olhos, uma vez que, com ajuda do governo mato-grossense conseguia aumentar os preço das terras para evitar a chegada de colonos. Além disso, a sua interferência na política estadual acabou por formar grupos antagônicos a sua dominação¹⁰².

De acordo com Silva, em 1912 a CML enviou projeto para Assembleia Legislativa de

1947-1951; Senador entre 1959-1961 e 1967-1975; governador entre 1951-1956 e 1961-1966).

¹⁰⁰ COSTA, Pedro Celestino Corrêa *apud* SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977)**. Cuiabá: EdUFMT, 1996. p. 61.

¹⁰¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1969. p. 605.

¹⁰² BITTAR, Marisa. Op. Cit. 2009. p.9-10.

Mato Grosso com a intenção de ampliar o seu contrato de arrendamento até 1930. Além do mais, tinha por objetivo aumentar a porção de terras em seus domínios em mais de um milhão de hectares e expulsar os proprietários existentes¹⁰³. O autor também destaca que em 1912, Generoso Ponce e Joaquim Murтинho, outrora apoiadores da CML, já haviam falecido, fazendo com que a empresa perdesse força no governo¹⁰⁴.

Segundo Silva, Pedro Celestino foi um dos responsáveis por analisar o projeto de ampliação do contrato com a CML e o político enumerou alguns elementos para rejeitar a proposta. A inadequada exploração de alguns ervais, a queda na arrecadação de impostos do estado, devido a evasão de impostos e contrabando foram alguns dos motivos alegados por Celestino¹⁰⁵.

Segundo Queiroz, com a quebra do monopólio em 1915, os posseiros estabelecidos na região tiveram preferência para adquirir as terras. Os produtores independentes de mate passaram a se organizar e formar pequenas cooperativas¹⁰⁶. A partir de 1915, o número de aquisição de lotes na região aumentou, conforme demonstra a tabela mais abaixo.

Tabela 1. Número de títulos de terras expedidos pelo Estado de Mato Grosso entre os anos 1902-1929¹⁰⁷.

Nº de títulos de terras expedidos no Estado de Mato Grosso						
Período	Terras Públicas			Terras Particulares		Quantidade final
	Ano	Tít. prov.	Tít. def.	Área ha.	Tít. def.	
1902	32	21	116.638	86	1.115.528	139
1903	41	19	103.323	67	1.231.935	127
1904	52	34	257.274	72	2.049.340	158
1905	53	31	108.045	747	240.716	831
1908	41	26	173.113	20	107.450	87
1909	49	25	222.975	15	111.529	89
1910	54	23	84.828	28	258.296	105

¹⁰³ SILVA, Jovam Vilela da. Um Truste encravado no Sul de Mato Grosso (1882-1950). **Revista: Coletâneas de nosso tempo**, Cuiabá, v. 01, p. 26-44, 1997. p.34.

¹⁰⁴ Ibidem. p.34-35.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 35.

¹⁰⁶ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Primeiro encontro de pós-doutores do PPGH/UFF, 2010, Niterói. **Anais do I e do II encontro de pós-doutores do PPGH/UFF**. Org. por Carolina Dantas e Martha Abreu.. Niterói: PPGH História/UFF, 2010. p.8.

¹⁰⁷ A escolha desse período de datas está relacionado ao fato de ter encontrado somente a partir de 1902, dados que pudessem fornecer informações claras a respeito da emissão de títulos de terras. E o ano de 1929 é o período final, devido a facilidade de acesso aos documentos dos presidentes de província e estado, que estão disponíveis de forma digitalizada no sítio <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso> desde 1835 até 1930. Algumas datas não possuem informações na tabela, pois em alguns relatórios não encontramos dados ou referências correspondentes a emissão de títulos nos documentos.

1911	-	13	253.626	-	-	13
1916	41	87	-	-	-	128
1917	75	187	-	-	-	262
1918	137	107	236.010	-	-	244
1919	177	71	977.737	-	-	248
1920	219	46	671.614	-	-	265
1921	183	35	1.684.445	-	-	218
1922	49	62	537.510	-	-	111
1923	168	147	1.091.446	-	-	315
1924	157	110	765.010	-	-	267
1925	90	101	554.517	-	-	191
1926	89	76	540.222	-	-	165
1927	61	97	476.716	-	-	158
1929	107	61	650.574	-	-	168

Fonte: Organizado pelo autor, com o auxílio dos relatórios de presidentes de estado, disponíveis no sítio

<http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>.

A quebra do monopólio da CML causou uma nova amotinação em Mato Grosso, posto que, os apoiadores da companhia tentaram derrubar o presidente do Estado, Caetano de Albuquerque. Esse movimento ficou conhecido como *Caetanada*¹⁰⁸. Isso fez Wenceslau Braz, presidente da República, declarar intervenção federal no Estado em 1917, ultimando o movimento. Um acordo entre os partidos políticos do Estado levou o Bispo de Cuiabá, Dom Aquino Corrêa a formar um governo de coalizão, visando a manutenção da paz em Mato Grosso¹⁰⁹.

Desde as décadas finais do século XIX, houve um fluxo migratório de paraguaios para o SMT, devido a Guerra da Tríplice Aliança, que quase provocou a “completa desarticulação da economia” do Paraguai, sendo assim, foram em “busca de trabalho e sustento para as suas vidas”¹¹⁰. Ademais, gaúchos, mineiros e goianos também migraram para essa região em busca de terras, conforme apontam vários estudos¹¹¹.

Existia uma imagem propagandeada pelo governo federal e estadual, que Mato Grosso possuía enormes vazios demográficos, como observou Guillen¹¹². A CML procurou implantar

¹⁰⁸ Esse movimento até o momento não foi alvo de pesquisas acadêmicas que pudessem esclarecê-lo e nos conceder mais informações.

¹⁰⁹ SILVA, Jovam Vilela da. Op. Cit. 1996. p. 64.

¹¹⁰ ARRUDA, Gilmar. O trabalho paraguaio na Mate Laranjeira. In: **Arca: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS**. Campo Grande, MS: Sergraph. Dezembro de 1993, nº4, p. 44-47.

¹¹¹ Cf. ARRUDA (1986;1993), BIANCHINI (2000), BITTAR (1999;2009), GUILLEN (1991), QUEIROZ (1997;2004), SILVA (1996), SODRÉ (2009), WEINGARTNER (1995).

¹¹² GUILLEN. Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. **Estudos sociedade e agricultura**, 12, abril 1999. p. 148-168.

uma “uma política de espaços vazios”¹¹³, que visava impedir a qualquer custo, a ocupação das terras nas imediações ou na localidade de seus arrendamentos, além de dificultar o trabalho dos pequenos produtores da erva mate. Conforme Guillen, a manutenção dessa política destinava-se ao controle dos ervais e formas de trabalho empregadas pela CML¹¹⁴.

De acordo com Guillen, a chegada de migrantes representava um perigo para a CML, pois estes “desejavam, acima de tudo, a propriedade da terra”¹¹⁵, ou seja, os migrantes ao se estabelecerem nas áreas de arrendamento, começaram a confrontar o monopólio de Laranjeira. Vários pequenos produtores de mate, passaram a produzir de forma clandestina e contrabandear a erva para o Paraguai.

Em 1915, o presidente do Estado, Costa Marques, estimou uma quantidade de “1.400.000 kg de erva mate contrabandeada”¹¹⁶. Podemos pensar essa ação de contrabando como uma tática, que segundo Certeau é uma ação calculada e determinada, que joga de acordo com o terreno que lhe é imposto e se origina de diferentes maneiras de fazer, possibilitando que os atores escapam das empresas de controle¹¹⁷. Além disso, essa situação pode ser pensada como uma forma de resistência ao monopólio da CML feita pelos pequenos produtores.

O presidente do Estado, Mario Corrêa da Costa, expôs em seu relatório em 1926, de acordo com as informações cedidas pela Diretoria de Terras, Minas e Colonização, que

a venda de terras, como já se vem dando desde alguns anos, avultou mais nos municípios do sul do Estado, especialmente Ponta Porã, cujas terras, em sua maior parte de ervais, cada vez mas valorizadas, são objeto de intensa procura. Só no primeiro trimestre do ano corrente, contam-se por dezenas os requerimentos de compra de terras, todos de Ponta Porã¹¹⁸

Isso nos permite considerar, associado aos dados que obtivemos das emissões de títulos de terra, que essa localidade não era tão desocupada quanto afirmavam os discursos. Além da grande população indígena, havia um fluxo migratório e de procura por compra de terras, o que não agradava a CML, pois representavam uma ameaça aos seus negócios da

¹¹³ Ibidem. p. 150.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ GUILLEN. Isabel Cristina Martins. Op. cit. 1999. p. 148 et. seq.

¹¹⁶ Mensagem dirigida pelo Ex.º Sr. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 13 de maio de 1915. Cuiabá.

¹¹⁷ Certeau. Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: 3ª edição, Ed. Vozes, 1998. p. 100-101.

¹¹⁸ Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1926. p. 77.

região.

Bertoldo Klinger, comandante da circunscrição militar de Mato Grosso, ao narrar suas memórias, destaca as práticas aplicadas pela CML com relação aos pequenos produtores e posseiros,

Não só de rigores que, segundo a voz pública, a poderosa empresa exercia para com seus trabalhadores, mantidos afinal de contas, apesar de disfarces, em escravidão econômica sem escapatória, mas também da sua férrea vontade de posse exclusiva dos mínimos tratos de terra, confinantes ao seu latifúndio, de qualquer forma preciosos para sua exploração, resulta grande massa de descontentes, humanamente revoltados contra a desumanidade. E que por todos os meios, a empresa inquietava, enleava e acabava expulsando os pequenos proprietários encravados em seu domínio, ou próximos, ou que tentassem ali estabelecer-se¹¹⁹.

A CML, com sua fiscalização, procurou expulsar os novos moradores da região através da perseguição e violência contra os que se colocavam em seu caminho. Como vários políticos mato-grossenses apoiavam Laranjeira, quando os pequenos produtores requeriam títulos de terra, enfrentavam a lentidão do departamento de terras, minas e colonização. Enquanto esperavam, sofriam pressão política da CML para abandonar os lotes.

Em estudo sobre a luta pela terra no SMT, Guillen observou que muitos moradores procuraram enfrentar a CML para defender e solicitar a posse da terra. Ocorreu até a organização de um movimento denominado Liga dos Combatentes, em que vários habitantes da localidade se organizaram e atacaram as instalações da CML¹²⁰.

Segundo Guillen, a partir dos anos de 1930, a companhia já não possuía uma boa imagem nacionalmente, uma vez que, vários jornais, como a Folha da Manhã de São Paulo, Diário de Notícias do Rio de Janeiro e a República de Campo Grande, publicaram reportagens sobre as condições de vida dos trabalhadores da CML e sobre o conflito de terras existentes na região¹²¹.

De certa forma, grande parte dos movimentos contra a companhia foi classificada pelas pessoas que defendiam seus interesses políticos, como arruaceiros, vadios, desordeiros, criminosos, que atormentavam a fronteira, configurando-os como banditismo. Como notou Guillen, essas revoltas eram sempre relacionadas ao banditismo, a rixas entre famílias e a violência, desconsiderando a possibilidade de um movimento organizado contra os

¹¹⁹ KLINGER. Bertoldo *apud* GUILLEN. Isabel Cristina Martins. Op. Cit. p. 157.

¹²⁰ GUILLEN. Isabel Cristina Martins. Op. Cit. p. 160-161.

¹²¹ Idem.

arrendamentos da CML¹²².

Podemos considerar também a criação de um discurso pela CML e por seus apoiadores que almejava a estereotipificação desse conjunto de pequenos produtores e posseiros como bandidos, uma vez que representavam uma ameaça para seus interesses político-econômicos. Esse discurso é afirmativo, pois busca “apagar as multiplicidades e as diferenças individuais em nome das semelhanças superficiais¹²³” do grupo. Age como um mecanismo de dominação e sujeição, que pretende desqualificar o movimento contra o monopólio da CML¹²⁴.

Discordamos da posição de Alisoete Weingartner, que em um dos capítulos de seu livro, afirma que a CML foi um fator de integração e manutenção da unidade estadual¹²⁵, impedindo a divisão do Estado de Mato Grosso entre os anos de 1889 a 1930. De acordo com a autora, o fato de a empresa defender seus interesses e proteger seus arrendamentos no sul do estado, além da influência que possuía entre parte das elites dirigentes, fez com que a unidade estadual fosse preservada.

De acordo com Marisa Bittar, a ideia de um movimento separatista no estado de Mato Grosso só ganhou corpo a partir de meados da década de 1930. Os fatos que ocorreram antes desse período não passaram de disputas entre os grupos dirigentes e embates pela posse da terra¹²⁶. Queiroz também assinala a necessidade de evitar a ideia de que as “alianças e rupturas” entre os políticos e a CML tiveram um “fundo econômico”¹²⁷, sendo muitas vezes, disputas políticas relacionadas ao “exercício do poder”¹²⁸.

O processo político ocorrido em Mato Grosso, na Primeira República (1889-1930), não foi diferente dos demais estados do país. Essas disputas eram decorrentes do fenômeno do coronelismo, onde grupos constituídos dominaram por muito tempo o poder político no

¹²² Ibidem. p. 163.

¹²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. Tese de doutorado. IFCH-UNICAMP. Campinas, 1994. p. 3.

¹²⁴ FOUCAULT. Michel. Op. Cit.

¹²⁵ WEINGARTNER. Alisoete Antônia dos Santos. Op. Cit. p. 72 et. seq.

¹²⁶ BITTAR. Marisa. Op. Cit. 2009. p. 90-129.

¹²⁷ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2010. p. 13.

¹²⁸ Podemos citar, por exemplo, as disputas políticas que ocorreram a partir de 1898. “Nesse ano, Manoel Murtinho negou-se apoiar o nome escolhido por Generoso Ponce para a presidência do estado. Ponce, contudo, insistiu em seu candidato e levou-o a vitória, em março de 1899. Nos termos da política dos governadores, arquitetada por Campos Salles, deveria ter prevalecido o eleito de Ponce, já que este último detinha o controle da maior parte do Partido Republicano em Mato Grosso. Entretanto, Campos Salles preferiu, nesse caso, prestigiar o irmão de seu ministro da Fazenda. Deste modo, as tropas federais em Mato Grosso permaneceram impassíveis enquanto, por meio de violenta pressão armada, os aliados reunidos por Manuel Murtinho forçaram a Assembleia Legislativa a convocar novas eleições – nas quais, como seria de se esperar, foi “eleito” o candidato de Murtinho”. Após essa disputa, as famílias Ponce e Corrêa da Costa, antes aliada dos Murtinho, passaram a fazer oposição e as principais críticas estavam relacionadas aos benefícios que os Murtinho cederam a CML. Cf. QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, pag. 125-146, janeiro-junho de 2010. p.138-139.

Estado. “O povoamento descentralizado, aliado à formação da grande propriedade, permitiu o fortalecimento de um sistema baseado nos domínios familiares”¹²⁹, assim, as oligarquias são eventos típicos desse período. Como havia dirigentes políticos envolvidos com a CML, logo, estes defendiam a companhia visando resguardar seus interesses, sejam políticos ou econômicos. Não podemos generalizar que a CML tivesse força política o bastante para evitar uma suposta divisão do Estado.

Pensar que as dificuldades de colonizar o território mato-grossense foi resultado exclusivo da presença e força da CML é uma forma de isentar o Estado de sua responsabilidade. Ambos não eram realidades opostas, pelo contrário, existiu uma intensa rede de relações de poder, de troca de favores e uso de capital social para atender interesses de ambos. O processo de apropriação territorial constituído pela CML foi lesivo não ao estado, mas a sociedade em geral.

Na década de 1930, o governo federal pôs em prática uma política de nacionalizar as fronteiras, impedindo que empresas estrangeiras tivessem domínio sobre determinados territórios, além da criação dos territórios e das colônias agrícolas federais¹³⁰. Com a aplicação de políticas que tinham como objetivo a nacionalização das fronteiras e o domínio sobre o território, a CML sofreu duros golpes, uma vez que era controlada por capital argentino, além de ter o domínio por arrendamento de grandes extensões de terra em região fronteira, o que representava para o governo brasileiro uma situação perigosa¹³¹.

Durante o Estado Novo, o governo federal voltou a ter responsabilidade pelas terras devolutas em regiões de fronteira¹³² e optou por não renovar as concessões da CML. Somente após o fim do governo Vargas em 1945, a empresa conseguiu novos arrendamentos, porém, curtos. Em 1949, o Estado decidiu rescindir esses contratos, pondo fim a atividade ervateira da CML.

¹²⁹ BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009. p. 81-82.

¹³⁰ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. **Anais do I e II encontro de Pós-doutores do programa de Pós-graduação em História da UFF**. [recurso eletrônico]/ Org. Abreu, Marta; Dantas, Carolina Vianna – Niterói: PPGHISTÓRIA – UFF, 2010. p. 14.

¹³¹ Idem.

¹³² O artigo nº 155 da Constituição brasileira de 1937 afirmava que “nenhuma concessão de terras com área superior a dez mil hectares, poderá ser feita sem que, em cada caso, preceda autorização do conselho federal” e o nº 165 previa que “dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional”. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brazil37.html>>. Acesso dia 20/01/2014.

1.3 – A Marcha para Oeste e a criação do Território Federal de Ponta Porã.

Em 1937, instalou-se no país um regime político que afirmou inaugurar uma experiência única na História do Brasil. Assim, o Estado Novo procurou “articular uma política ideológica que assinalasse toda a grandeza de sua formação político-institucional perante todos os atores relevantes do sistema”¹³³.

Foi um período em que o presidente dispunha de

plenos poderes legislativos e executivos, propaganda controlada e atuação da censura, eliminação do federalismo, instituições burocratizadas, maior participação do Estado na economia, diversificação da produção agrícola, regulamentação das relações entre operários e empresários, consolidação da Justiça do trabalho, autoritarismo, traços nacionalistas¹³⁴.

Segundo Oliveira, o objetivo do regime era construir um novo modelo político do país¹³⁵. A elite intelectual, associada ao Estado Novo, criticou o federalismo, o modelo liberal de governo, pois acreditavam serem estes os responsáveis pela falência da República Velha¹³⁶ e passou a defender a centralização da política no Brasil.

Esse novo governo, devia ser moderno, baseado no novo e no nacional, isto é, na realidade brasileira. Nesse caso, “ser moderno significava ser brasileiro e também valorizar as tradições nacionais”¹³⁷. Nascia um movimento nacionalista, que objetivava a integração nacional.

O Estado Novo passou a recusar os modelos importados para valorizar o nacional e tradicional. Para isso, contou com a ajuda de intelectuais brasileiros, que participaram ativamente da construção da ideologia estado-novista, agindo como “autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir dessa operação, um todo único e compreensível¹³⁸”. Entre os intelectuais que participaram ativamente na construção ideológica do Estado Novo, podemos citar Cassiano Ricardo, Heitor Villa-Lobos, Francisco Campos, entre outros.

De acordo com Gomes, a Marcha para Oeste foi um programa com uma política

¹³³ OLIVEIRA. Lúcia Lippi et. all. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 109.

¹³⁴ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 19ª edição. 1990. p. 266-273.

¹³⁵ OLIVEIRA. Lúcia Lippi et. all. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 111.

¹³⁶ Compreende-se a República Velha, como o período entre a Proclamação da República e a chamada Revolução de 1930.

¹³⁷ PEREIRA. Eliane Manso. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista**, 2 (1): 113-129, jan./jun., 1997. p. 114.

¹³⁸ LENHARO. Alcir. **A sacralização da política**. Ed. Papirus. 1986-a. p. 54.

voltada à integração e nacionalização do Brasil. Seu objetivo era tornar o Brasil uma terra de brasileiros, efetivamente ocupada por eles. Foram adotadas medidas para intervir na organização do espaço territorial do país, no controle de fluxos populacionais, investimentos em áreas estratégicas, como transporte e comunicação, que visavam contemplar o trabalhador nacional, materialmente e simbolicamente¹³⁹.

Nesse sentido, a região Centro-Oeste do país foi caracterizada por discursos da elite dirigente do país, como um sertão de vegetação inexplorada, repleto de vazios demográficos de população branca e ocupado por milhares de indígenas. Contudo, esses discursos também repercutiam a necessidade de explorar, ocupar e colonizar essa região, pois ao mesmo tempo em que era considerado um local ermo, afastado, desabitado, desprovido de cultura e civilização, esse espaço possuía inúmeras riquezas, proveniente de sua flora e fauna, recursos hídricos inesgotáveis, solos férteis e terras adequadas para a agropecuária. Com isso, o governo brasileiro adotou medidas políticas e militares que visavam fortalecer o domínio sobre o território e resolver conflitos sociais.

A Marcha para Oeste foi arregimentada sobre um discurso do poder que “pretendia criar um sentimento de coparticipação do povo brasileiro no sentido de uma unidade étnico cultural, econômica, política e no pertencimento desse povo à nação brasileira”¹⁴⁰. Para que tal fato ocorresse, a imagem lendária do bandeirante foi restabelecida como o desbravador dos sertões. Essa imagem do bandeirante como herói da História do Brasil foi utilizada para autenticar esse novo movimento de interiorização do país.

A Marcha para Oeste passou a ser vista como uma batalha, uma luta, uma campanha que tinha por finalidade

resolver os problemas particulares do nordeste através do esvaziamento dos conflitos sociais por meio da orientação de corrente migratórias para as novas áreas de colonização; de outro lado, tinha-se em mente regularizar o abastecimento urbano dos grandes centros, através das novas áreas colonizadas.¹⁴¹

A Marcha traz a ideia da nação brasileira em movimento para ocupar o oeste, isto é, um país que procurava sua integração e aperfeiçoamento, que visava “retomar o processo de

¹³⁹ GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. IN: GOMES, Ângela de Castro. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4: Olhando para dentro – 1930-1964. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. 2013. p. 62.

¹⁴⁰ PEREIRA. Eliane Manso. Op. Cit. p. 117.

¹⁴¹ LENHARO. Alcir. Op. Cit. 1986-a p. 14.

ocupação do próprio território nacional, o que incluía políticas cujo alvo eram o povoamento e a propriedade da terra”¹⁴². Essa política pregava a “unidade étnico cultural, a unidade econômica, política e o sentimento comum de ser brasileiro”¹⁴³, afim de caminhar juntos e de braços dados ao progresso.

Uma das táticas adotadas pelo governo Vargas para o funcionamento da Marcha para Oeste foi à criação das colônias agrícolas nacionais. A adoção desse método tinha como objetivo “promover a diminuição dos conflitos urbanos, através do patrocínio da migração interna pelo estado; por outro, o povoamento das fronteiras nacionais evitaria sua ocupação por nações estrangeiras”¹⁴⁴. Os “trabalhadores foram convocados a conquistar o interior do país e contribuir para a edificação da nacionalidade”¹⁴⁵.

O governo começou a doar terras para maiores de dezoito anos, que não tivessem propriedade, nem riqueza. Estrangeiros eram aceitos apenas se comprovassem qualificação agrícola. Os colonos perdiam o lote se deixassem de cultivá-lo, ou se o desvalorizasse por má conduta, brigas ou perturbação na colônia¹⁴⁶.

Durante séculos a pobreza foi vista como um fato inevitável e até útil, já que consistia em estímulo pela busca ao trabalho¹⁴⁷. No entanto, o Estado Novo passou a identificar a pobreza como incômoda e perigosa, sendo considerada uma barreira ao crescimento do país, uma vez que, a omissão do governo foi apontada como a razão de sua permanência. Nesse contexto, temos outra política do Estado Novo, a construção de um novo homem, de um novo perfil de trabalhador, considerado o trabalhador ideal.

Para o novo regime político era necessário criar um conceito de trabalhador nas áreas rurais, que já era utilizado no setor urbano industrial, isto é, a invenção de um “trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo”¹⁴⁸. O trabalho passou a ser visto como ideal para o homem na aquisição de riqueza e cidadania, ou seja, o “trabalho passaria a ser um direito e dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado”¹⁴⁹. Esse novo trabalhador deveria reconhecer que a civilização e o progresso eram produto do trabalho.

¹⁴² GOMES. Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI. Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p. 67.

¹⁴³ LENHARO. Alcir. Op. Cit. 1986-a. p. 57.

¹⁴⁴ PEREIRA. Eliane Manso. Op. Cit. p. 118.

¹⁴⁵ LENHARO. Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.6, n.º12, mar./ago. 1986-b. p. 50.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ GOMES. Ângela de Castro. Op. Cit. p. 53.

¹⁴⁸ LENHARO. Alcir. Op. Cit. 1986-a. p.15.

¹⁴⁹ GOMES. Ângela de Castro. Op. Cit. p. 55.

Segundo Lenharo, o governo procurou conceder crédito para o trabalhador rural com o intuito de mantê-lo na terra, isto é, precisou investir numa política de amparo ao trabalhador, que atendessem as suas necessidades para produzir, tornando-o sustentável. Várias medidas se destinaram a intervir sobre o trabalhador com a finalidade de “dirigir seu trajeto migratório, esquadrihá-lo espacialmente quando de sua chegada, decidir o jeito de tratar a terra, inculcando-lhe o desejo de retirar lucratividade dela e de subir na vida”¹⁵⁰. Com isso, o governo engendrou um discurso de legitimação de um novo trabalhador, baseado nas práticas ideológicas do Estado Novo¹⁵¹.

Foram instaladas ao todo no território brasileiro oito colônias agrícolas nacionais¹⁵². No SMT, foi instalada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A área da colônia ficava localizada no perímetro dos ervais da Mate Laranjeira, ou seja, a criação de núcleo colonial é “entendido como uma medida do governo Vargas para controlar a empresa ervateira e diminuir os conflitos existentes entre a companhia e os pequenos produtores e moradores da região”¹⁵³.

Após a formação da CAND, o governo varguista criou o Território Federal de Ponta Porã (TFPP) em 1943 numa área que abrangia parte do SMT. A criação desse território seguia a lógica política do Estado Novo, baseado na integração e interiorização do país. Além do TFPP, foram criados os de Amapá, Guaporé, Iguaçu e Rio Branco.

¹⁵⁰ LENHARO. Alcir. Op. Cit. 1986-b. p. 49.

¹⁵¹ GOMES. Ângela de Castro. Op. Cit. p. 70.

¹⁵² São elas: colônia agrícola nacional de Jaíba – MG, Colônia agrícola nacional do Maranhão, colônia agrícola nacional de Goiás, colônia agrícola nacional Dourados – SMT, colônia agrícola nacional do Pará, colônia agrícola nacional de Papuan – SC, colônia agrícola nacional do Distrito Federal e colônia agrícola nacional do Amazonas.

¹⁵³ NAGLIS. Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. Dourados, MS: UFGD, 2007. (dissertação de mestrado) p. 34.



FIGURA 6. Territórios Federais (1945).

Fonte: CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. p.128.

A constituição de 1937 estabeleceu que as faixas de fronteiras ficassem sobre o domínio direto do governo federal para que pudessem receber mais investimentos para garantir a soberania nacional. Segundo Melo e Silva, com os recursos que o governo mato-grossense dispunha, jamais poderiam atender as necessidades dessa região fronteiriça¹⁵⁴.

Segundo Bittar, a criação do TFPP foi bem recebida na região, entretanto, não atendia por completo os interesses dos políticos e da elite da região, uma vez que, o território não compreendia a cidade de Campo Grande, considerada o principal centro político-econômico do SMT no período¹⁵⁵. O TFPP compreendia os municípios e distritos de Ponta Porã (capital), Maracaju, Porto Murtinho, Nioaque, Bela Vista, Dourados e Miranda¹⁵⁶.

A década de 1930 é apontada por pesquisas recentes¹⁵⁷ como o período em que nasceu um movimento que pretendia a transferência da capital mato-grossense, de Cuiabá para Campo Grande, e posteriormente, a divisão do Estado. A elite vinculada ao SMT

¹⁵⁴ MELO E SILVA, José de. **Canaã do Oeste (sul de Mato Grosso)**. Campo Grande, MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. 1989. p. 110.

¹⁵⁵ BITTAR, Marisa. Op. Cit. 2009. p. 256.

¹⁵⁶ RODRIGUES, José Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul**. São Paulo. Editora do escritor, 2ª edição 1993. p. 155.

¹⁵⁷ BITTAR (1999;2009).

confeccionou um documento, que foi enviado para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 com o objetivo de que o governo Vargas realizasse seus anseios.

Bittar realizou um estudo questionando a ideia de que o movimento divisionista em Mato Grosso existia desde as décadas finais do século XIX¹⁵⁸. Para a autora, primeiramente ocorreu um movimento pela transferência da capital do estado de Mato Grosso¹⁵⁹, de Cuiabá para Campo Grande, uma vez que, esta era apontada pelos habitantes do SMT e pela mídia da região, como a capital econômica do estado¹⁶⁰. Para Bittar, somente na década de 1930 foi organizado um movimento denominado Liga Sul Mato-Grossense, que passou a defender a divisão de Mato Grosso¹⁶¹.

Os sulistas¹⁶² reivindicavam nesse documento os seguintes pontos:

pleitear a criação de um Território Federal ou Estado autônomo na região sul de Mato Grosso, abrangendo os municípios de Santana do Paranaíba, Três Lagoas, Coxim, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, Bela Vista, Nioaque, Entre Rios, Maracaju e Ponta Porã. [...] Abrangendo uma superfície de 1.500.000 km² aproximadamente, Mato Grosso é habitado por menos de 400.000 indivíduos disseminados, que se acham, pelas três regiões em que o Estado fisicamente se divide: Norte, o Centro e o Sul. Cada uma das populações dessas três zonas, dadas as diversidades de sua formação racial e a absoluta precariedade das vias de intercomunicação, constitui um povo distinto. [...] Enquanto o sul do estado, conta com uma população de 245.000 mil almas, sob um território de pouco mais de 250.000 km², **produz além de dois terços da receita pública estadual**, o centro e o norte com 150.000 mil habitantes, dominando 1.250.000 km², absorve a totalidade da renda! Basta dizer que só a capital do Estado consome 65% da receita! [...] Sendo o sul, o único produtor de riqueza pública, é o único a não compartilhar da aplicação das rendas, pois em toda a zona meridional, o Estado não conta com um patrimônio de 400 contos de réis em obras públicas. [...] O cuiabano, senhor absoluto do Estado, nega, terminantemente ao homem do sul, toda e qualquer ingerência nos negócios públicos. Em todo o funcionalismo do Estado não se conta meia dúzia de sulistas [...]. **(grifo do autor)**.¹⁶³

¹⁵⁸ Em relação a ideia de um movimento divisionista nas décadas finais, cito os seguintes estudos: WEINGARTNER, Alisoete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930)**. Edições EST, Porto Alegre, 1995; CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul: cinco séculos de História**. 6ª edição. Ed. Gibim, 2009 & RODRIGUES, José Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um Estado**. São Paulo: Vaner Bicego edições, 1978.

¹⁵⁹ BITTAR, Marisa. Op. Cit. 1999. p.69.

¹⁶⁰ Em relação a Campo Grande ser apontada como a cidade com maior potencial econômico de Mato Grosso no período, cito, por exemplo, a reportagem “Campo Grande: a metrópole econômica de Mato Grosso”, publicada na revista D’OESTE, no qual é feita uma síntese da história da cidade apresentando dados de seu crescimento e desenvolvimento em relação a outras cidades. Cf. **Revista D’OESTE**, ano. 1, nº.1, dezembro de 1948. p. 28-31.

¹⁶¹ BITTAR, Marisa. Op. Cit. 2009. p.218-219.

¹⁶² Os habitantes do SMT, se autodeterminavam “sulistas”, enquanto os habitantes do centro-norte de Mato Grosso eram conhecidos como “nortistas”.

¹⁶³ Pela divisão do Estado de Mato Grosso. Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte. Estabelecimento Gráfico Cruzeiro do Sul, São Paulo. 1934. p. 2-4.

Os sulistas fabricaram um discurso em que se colocavam como vítimas das ações das regiões centro e norte de Mato Grosso, argumentando que não recebiam investimentos em proporcionalidade ao que contribuía para o desenvolvimento do Estado. É claro que existiam disparidades, uma vez que vários estudos já assinalaram isso¹⁶⁴. A partir da atividade pecuarista, ervateira e da indústria do charque, associada à chegada da ferrovia e a utilização dos rios platinos para escoação, somado o aumento do fluxo demográfico, provocou a superioridade econômica do SMT, tornando essa região um polo econômico no Estado.¹⁶⁵

Vargas “coerente com a ideologia do Estado forte, criou sim um território federal, mas não aquele reivindicado pelo documento encaminhado a constituinte, pois nele não incluiu a cidade mais interessada na questão”¹⁶⁶, que era Campo Grande. Isso nos leva a pensar que o Estado Novo, não atendeu os anseios dos sulistas, pois a sua política pregava a unidade, o conjunto, o país unido em marcha e, desta forma, as diferenças regionalistas acarretavam perigo para a consumação de seus objetivos.

Essas duas realizações, a CAND e TFPP trouxeram mudanças para o SMT com a chegada de “150 mil pessoas que ocuparam mais de oito mil lotes rurais, cada um de 30 hectares”, o que fez surgir “mais de uma dezena de cidades”¹⁶⁷. Entretanto, nota-se que após o final do Estado Novo a concentração de terras na região começou a aumentar com aglutinação de vários lotes em torno de grandes propriedades. O território foi extinto em 1946, devido a supostas pressões exercidas pelos políticos mato-grossenses ligados a Cuiabá, pois alegavam que com a criação do território, o Estado perdeu substancialmente suas receitas sem receber uma compensação ou apoio do governo federal¹⁶⁸.

1.4 – Breves Considerações Sobre a Economia Mato-Grossense

Buscamos expor até o momento, os discursos que construíram a imagem de uma fronteira como sendo frágil e as medidas tomadas pelos governantes brasileiros entre o período pós-guerra do Paraguai até o final do Estado Novo em 1945. Nosso objetivo nesse

¹⁶⁴ ARRUDA (2000), BITTAR (1999; 2009), ESSELIN (2011), QUEIROZ (1997;2004;2006;2008), SILVA (1996), SODRÉ (2009), WEINGARTNER (1995).

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ BITTAR. Marisa. Op. Cit. 2009. p. 67.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 259.

¹⁶⁸ MELO E SILVA, José de. Op. Cit. p. 111.

item é demonstrar brevemente através da historiografia como estava estruturada a economia mato-grossense, uma vez que, um dos objetivos da criação de núcleos coloniais agrícolas no ponto de vista do poder público era “diversificar” e “aumentar” a produção agrícola do estado, sempre retratada como escassa e ineficiente pelo governo.

O governo federal, por meio de várias políticas, procurou fortalecer o domínio sobre o território mato-grossense com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, que interligou Mato Grosso ao porto de Santos, através da conexão entre a EFNOB e a ferrovia Sorocabana. Essa deliberação permitia um acesso mais rápido ao território oeste do país, facilitando o deslocamento de tropas militares caso ocorresse algum conflito com os países vizinhos, além de diversificar e melhorar significativamente a escoação de produtos da economia mato-grossense, que era dependente até então das vias fluviais.

A construção das linhas telegráficas visou facilitar as comunicações entre os estados e o governo federal e, ao mesmo tempo, permitiu um melhor reconhecimento das regiões Centro-oeste e Norte do país. O fortalecimento dos regimentos militares de fronteiras, a construção de oficinas de arsenais de guerra, a criação de batalhões e a transferência de circunscrições militares para lugares considerados estratégicos também foram medidas que tinham por objetivo fortificar a região fronteira de Mato Grosso. Podemos citar a cidade de Campo Grande, que recebeu várias guarnições militares, que posteriormente, formariam a Comando Militar do Oeste (CMO), devido a sua posição estratégica no continente sul-americano.

Essas medidas também tinham o objetivo de controlar as terras e propriedades dominadas pelo capital estrangeiro, como por exemplo, investimentos inglês, belga e argentino. Podemos citar nesse contexto, fazendas voltadas para a produção agropecuária, pequenas indústrias de alimentos e extrativistas. A Companhia Mate Laranjeira (CML) é um dos principais exemplos, pois chegou a ter domínio em torno de aproximadamente cinco milhões de hectares de ervais, além de ligações com o capital argentino.

Outra preocupação governamental era os conflitos de terras que existiam entre os pequenos produtores e a CML, além da concentração de milhares de trabalhadores de origem paraguaia, principal mão de obra da empresa de Laranjeira, o que fez o governo Vargas tomar medidas como a criação dos territórios federais, que permitia ao governo brasileiro o domínio das áreas de fronteira do país e a instalação de colônia agrícolas federais, através da política Marcha para Oeste, fomentando a pequena propriedade num lugar configurado pelos latifúndios, além de favorecer o migrante nacional em relação ao estrangeiro.

Queremos apresentar uma passagem de um texto do historiador Valmir Corrêa, que produziu estudos sobre a fronteira, a violência, o banditismo e coronelismo no Estado de Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul. Corrêa afirma o seguinte:

por outro lado, após a guerra, o processo de recuperação e reorganização da região mato-grossense coincidiu com a desarticulação dos mecanismos de controle do governo que, especialmente na faixa fronteira, era representado por algumas guarnições militares. Distantes umas das outras, todavia, era quase impossível a essas guarnições controlar todo o território. [...] Nesse sentido, mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência.¹⁶⁹

Discordamos em parte dessa posição de Corrêa, pois acreditamos que não houve uma completa desarticulação de controle da fronteira por parte do governo e sim, o contrário. Todos esses acontecimentos mostraram a deficiência da fronteira oeste e sua precária ligação com o Estado nacional brasileiro. Essas medidas cautelares foram pensadas para resguardar o território nacional de ameaças estrangeiras, especialmente a Argentina.

É claro que não podemos afirmar que essas providências foram suficientes, pois o governo estadual necessitava do auxílio federal, uma vez que o Estado mato-grossense possuía condições financeiras limitadas, ditas insuficientes para proteger os seus domínios. Portanto, podemos considerar que as ações do executivo nacional foram preventivas.

Outra medida considerada importante nesse contexto de fortalecimento das fronteiras era a formação de núcleos coloniais agrícolas. Os governantes almejavam povoar as terras mato-grossenses, acabar com os vazios demográficos de acordo com suas concepções. Sabemos que esses termos, tais como, “povoar”, “desbravar os sertões”, “acabar com os vazios” não são os mais adequados, uma vez que, essas terras eram povoadas, e muito, pelos indígenas.

As principais atividades econômicas de Mato Grosso eram a pecuária, a charqueada e a extração de erva mate. Segundo Queiroz, entre as principais atividades econômicas, “a mais difundida era a pecuária bovina”¹⁷⁰. De acordo com Esselin, “na última década do século XIX, a pecuária mato-grossense, sobretudo, pantaneira, estava consolidada”. Passou a ser o principal produto de exportação do nosso estado e recuperou-se da “hegemonia econômica

¹⁶⁹ CORRÊA. Valmir Batista. História e violência cotidiana de um povo armado. **Projeto História**, São Paulo, n.39, pp.57-73, jul/dez 2009. p.63. Publicado também no sítio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS). Endereço: <<http://www.ihgms.org.br/arquivos/author/valmircorrea>> Acessado em 26/01/2014. Esse texto é fragmento de seu livro intitulado “**Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889 – 1943**. 2a. Ed. Campo Grande: Ed.UFMS, 2006.”

¹⁷⁰ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2004. p 395.

perdida para a erva-mate”.¹⁷¹

Queiroz assinala que a construção da ferrovia incentivou a pecuária bovina, pois “facilitava a comunicação e o transporte” entre a “área sulina de Mato Grosso e o território paulista”¹⁷², sendo que no início do século XX, o estado tinha “o 4º maior rebanho do Brasil”, alcançando “a marca de 2.500.000” cabeças de gado¹⁷³.

Tabela 2 - Rebanho do Mato Grosso no ano de 1939

Espécies	Unidades
Bovinos	2.136.278
Equinos	144.731
Suínos	246.484
Caprinos	7.202
Ovinos	38.443
Aves*	571.380
Coelhos e Lebres	572

* Galos, galinhas, frangos, patos, gansos e peru.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Recenseamento do Brasil em 1940. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

A produção de charque teve grande desenvolvimento a partir de 1905, principalmente apoiada no investimento estrangeiro, sobretudo, “uruguaio e argentino”, que utilizavam de Mato Grosso, a mão de obra e matéria-prima. Como já referido acima, a produção teve um estímulo no período de guerras, já que estes países estavam sem produção e estavam focados no conflito.

Existiram outros fatores que soaram favoráveis ao desenvolvimento das charqueadas na região, sendo eles, “a facilidade para o escoamento da produção pelo rio Paraguai, principal via de comunicação com o Brasil”¹⁷⁴ antes da construção da ferrovia Noroeste do Brasil. A própria ferrovia, que de acordo com Queiroz, “o transporte de charque em tráfego próprio se relaciona provavelmente, em grande medida, com o consumo na própria zona servida pela ferrovia”¹⁷⁵. Esses fatores, aliado ao investimento de “capitalistas platinos” favoreceram o desenvolvimento das indústrias de charque em Mato Grosso.

¹⁷¹ ESSELIN. Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul mato-grossense (1830-1910)**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011. p. 310.

¹⁷² QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2004. p 399.

¹⁷³ ESSELIN. Paulo Marcos. Op. Cit. 2011. p 312.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 313.

¹⁷⁵ QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. Op. Cit. 2004. p. 415.

Apesar da difusão da pecuária bovina, a erva-mate representou grandes lucros para o estado, sendo “a atividade produtiva mais rentável” no SMT “na época de construção da EFNOB”¹⁷⁶. Segundo Queiroz, a “década de 1890, a exploração ervateira era a mais lucrativa de todas as atividades desenvolvidas” no SMT, pois o produto era “de boa qualidade”, tendo um “mercado consumidor forte e seguro (Argentina)”¹⁷⁷.

Todo o escoamento da produção era realizado por navegação fluvial na bacia platina e pela própria EFNOB após a sua construção. Mesmo com grande parte do controle na produção de erva mate nas mãos da CML, os pequenos proprietários, com a quebra do monopólio de arrendamento na década de 1920 e com ajuda do governo federal – após a entrada de Vargas no poder – passaram a competir com a empresa através da formação de cooperativas e que tornou esse produto um dos principais itens da economia mato-grossense em finais de século XIX e início do XX.

Ainda não temos trabalhos na historiografia sul mato-grossense que abordem com consistência a produção agrícola do Estado no início do século XX. Até nos documentos de Intendência e nos relatórios dos presidentes de Estado, informações sobre agricultura são escassas; em alguns relatórios onde são apresentadas planilhas a respeito da economia estadual não aparecem informações detalhadas do aspecto agricultura, isto é, a produção por alimento de forma separada. Normalmente, as informações aparecem englobadas como elementos vegetais¹⁷⁸.

A formação de núcleos coloniais até a emergência do Estado Novo deveria ser realizado principalmente pelos governos estaduais. Estes deveriam incentivar, planejar, organizar e efetuar a colonização¹⁷⁹. No caso de Mato Grosso, de acordo com o poder público, a colonização visava cumprir alguns objetivos, sendo os principais: trazer colonos para áreas de baixa densidade demográfica, aumentar e diversificar a produção agrícola para melhorar o abastecimento interno do Estado.

Para aumentar a produção agrícola, integrantes do poder público acreditavam que o melhor caminho era apostar na instalação de núcleos coloniais, como afirma Arlindo de Andrade Gomes, Intendente de Campo Grande em 1921:

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem. Op. Cit. 2010. p. 4.

¹⁷⁸ Foram consultados os relatórios de presidente de estado de Mato Grosso no período de 1891 até 1930, disponíveis no sítio: www.edu/brazil/provincial/mato_grosso; e os relatórios da diretoria de estatística de 1872, 1898, 1905 e 1925.

¹⁷⁹ Cf. ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando Antônio. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 231.

A maioria das fazendas não tem agricultura, nem para o consumo. O fazendeiro, em sua maioria, evita moradores nos campos, nada cultiva, consumindo cereais importados de São Paulo. A colonização assume assim importância iniludível, sendo o nosso problema máximo. Devemos produzir gêneros indispensáveis à alimentação, todos vindos de São Paulo. [...] Exportamos gado, importamos tudo – até farinha de milho, ovos, toucinho, cerâmica ordinária, telhas, madeira, etc.¹⁸⁰

A posição de Arlindo de Andrade Gomes é um tanto exagerada em nosso ponto de vista ao afirmar que não existia nenhuma produção agrícola. O que podemos pensar é que não existia uma vasta ou diversificada produção agrícola.

De acordo com Barbosa, não existia uma produção de larga escala no SMT no início do século XX, por isso, era “necessária a importação de grande parte de hortifrutigranjeiro e cereais, produtos estes trazidos do interior de São Paulo”¹⁸¹. Os pequenos núcleos de agricultura eram estabelecidos próximos às cidades, principalmente em Campo Grande. Nessa região, “o início da agricultura para sustento das famílias da região foi feito em Rochedinho, derrubando as matas e destocando cerrados para a cultura de café e grãos”¹⁸². Segundo Barbosa, a produção era pequena, mas ajudava no sustento da cidade.

Tabela 3 - Produção agrícola do Estado do Mato Grosso em comparação com os principais estados produtores do Brasil – 1920.

Produtos	Estados				
	MT	RS	MG	SP	BA
Arroz	5.396,80	1.878.790	173.122,5	348.019,8	12.747,10
Milho	20.235	1.148.634,1	1.271.655,9	1.192.250,5	144.517,7
Trigo	1	83.748	146,2	39,7	
Feijão	2.389,2	121.114	154.856,2	213.507	45.769,5
Batata	59,8	62.706,8	11.539,7	40.723,3	59,8
Mandioca	9.029,6	402.837,2	189.715,6	113.752,4	498.477,6
Algodão	79,7	609,7	8.666,6	104.584,2	15.990,9
Fumo	139	14.480,6	11.473	3.668,7	28.758,4
Cana	55.969,7	129.460,7	2.817.301,4	1.110.749,6	939.795
Café	46,9	6,4	252.750,3	334.189,2	25.328,6
Erva mate	43.168	119.160	8		1

Fonte: Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1920. Rio de Janeiro. Oficina da

¹⁸⁰ Município de Campo Grande. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921. Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS). 2007. p. 16.

¹⁸¹ BARBOSA. Silas Paes. Arroz de sequeiro. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz editora, 1999. p. 107.

¹⁸² Ibidem. p. 108.

estatística. 1925.

Analisando alguns dos poucos dados que encontramos antes da instalação da colônia de Terenos, observamos uma ampla diferença em relação à produção agrícola de Mato Grosso em relação a alguns estados. Fazendo uma comparação da produção de Mato Grosso com a do Rio Grande do Sul, percebemos uma ampla desproporção.

Por exemplo, o estado do Rio Grande do Sul produziu trezentos e quarenta e oito vezes mais arroz do que Mato Grosso. Entre todos os produtos, o estado mato-grossense somente superou o sulino na produção de café. Um dos produtos em que Mato Grosso levava vantagem era a erva mate, ocupando os primeiros lugares, mas é preciso entender que não eram todos os estados que possuíam ervais.

Em relação ao estado da Bahia, que possuía um poder de produção menor que Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo; Mato Grosso empatou na produção de batata e teve maior percentual na erva mate. Os dados da tabela demonstram que Mato Grosso possuía uma produção menor em relação a grande maioria dos estados do país, porém, também nos assegura que havia produção, mesmo que em pequenas porcentagens, o que nos fornece subsídios para contrariar a posição, por exemplo, do Arlindo de Andrade Gomes ao dizer que a população mato-grossense nada cultivava.

Tabela 4 - Comparação entre os maiores e menores Estados em relação ao n.º de estabelecimentos produtores agropecuários – 1920.

N.º de Estabelecimentos Produtores Agropecuários	
ESTADOS	N.º
Mato Grosso	3.484
Distrito Federal	2.088
Território do Acre	1.170
Rio Grande do Sul	124.990
Minas Gerais	115.655
São Paulo	80.921
Bahia	65.185

Fonte: Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1920. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1925.

Outro dado que nos ajuda a compreender a situação da agricultura mato-grossense os números de locais que se dedicavam à agropecuária. Novamente, Mato Grosso ficou atrás dos estados produtores do país. Somente possui vantagem em relação ao distrito federal e sobre o

território do Acre.

Tabela 5 - Estabelecimentos agropecuários e industriais do Estado do Mato Grosso

Agropecuários		Industriais	
1920	1940	1920	1940
3.484	10.022	20	402

Fonte: Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1920. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1925 & Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Recenseamento do Brasil em 1940. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

De 1920 a 1940, o estado de Mato Grosso conseguiu aumentar de 3.484 para 10.022 estabelecimentos voltados para agropecuária em seu território. Ocorreu um crescimento médio de 500 estabelecimentos por ano. Em relação a indústria houve um aumento de 201 empresas por ano no ramo industrial.

Tabela 6 - Produção Agrícola de Mato Grosso no ano de 1939.

Itens	Quantidade (tonelada)
Arroz	20.078
Feijão	6.265
Farinha de Mandioca	1.667
Mandioca	54.458
Milho	41.375
Cana-de-açúcar	46.530
Banana	1.777.860
Café	1.112
Fumo	165
Laranja	109.683
Mate	12.766

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Recenseamento do Brasil em 1940. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

Fazendo uma comparação da produção agrícola de Mato Grosso entre os anos de 1920 e 1939, o estado conseguiu ampliar a sua produção, mesmo que em proporções não tão altas. Por exemplo, a produção de arroz cresceu três vezes, a de milho, duas vezes, a de feijão, três vezes, da mandioca, seis vezes, enquanto o café teve o maior salto, totalizando vinte e três vezes mais.

Por outro lado, alguns produtos também perderam produção, como a cana de açúcar e a erva mate, que sofreu a maior queda. Isso pode ser explicado pelo fato de em 1939, o governo Vargas já estava implantando ações da nacionalização de empresas estrangeiras, o que enfraqueceu a CML, maior exploradora da erva mate em Mato Grosso.

Existia grande dificuldade também na distribuição dos alimentos, uma vez que, “as estradas não correspondiam, eram formadas por trilhas feitas à mão, com enxadas, enxadões em picadas abertas com foice e machados”¹⁸³. Além disso, a estrutura para armazenamento e beneficiamento dos alimentos não era adequada, “formada por pequenos barracos e galpões com pequenas máquinas para descasque de café e benefício do arroz”¹⁸⁴.

Segundo Sodré, os habitantes do oeste “não lavravam. Eram pequeníssimas, rudimentares, primitivas as lavouras. Jamais destinadas a fornecer elementos para trocas, para comércio”¹⁸⁵. As terras eram aproveitadas mais para a produção pastoril do que para agricultura, uma vez que, a pecuária era mais rentável para os proprietários rurais. Além disso, principalmente na região pantaneira, as épocas de cheia não eram apropriadas para a agricultura, porém, “do ângulo pastoril, permanecessem ricas, próprias aos rebanhos, favoráveis a sua existência e multiplicação, pelas pastagens e até peculiaridade de possuir sal em algumas de suas águas e até nas planícies inundáveis”¹⁸⁶.

Essa região era marcada pelos latifúndios, cujos proprietários preferiam se dedicar as atividades agropastoris, pois geravam maior lucro. Nesse contexto, a agricultura era uma das atividades menos praticada, perdendo até para atividades extrativistas¹⁸⁷. Sodré defendeu o “desenvolvimento intenso e progressivo da pequena propriedade agrícola”¹⁸⁸ próximos a via-férrea para que aos poucos fosse interiorizada. No ponto de vista governo estadual, a chegada de colonos comprometidos com a agricultura serviria para resolver o problema do baixo

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **S Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Campo Grande, MS. Editora Alvorada, 2009. (Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul). p. 97.

¹⁸⁶ Ibidem. p. 126-127.

¹⁸⁷ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócio na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2009. p. 63 et. seq.

¹⁸⁸ Ibidem. p. 201.

interesse pela prática da agricultura e da pequena produção agrícola.

A colônia agrícola de Terenos se insere nesse processo de políticas voltadas para a colonização. Após a conclusão da EFNOB, o governo estadual reservou ao longo do traçado da estrada de ferro, terras visando à instalação de núcleos coloniais, que serviriam para abastecer as cidades próximas. A reserva de terras próxima à ferrovia revelava uma estratégia no sentido de facilitar o escoamento da produção para as cidades. A colônia de Terenos seria um projeto teste, que caso desse certo, serviria de modelo para as seguintes. A colonização assumiria um papel importante para o SMT, o de fortalecer a economia da região e melhorar o seu abastecimento agrícola.

CAPÍTULO II

A COLONIZAÇÃO COMO MEIO DE ATINGIR O PROGRESSO E A CIVILIZAÇÃO: DISCUSSÕES, PROJETOS E LEGISLAÇÃO EM MATO GROSSO.

Este capítulo aborda algumas discussões sobre o estabelecimento de colônias agrícolas, entre o final do século XIX e início do XX, no território mato-grossense. Para tanto, vamos analisar discursos veiculados em diversos documentos produzidos pelo governo estadual e municipal de Mato Grosso.

Esses documentos se constituem em discussões na Assembleia Legislativa do Estado e do município de Campo Grande, projetos e leis que visavam à regulamentação da imigração e colonização de Mato Grosso, além de notícias e reportagens emitidas em jornais, como o Correio do Sul e revistas da época, como a Folha da Serra e D'Oeste¹⁸⁹. Também foram objeto do estudo os relatórios de presidente de província¹⁹⁰.

Nesse material é possível perceber as discussões voltadas para a necessidade da implantação de núcleos coloniais no estado, de políticas públicas que visavam fomentar a fixação de imigrantes, as melhores formas de assentar os colonos, a venda e concessão de terras destinadas para o processo de colonização e instituição de colônias agrícolas de administração pública e/ou particular.

Verificamos, também, os discursos que classificavam Mato Grosso como um local de imensas riquezas naturais, diversificada flora e fauna, além de terras férteis que contribuiriam para o Estado ser forte, rico e desenvolvido no futuro. Porém, ao mesmo tempo esses discursos categorizavam a falta de civilização, de progresso do território mato-grossense.

De acordo com os discursos do estado, para atingir esses elementos como a civilização e o progresso - era necessário - desenvolver um fator de fundamental importância, a colonização, preferencialmente europeia. Os políticos acreditavam que a situação de Mato Grosso devia-se a falta de investimentos para a instalação de núcleos coloniais agrícolas, à baixa densidade demográfica, a falta de trabalhadores para lavrar a terra, para colonizar, para

¹⁸⁹ O jornal e as revistas foram meios de comunicação presentes principalmente no SMT nas décadas de 1920 e 1930 e apresentavam em suas páginas reportagens sobre a venda de terras para imigrantes, planos de colonização, mensagens, pronunciamentos e relatórios do governo no período.

¹⁹⁰ Disponíveis no sítio <http://crl.edu/brazil/provincial/matogrosso>. São relatório com mais de dez páginas, sendo que alguns contêm anexos, como mapas e dados estatísticos sobre a administração do estado. São subdivididos em vários temas, como por exemplo, orçamento, segurança, saúde, agricultura, vias de comunicação, comércio, instrução pública, catequese, civilização dos índios, colonização, imigrantes, colonos, entre outros.

criar e fundar novas cidades e para fazer com que o Estado se tornasse autossuficiente em abastecimento alimentício.

Nesse sentido, é essencial ressaltar que a região de Mato Grosso era povoada sim, com muitos indígenas, porém, para os políticos estes eram praticamente inexistentes, uma vez que, são pouco mencionados nos relatórios, e quando são, são classificados muitas vezes como culpados pela situação de atraso, de barbárie ou selvageria na região. Esse “espaço rico”, porém “vazio,” estava à espera da colonização, que de acordo com os homens públicos, seria suficiente para proporcionar em médio prazo, o desenvolvimento e progresso, que de acordo com seus pensamentos estavam no caminho e no destino de Mato Grosso.

2.1 – As Primeiras Leis de Imigração e Colonização do Estado de Mato Grosso

A primeira política pública voltada para a colonização no período republicano em Mato Grosso foi a criação pelo presidente do Estado Manoel José Murтинho da lei nº 24 de 16 de novembro de 1892, que originou o Departamento de Terras, Minas e Colonização, além do decreto nº 36 de 12 de janeiro de 1893, que regulamentou a mesma repartição¹⁹¹.

A primeira lei que trouxe elementos claros sobre a concessão e venda de terras foi a de nº 102 de 10 de julho de 1895, também assinada por Manoel Murтинho que apresentava os seguintes artigos:

Art. I. Fica autorizada a concessão gratuita de terras devolutas dentro da zona de 60 km contígua aos limites deste Estado com outros Estados ou com países estrangeiros, aos imigrantes, nacionais ou estrangeiros, que espontaneamente tenham vindo ou vierem se estabelecer na mencionada zona, fora dos núcleos coloniais.

§. 1. As terras assim concedidas destinar-se-ão à lavoura ou à criação de gado, pelo que não poderão compreender parte alguma dos terrenos para a indústria extrativa de produtos vegetais.

§. 2. As concessões de que trata este artigo, formarão lotes de área não excedente, cada uma, de 50 hectares, se destinarem a lavoura, e de 200 hectares, se tiverem de ser aplicados à criação de gado.

§. 3. Estas concessões serão feitas provisoriamente pelo Intendente Geral do município, à que o imigrante se dirigirá por petição, na qual indicará o local em que pretende se estabelecer, o destino que tem de dar às terras, bem como a área do lote, os seus limites conhecidos, provando, ao mesmo tempo, sua qualidade de imigrante, e comprometendo-se á habitar e cultivar o terreno concedido e mandar medi-lo e demarcá-lo dentro do prazo de cinco anos, contando da data de concessão.

¹⁹¹ CAMPOS. Fausto Vieira. **Retrato de Mato Grosso**. São Paulo, Brasil. 1955. p. 95 & MORENO, Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/Ed.UFMT, 2007. p. 65.

§. 4. O Intendente, à vista de tal petição e da prova que deve acompanhá-la, expedirá o título provisório da concessão, no qual inserir-se-ão as condições á que fica sujeito o concessionado na forma do parágrafo antecedente, sendo o mesmo isento de quaisquer direitos e emolumentos.

§. 5. Feitas, dentro do prazo marcado no §. 3., a medição e demarcação do lote, que serão executados por engenheiro ou agrimensor pelo Presidente do Estado, precedendo verificação de morada contínua efetiva pelo próprio concessionário no regulamento de 15 de fevereiro de 1893, expedir-se-á o domínio passado pela Diretoria de Terras Públicas e assinado pelo presidente cobrando-se por tal título os mesmos direitos e emolumentos que ora pagam títulos definitivos das posses legítimas¹⁹².

A lei nº 102 de 1895 foi destinada para a regulamentação da venda e concessão de terras no estado de Mato Grosso. Segundo Motta & Mendonça, apesar da expectativa com o início da república no Brasil, a classe dominante agrária conseguiu manter os seus privilégios. Ocorreu de um rearranjo dos segmentos agrários no sentido de obstaculizar qualquer política que significasse uma reforma na estrutura fundiária vigente desde o império¹⁹³.

A legislação de terras proveniente do império tinha como característica criar obstáculos legais a possibilidade de imigrantes/colonos se tornarem proprietários rurais de forma rápida. Por exemplo, o preço das terras devolutas foi estabelecido com valor acima das terras particulares. Essa política visava fazer com que o imigrante se submetesse ao trabalho das fazendas como mão de obra e não como proprietário¹⁹⁴.

A constituição de 1891 repassou a responsabilidade da discriminação das terras devolutas aos estados. A opção de descentralizar acabou por agravar a distribuição de terras, pois o controle ficou nas mãos das oligarquias estaduais. Isso permitiu a continuação da ocupação das terras pelos grandes fazendeiros, enquanto a população pobre ficou isolada nesse processo¹⁹⁵.

De acordo com a lei, terras públicas devolutas eram “aquelas que não estavam aplicadas para algum uso público, seja no âmbito municipal, estadual ou federal e que não se encontravam por domínio de título legítimo”¹⁹⁶. Estas terras só poderiam ser adquiridas por compra, arrendamento e concessão aos imigrantes desde que se respeitassem as normas.

¹⁹² Terras devolutas, minas e colonização. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 167-171.

¹⁹³ MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina. Continuidade nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República. IN: **Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. VI, 2002. p. 127-147.

¹⁹⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas. 2008. p.104.

¹⁹⁵ Ibidem. 128-129.

¹⁹⁶ Terras devolutas, minas e colonização. Op. Cit. 2007. p. 167.

As terras tinham preços diferenciados conforme a atividade que nela fosse implantada e cada hectare custava em torno de mil até dois mil réis para agricultura, não podendo exceder cinquenta hectares; de oitocentos até mil e quinhentos réis para pecuária, não podendo exceder duzentos hectares¹⁹⁷.

O pagamento da terra era dividido em duas prestações, sendo a primeira paga no momento da requisição da área e o comprador já recebia o título provisório. A segunda parcela poderia ser quitada no máximo em dois anos após a expedição do título provisório, desde que, a medição, demarcação e o registro na diretoria de terras do governo estivessem concluídos. O agrimensor que fazia a demarcação era escolhido pelo governo e o custo era pago pela pessoa que comprou a terra. O valor do serviço ficava em torno de vinte a cinquenta réis por metro linear¹⁹⁸.

Para conseguir uma concessão de terra, o imigrante deveria se dirigir ao Intendente e solicitar um local para se estabelecer, se comprometer em morar e lavrar a terra, além de ter um período de cinco anos para regulamentar junto ao órgão competente a demarcação do lote. Após esse tempo e com os documentos, taxas e as prerrogativas em dia, poderia solicitar o título definitivo ao governo.

No ano seguinte, em 1896, o governo estadual editou uma nova lei substituindo a de 1895 e acrescentou novas diretrizes. A lei nº 149 de 1896 dispunha dos seguintes artigos:

Art. I – Fica o poder executivo autorizado a conceder gratuitamente á nacionais ou estrangeiros que desejarem se estabelecer como lavradores de 50 hectares.

§. 1 – Quando o pretendente das terras tiver família, composta de quatro pessoas pelo menos, poderá ter mais de um lote de igual área, e assim, proporcionalmente.

§.2 – Os lotes concedido em virtude desta lei são inalienáveis dentro do 1º ano de sua concessão, e o concessionário só terá direito ao título definitivo e de propriedade depois desse prazo, provando morada habitual e cultura efetiva.

Art. II – Se terminado o prazo estabelecido no §.2 do artigo antecedente, não tiverem sido preenchidas as condições exigidas para adquirir as terras ao domínio do Estado, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indenização.

Art. III – Para o estabelecimento de núcleos coloniais, o governo escolherá os lugares convenientes e apropriados e mandará proceder as respectivas demarcações de acordo com o artigo 105 do regulamento nº 38 de 15 de fevereiro de 1893, para a sua distribuição.

Art. IV – Para que se tenha lugar a concessão de terra que trata esta lei, devem os pretendentes dirigir sua petição ao presidente do Estado,

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem.

declarando sua nacionalidade, número de pessoas que se compõe a sua família, a situação das terras e o gênero de lavoura que vão empreender.

Art. V – Feita a concessão, pela diretoria de terras se expedirá ao concessionário, livre de qualquer despesa, um título provisório com todas as declarações constantes da petição, a fim de poder o concessionário tomar posse de suas terras.

Art. VI – A medição dos lotes isolados ocorrerá por conta dos concessionários¹⁹⁹.

Esta lei apresenta o primeiro artigo destinado a formação de núcleos coloniais agrícolas. Competia ao governo estadual a escolha das áreas convenientes para a instalação das colônias, a demarcação e a distribuição das terras. A lei possuía praticamente as mesmas bases da anterior, permitindo aos imigrantes que possuíssem família com mais de quatro pessoas adquirirem outro lote de igual tamanho, podendo então, obter em torno de cem hectares²⁰⁰.

Outro item adicionado ao projeto estabelece que, caso a pessoa ou família não tivessem cumprido os requisitos para permanecer nas terras, estas voltariam para o poder do Estado sem qualquer tipo de indenização. O comprador das terras deveria habitar e desenvolver a atividade de agricultura ou pecuária, comprovando a sua produção, além de fazer a demarcação do lote e a regulamentação na diretoria de terras²⁰¹.

Um ano depois da outorga da primeira lei de imigração e venda de terras²⁰², o governo estadual acrescentou novas disposições ao regulamento, dando origem a lei nº 149 de abril de 1896. A principal modificação está presente no artigo quatro da referida lei. Esse novo artigo acrescentou mais atribuições para o colono, que iam desde o requerimento da terra até o aferimento do título definitivo²⁰³.

A datar da nova lei, o imigrante deveria requerer a terra através de uma petição junto ao governo, informando suas intenções em relação a qual atividade exerceria na terra. Para adquirir o título definitivo, o colono teria de comprovar ao poder público os resultados da atividade desempenhada, além de atestar a sua residência no estado. Caso o colono não seguisse o cronograma, as terras poderiam voltar ao domínio do estado. Mesmo que existissem esses critérios, eles não eram necessariamente aplicados, uma vez que, existe uma

¹⁹⁹ Ibidem. p. 168.

²⁰⁰ Ibidem. p. 167-168.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Lei nº 102 de 10 de julho de 1895, IN: Terras, minas e colonização. Op. Cit. 1914. p. 167.

²⁰³ Terras, minas e colonização. Op. Cit. 1914. p. 167-168.

distância entre a lei e sua aplicação na prática²⁰⁴.

Em 1907 foi promulgado pelo presidente do Estado, Generoso Ponce, o decreto nº 200, que regulamentou o serviço de colonização para Mato Grosso. Esta foi a primeira lei que tratou especificamente em todos os seus artigos, itens voltados para a colonização das terras mato-grossenses e visava a instalação de núcleos coloniais agrícolas no Estado²⁰⁵.

O decreto possui quatro capítulos. O primeiro versa sobre as disposições preliminares e os demais, assuntos específicos, como os locais reservados para a colonização, as vantagens e auxílios para os imigrantes e os quesitos que os colonos deveriam cumprir para adquirir o título definitivo. No total, há trinta artigos, treze parágrafos únicos e doze incisos.

Nas disposições preliminares²⁰⁶, o decreto firmava elementos básicos do processo de colonização. O Estado e União eram credenciados para realizar esse trabalho, além de poder ceder para empresas privadas de viação férrea, companhias fluviais ou especializadas no trabalho com colonização.

O poder público estadual poderia requerer auxílio do governo federal para manter as colônias agrícolas em seu território e fornecer benefícios para colonizadoras privadas visando atrair imigrantes. Os principais subsídios eram concessões gratuitas de lotes, despesas com a fundação e administração da colônia e abertura de estradas para facilitar a ligação dos núcleos coloniais com os grandes centros.

Esse regulamento estava em consonância com decreto federal nº 6.455 de 19 de abril de 1907, assinado pelo presidente Afonso Pena, que determinava as diretrizes para o povoamento do solo nacional. A União tinha autonomia para criar e administrar colônias agrícolas em todo o território nacional. O governo de Mato Grosso criou uma subseção do Departamento de Terras, Minas e Colonização no SMT para facilitar a integração com os municípios sulinos que estivessem dispostos a investir na colonização.

O regulamento também classificava os imigrantes que eram interessantes ao Estado. Não era permitida a entrada de colonos com pendências na justiça, mendigos, dementes, inválidos, doentes, além de idosos. Notamos o interesse do Estado em promover a entrada de imigrantes saudáveis, em idade ativa para que pudessem produzir o esperado pelo governo.

De acordo com o decreto, os núcleos coloniais deveriam ter aproximadamente cinquenta lotes com área de cinquenta hectares cada, dando importância para a agricultura.

²⁰⁴ SILVA, Márcio Antônio Both da. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)**. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, UFF, 2011.

²⁰⁵ Ibidem. p. 168.

²⁰⁶ Terras, minas e colonização. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 168.

Podemos observar nesse quesito, a intenção de aumentar a potencialidade agrícola do Estado. As colônias deveriam estar localizadas próximas às cidades ou centros consumidores, com acesso a vias fluviais navegáveis, estradas de ferro e de rodagem.

A colônia agrícola de Terenos, nosso objeto de estudo, foi concebida por esse propósito, próximo a Campo Grande e praticamente ligado à estrada de ferro Noroeste do Brasil para facilitar o deslocamento e escoamento da produção.

O capítulo I²⁰⁷, afirma que o governo mato-grossense reservou uma grande quantidade de terras destinadas para a instalação de futuras colônias agrícolas, sempre próximas a rios e margeadas por estradas de ferro. A lei destaca que as colônias só seriam fundadas após estudos e preparação dos terrenos destinados para os núcleos coloniais, como a demarcação das terras, abertura de estradas, deixando o local pronto para receber os imigrantes. Porém, constatamos em nosso estudo, que muitos colonos que chegaram a Terenos, tiveram que construir sua própria casa, ajudando na demarcação dos terrenos, na derrubada das matas quando necessário e a execução do levantamento das moradias²⁰⁸.

Observamos que a legislação preocupou-se em assegurar um local adequado para a instalação das colônias e dos habitantes. Foram estabelecidos alguns requisitos mínimos, como uma altitude adequada, solos férteis, água potável suficiente para a população, terreno que permitisse o manejo de máquinas agrícolas na lavoura, a existência de matas para favorecer as condições climáticas e assegurar o fornecimento de madeiras para todas as construções coloniais. Porém, na prática isso nem sempre aconteceu. A própria colônia de Terenos quando passou por um processo de ampliação, essas exigências não foram postas em prática²⁰⁹.

No capítulo dois do regulamento de colonização²¹⁰, observamos que o poder público passou a conceder um lote rural de forma gratuita aos colonos e os que tivessem família, poderiam adquirir outros, desde que, pagassem as taxas necessárias. Após o estabelecimento do colono no lote, seria expedido um título provisório. Para garantir a escritura definitiva do terreno, o imigrante deveria atestar uma série de exigências, como, ter no mínimo três anos de moradia e produção agrícola nesse período, ter quitado as taxas de títulos e os auxílios que recebeu do governo.

Observamos que houve um aumento no tempo mínimo para garantir a posse

²⁰⁷ Terras, minas e colonização. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 168-169.

²⁰⁸ MIRANDA. Mariza Santos. Op. Cit. 2001. p. 92.

²⁰⁹ Ibidem. p. 84-85.

²¹⁰ Terras, minas e colonização. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 169-170.

permanente do terreno em relação às leis anteriores²¹¹. Isso pode ter ocorrido visando garantir a fixação dos colonos na terra, forçando-os a ficar no lote, uma vez que, nas leis anteriores²¹², o colono poderia assegurar o título definitivo após um ano, desde que, tivesse cumprido as exigências. Essa situação pode ser resultado das resistências exercidas pelos próprios colonos e de possíveis conflitos que resultaram das tentativas de aplicar os projetos formulados pelo Estado.

O Estado passou a ser responsável por auxiliar os imigrantes recém-chegados para habitar as colônias agrícolas. Para ajudar no processo de instalação das famílias, o governo começou a fornecer ferramentas. Além disso, cada colono disponibilizava de atendimento médico gratuito durante um ano.

Até a realização da primeira colheita, os colonos poderiam trabalhar durante dez dias por mês em outras atividades no serviço público ou próximo ao núcleo colonial. Ademais, o Estado, representado pelo diretor da colônia, poderia conceder assistência para a alimentação de cada família, emprestando dinheiro ou através da doação de gêneros alimentícios.

Por fim, os últimos artigos do capítulo frisavam que cada colônia deveria possuir em seu quadro de funcionários, um diretor, ajudante, almoxarife, farmacêutico e médico. Em relação a colônia de Terenos, encontramos informações apenas do diretor da colônia e de dois médicos que prestaram serviços esporádicos para o núcleo colonial²¹³. Os núcleos seriam emancipados, assim que, todos os colonos desfrutassem de seus títulos definitivos e que apresentassem relativo desenvolvimento.

O último capítulo do decreto designa os meios para recepcionar, hospedar e introduzir os imigrantes nos núcleos coloniais do estado mato-grossense. O capítulo apresenta os seguintes itens:

Art. 26. Será estabelecida na cidade de Corumbá uma hospedaria para receber os imigrantes que chegarem á esta cidade, pretendendo estabelecer-se em algum dos núcleos colônias do Estado.

§. Único. O Governo estabelecerá, em regulamento especial, a administração da hospedaria, onde os imigrantes serão alojados e alimentados á custa do Estado, enquanto estiverem á espera de condução para o núcleo á que se destinarem.

Art. 27. O transporte desde Corumbá até aos núcleos coloniais fundados e administrados pelo Estado, será efetuado pelo Governo, com ou sem auxilio

²¹¹ Lei nº 102 de 10 de julho de 1895 e lei nº 149 de 14 de abril de 1896.

²¹² Idem.

²¹³ Relatório apresentado pelo Intendente geral do município à Câmara municipal referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo em 15 de dezembro de 1926. Município de Campo Grande. Cia. Melhoramentos, São Paulo. p. 51.

da União.

§. I. Quando os imigrantes forem introduzidos por empresas ou particulares, as despesas de alimentação serão indenizadas ao Estado pelos interessados, segundo taxas estabelecidas no regulamento da hospedaria.

§. II. Quando os imigrantes forem introduzidos mediante os auxílios permitidos pela União, proceder-se-á de acordo com o estatuído nas bases regulamentares, á que se refere o Decreto Federal Nº 6.455 de Abril de 1907.

Art. 28. Para os fins deste capítulo serão considerados imigrantes espontâneos os que chegarem a cidade de Corumbá, vindos de qualquer porto estrangeiro ou de qualquer dos Estados da União como passageiros de 3º classe, á custa da própria, com o propósito deliberado de se ocuparem da agricultura das Colônias do Estado.

Art. 29. Além dos favores mencionados nas disposições anteriores, conceder-se-á á todo emigrante que se destine ás Colônias do Estado, recepção e desembarque gratuitos de suas pessoas e bagagens, sendo estas isentas de quaisquer impostos aduaneiros, de conformidade com a legislação federal vigente.

Art. 30. Enquanto o número de imigrantes espontâneos que vierem se estabelecer no Estado, for insuficiente para a formação de núcleos coloniais, o Governo requisitará da União o transporte de embarque até ao porto de Corumbá. Neste caso serão observadas todas as disposições estatuídas no Regulamento Federal sobre o povoamento do solo nacional²¹⁴.

O capítulo destaca que seria criada uma hospedaria para abrigar os imigrantes que chegassem ao Estado na cidade de Corumbá. Cabe mencionar que nesse período a ferrovia Noroeste do Brasil ainda estava em construção e o melhor transporte era através da navegação até o município portuário de Corumbá. Depois do fim da construção da estrada de ferro, também foi construída uma hospedaria em Campo Grande para receber os colonos que viessem pela via ferroviária.

Na maioria dos casos, todo o transporte e alimentação desde Santos ou Rio de Janeiro – cidades que recebiam a grande maioria de imigrantes -, eram custeados pelo governo mato-grossense. Isso só não ocorria quando o colono viesse de outro Estado da federação ou quando o núcleo colonial fosse de administração particular. Nesse caso, a despesa era arcada pela referida empresa.

O capítulo também evidencia que eram considerados imigrantes, os que chegassem ao Estado, como passageiros da terceira classe e com o compromisso assumido de se dedicar a agricultura nas colônias existentes em Mato Grosso. Assim sendo, estariam livres de quaisquer impostos e taxas aduaneiras, além de poderem receber auxílio financeiro do governo.

²¹⁴ Terras, minas e colonização. IN: **Álbun Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 170-171.

Enfim, no período de uma década, o governo mato-grossense editou três leis que procuraram regulamentar o processo de venda de terras e de estabelecer as providências necessárias para a captação de imigrantes e instalação de núcleos coloniais no Estado. As leis demonstram que o governo sabia da necessidade de políticas públicas que privilegiassem a colonização e a expansão da agricultura. No entanto, ressaltamos que a prática dessas leis foi morosa, uma vez que, a primeira colônia com recursos totalmente estaduais só foi implantada em 1924, ou seja, dezessete anos após o decreto de 1907.

2.2 – A constituição de discursos sobre a necessidade da colonização.

Neste item, vamos apresentar e analisar discursos e pronunciamentos de grupos políticos que dirigiram o Estado de Mato Grosso durante a Primeira República (1889-1930).

Nos discursos, os políticos afirmam a necessidade de pôr em prática, políticas de colonização para solucionar problemas relacionados à baixa densidade populacional do Estado, que segundo eles, [políticos] resolveria o problema da falta de mão de obra para a lavoura, a pequena produção agrícola da região, além de diminuir o número de latifúndios existentes. A resolução desses obstáculos acarretaria benefícios, como o aumento das receitas estaduais, diminuição das importações, o aumento populacional e a densidade demográfica contribuindo para o progresso de Mato Grosso.

Os discursos estão presentes nos relatórios enviados à assembleia pelos presidentes de Estado. Além desses, também utilizaremos reportagens publicadas em revistas que estavam em atividades no período citado e que circulavam em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX. Por isso, optamos em dividir a análise em duas partes. Na primeira, vamos discorrer sobre a construção de argumentos para consolidar o discurso da colonização. Na segunda, vamos compreender quais ações foram tomadas pelo poder público estadual para colocar em prática a colonização.

2.2.1 – A construção de argumentos para o discurso da colonização: o baixo percentual populacional e de produção agrícola.

O relatório do presidente Dr. Manoel José Murтинho, que abriu a primeira sessão ordinária da 2ª legislatura da Assembleia Legislativa, no dia 13 de maio de 1894, declara que “não podemos esperar progresso algum da nossa decadente agricultura se não tratarmos de

difundir pelo menos os rudimentos do ensino agrícola e de demonstrar praticamente as vantagens da cultura agrícola mecânica da terra”²¹⁵. Podemos observar que Manoel Murтинho expôs sua preocupação com os rumos da agricultura no estado, considerada arcaica e pouco praticada.

Para mudar tal situação, o presidente propôs a criação de um campo de aprendizado e ensino agrícola para fomentar a instrução da agricultura para os jovens. Outro propósito era mostrar os benefícios da mecanização do campo, visando que estes, ao frequentar o curso, adquirissem o “gosto por essa nobre e rendosa indústria”²¹⁶, aliado a “ubertosas terras”²¹⁷ conseguiriam garantir sua independência financeira e contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado.

Mais adiante no relatório, Manoel Murтинho continua defendendo sua proposta:

O abandono em que jazem grandes extensões de nossas terras mesmo nas proximidades das povoações e até nos arredores da capital, contrastando com a sua fertilidade, com a sua fácil aquisição e com os preços bastantes altos de quase todos os produtos da grande e da pequena lavoura, é, a meu ver, em grande parte, devido a falta absoluta de conhecimentos relativos aos processos racionais da cultura e ao emprego de instrumentos agrários, que tanto facilitam a exploração dessa indústria, suprimindo a deficiência de braços que nos aflige.²¹⁸

Ao que nos parece, Murтинho acreditava que uma das causas da carência da agricultura mato-grossense era a falta de conhecimento no lavrar a terra e dos instrumentos agrícolas. Constatamos que Murтинho, queria atenuar a falta de mão de obra na lavoura, pois a partir do momento em que os alunos frequentassem o curso, aprenderiam a manusear com eficiência as ferramentas e pondo em prática os processos de cultura, garantiriam grandes resultados.

Segundo Lindamar Soares, o ensino agrícola passou a ser valorizado e reputado como uma forma de modificação da população do campo. A expectativa era transformar a improdutividade em produtividade. O objetivo era substituir a tecnologia declarada como arcaica por uma mais aprimorada²¹⁹.

²¹⁵ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. José Manoel Murтинho a Assembleia Legislativa em sua 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 13 de maio de 1894. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1894. p. 31.

²¹⁶ Ibidem. p. 31.

²¹⁷ Ibidem. p. 31.

²¹⁸ Ibidem. p. 31.

²¹⁹ SOARES, Lindamar Etelvino Santos. **Escola de iniciação agrícola “Gustavo Dutra”: o poder disciplinador no contexto do ensino agrícola de Mato Grosso (1947-1956)**. Cuiabá, 2007. 86 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT.

O governo federal contratou técnicos especializados no assunto, principalmente da Alemanha e dos Estados Unidos da América para prestar auxílio no desenvolvimento do setor agrícola. Essas escolas tinham a finalidade de qualificar a mão de obra agrícola formando uma espécie de operário agrícola, além de agrônomos, engenheiros agrícolas e veterinários²²⁰.

Observamos que o presidente do estado tinha a intenção de reproduzir um modelo norte-americano, baseado no ensino de escolas agrícolas, estações agrônomas, campos de experiência e demonstração, aperfeiçoamento com conferências sobre máquinas e processos de cultura, que segundo Murtinho, tinham proporcionados “progressos admiráveis”²²¹.

Em outro trecho, o presidente do estado, demonstra acreditar que o curso de ensino agrícola daria fim a falta de ocupação das terras mato-grossenses. Vejamos:

Não são poucos os quintais e chácaras baldios que existem no perímetro desta cidade **a espera do homem industrial** para transformar o matagal que nele viceja em belas hortas de frutas, tubérculos, legumes e ervas, de cuja carestia tanto se queixam os habitantes desta capital. E como complemento dessa pequena cultura viria a criação de aves e outros animais domésticos, que tão boa renda produz quanto metódica e sabiamente feita, o que tudo garantiria as famílias pobres um viver senão de riqueza ao menos de alegria e esperança. Além disso, com a instrução, há de necessariamente **desaparecer essa tal ou qual aversão ao trabalho do campo.**²²² (grifo nosso).

Na visão do político, o problema não era a falta de terras, ou o preço do mercado rural, ou a ausência da mão de obra, mas sim, a falta de experiência, de conhecimento do trabalho agrícola, ou seja, por isso era necessário à instrução, o ensino e o aprendizado técnico.

A partir do momento em que o autor afirma a necessidade do homem industrial, quer dizer, do homem ativo, diligente, esperto, ardiloso, dotado de habilidade e com conhecimento técnico para o trabalho agrícola, que não possui repulsa pelo trabalho, percebemos a construção de um discurso em que classifica essa população como inativa, que aceita a sua própria condição, que não se empenha para mudar as coisas.

Constatamos que essa ideia do campo de ensino e cursos agrícolas para melhorar a capacidade técnica dos lavradores perdurou por décadas nas discussões sobre o assunto. Em um artigo publicado na Revista D'Oeste em 1948, o economista Oliveira Martins afirma que os estabelecimentos agrícolas “são explorados por famílias de lavradores tradicionalmente ligados a terra, e os seus processos são os mesmos que aprenderam com seus pais [...] não

²²⁰ Idem.

²²¹ José Manuel Murtinho. 1894. p. 32.

²²² Ibidem. p. 32.

acreditam nos resultados dos métodos científicos”²²³.

O estado deveria lutar contra essa situação, propondo cursos rápidos com profissionais da área da agronomia e da veterinária para atestar a eficiência da cultura racional, assim como defendeu Murtinho, décadas passadas. Martins também destaca a “falta de braços”²²⁴ para a agricultura, culpando a falta de imigrantes para trabalhar e o êxodo rural.

Na sua visão, a única forma de resolver esse problema seria uma política voltada para imigração e colonização, cursos de aprimoramento técnico e financiamentos agrícolas para evitar a saída do campo. Podemos observar que mesmo após várias décadas, o discurso da colonização tem em um de seus pilares, a falta de mão de obra.

Manoel Murtinho, em sua mensagem a Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária da 2ª legislatura do dia 13 de maio de 1895, destaca outro problema que dificultava a produção da agricultura. Vejamos:

E, como se tivesse chegado a meu conhecimento que diversos indivíduos registraram posses fantásticas, declarando ocupar terrenos que jazem inteiramente incultos, com o fito de legitimá-las e assim constituírem grandes latifúndios para mais tarde os dividir e vender por lotes, usurpando capciosamente o domínio que cabe ao Estado sobre as terras devolutas²²⁵.

Esse problema seria a constituição de latifúndios, que atrapalhava o desenvolvimento da agricultura na pequena propriedade, uma vez que, os donos de grandes terras preferiam se dedicar a pecuária e atividades extrativas. Atentamo-nos que foi o próprio Manoel Murtinho que regulamentou a lei de terras de 1892, que permitiu a composição de latifúndios. De acordo com Gislaine Morena, que estudou o processo histórico de acesso a terra em Mato Grosso, a lei de 1892 forneceu:

garantias a regularização das ocupações “consolidadas”, sesmarias e posses até 15/11/1899 alterando, assim, a data limite de 1854 estabelecida pela lei de 1850. Asseguravam que o direito de preferência para a compra de terras devolutas que estavam sob o domínio particular, cujos títulos não preenchiam os requisitos exigidos para legitimação ou revalidação²²⁶.

²²³ MARTINS, Oliveira. Produção agrícola. IN: **Revista D'Oeste**. Ano 1, nº 1, dezembro de 1948. p. 25.

²²⁴ Ibidem. p. 25.

²²⁵ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. José Manoel Murtinho a Assembleia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 13 de maio de 1895. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1895. p. 19.

²²⁶ MORENO, Gislaine. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**. Florianópolis, v.14, nº. 27, p. 67-90, jan/jun. 1999. p. 68.

Essa lei favoreceu o crescimento dos latifúndios, visto que ampliou o tempo para legitimar as terras de 1854 até 1889, além de facilitar o processo, pois bastava apresentar o registro feito nas Intendências municipais pelos juízes comissários.

Para tentar solucionar esse problema, Murinho defendeu a criação de um imposto territorial para os que possuíssem grandes quantidades de terra, além de isentar as propriedades destinadas a agricultura, conforme o trecho a seguir:

Ao estabelecê-lo, cogitareis si não será de justiça isentar desse ônus os terrenos destinados à lavoura, enquanto a indústria agrícola lutar com crise que ora a assoberba, pois parece duro que tais terrenos, que se mantêm na maior parte improdutivos aos respectivos donos, sujeitem estes a um imposto que muitas vezes a própria renda do solo não daria para pagar.²²⁷

Murinho passou a defender a instalação do imposto, como a única forma de frear a concentração de latifúndios e tentar incentivar o cultivo agrícola. Porém, também podemos pensar que o presidente pode ter feito isso como uma forma de legitimar um novo imposto, pois foi o autor da lei de 1892, que beneficiou os posseiros²²⁸.

Em mensagem enviada a Assembleia Legislativa em 01 de fevereiro de 1896, o presidente Dr. Antônio Correa da Costa critica seu antecessor, Manoel Murinho, pela aprovação da lei de terras de 1892, pois segundo seu pensamento, a lei:

foi inteiramente iludida na prática, pelo abuso com que se procedeu aos registros das posses em tais condições. Em vez de garantir os pequenos posseiros, dividir e democratizar o solo e a propriedade, ela produziu pelo contrário enormes latifúndios, adjudicando a título gratuito vasta extensão de terras a particulares. Há posseiros que registraram mais de 200 léguas!...²²⁹

Deste modo, a lei não garantiu e não favoreceu os pequenos produtores rurais. No decorrer do relatório, Antônio Correa da Costa afirma: “a nossa já definhada lavoura está

²²⁷ Doutor Manoel José Murinho. Op. Cit. p. 21.

²²⁸ Em seu relatório de 1893, Manoel Murinho afirmou que a lei de terras de 1892 foi recebida com aplausos em todo o estado de Mato Grosso, pois garantiu a proteção das terras e permitiu “posses mansas e pacíficas” desde 1854 até 1889. Sobre o assunto, ver: Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. José Manoel Murinho a Assembleia Legislativa em sua 2ª sessão aberta em 13 de maio de 1895. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1895.

²²⁹ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. Antônio Correa da Costa a Assembleia Legislativa em 1 de fevereiro de 1896. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1896. p. 22-23.

ameaçada de completo aniquilamento se dentro da órbita prescrita pelas leis o governo não tomar medidas para melhorar sua situação”²³⁰. Para o presidente, a falta de políticas que apoiassem os pequenos produtores foi uma das causas da crise agrícola desse período, além das atividades extrativas serem “muito mais remunerativa do que a agrícola”²³¹, fazendo com que parte da mão de obra migrasse para a indústria extrativista.

O presidente do estado apontou outro fator que colaborava para a diminuição da produção agrícola. De acordo com Correa da Costa, era preciso medidas contra a “vadiagem a o vício da embriaguez, que em grande escala cada vez mais se vai desenvolvendo entre as classes que formam o lastro de nossa população”²³².

No relatório, o dirigente aponta que essa era uma reclamação constante de todos os municípios do estado. Uma das medidas do governante foi aprovar a lei nº 113 de 23 de julho 1895, que determinou a criação de uma colônia agrícola correcional, isto é, que aplicava penas a quem fosse pego cometendo tais atos de “vadiagem”. Correa da Costa acreditava que esta medida seria importante para servir de exemplo para as demais pessoas, além de tentar diminuir a “carestia de gêneros alimentícios”²³³ do estado.

Em 1899, em mensagem a Assembleia Legislativa, o presidente do estado Antônio Cesário de Figueiredo, relatou dificuldades relacionadas ao povoamento do território e de braços para o trabalho na lavoura. O governante declarou: “a crise que atravessa nossa lavoura, pela derivação de braços para as indústrias extrativistas, traz como consequência a necessidade inadiável de povoar o nosso território”²³⁴. Podemos observar que Antônio Cesário de Figueiredo relatou o mesmo problema de três anos antes, na época do governo Antônio Correa da Costa, que associou o problema à migração de mão de obra da lavoura para o extrativismo.

A indústria extrativista foi um dos principais fatores que geraram riqueza para Mato Grosso no final do século XIX e início do XX. Vários produtos se destacaram nesse período e tiveram um mercado aquecido. Podemos citar, por exemplo, a ipecacuanha, uma planta medicinal importada por países europeus e americanos para produção de remédios. Essa planta era encontrada nas matas próximas às margens de rios, no caso de Mato Grosso, principalmente nas margens do rio Paraguai.

²³⁰ Ibidem. p. 20.

²³¹ Ibidem. p. 20.

²³² Ibidem. p. 19-20.

²³³ Ibidem. p. 20.

²³⁴ Mensagem do vice-presidente do estado, Coronel Antônio Cesário de Figueiredo em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura, aberta em 1 de fevereiro de 1899. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1899. p. 26-27.

Outro produto da indústria extrativista que teve grande destaque foi a erva mate, cuja extração e produção ocorreram após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, com o monopólio da Companhia Mate Laranjeira²³⁵. Era um dos principais produtos de exportação do estado e o que mais contribuía para a arrecadação de receitas financeiras. O estado comercializava com os estados sulinos do Brasil e os países da América Platina.

A borracha também teve relativa importância, principalmente na região amazônica de Mato Grosso. Iniciou na década de 1870 e foi realizada por brasileiros e bolivianos. Grande parte da produção era exportada por Corumbá e a partir de 1902, na região do rio Madeira. Essa atividade econômica ajudou no processo de colonização da parte amazônica do estado mato-grossense²³⁶.

Em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa no ano de 1908, o presidente Generoso Paes Leme de Souza Ponce, também relata a deficiência na agricultura mato-grossense, caracterizando a sua baixa produção. O dirigente propôs uma solução. Vejamos:

Este fato aconselha, a meu ver, a redução a um mínimo possível do preço das terras, que é algum tanto elevado, parecendo-me conveniente estabelecer um só preço por hectare, qualquer que seja o destino que o comprador queira dar a terra que ele pretenda. O interesse do Estado está muito menos na vantagem do preço caro do que no aproveitamento das terras, por isso que é daí que vem o aumento progressivo da produção, que é o maior fator da riqueza pública.²³⁷

Pela lei nº 130 de abril de 1902, o preço da terra era dividido da seguinte forma: para terras destinadas à lavoura, cada hectare custava de 1\$000 até 2\$000 réis, para campos de criação, o preço variava de 800 até 1\$500 réis e para terras aplicadas a extração, de 3\$600 até 5\$000 réis²³⁸.

Podemos pensar que Generoso Ponce utilizou a ideia de igualar o preço da terra independentemente da atividade que seria exercida, como um argumento para sustentar a ideia da baixa produção e ineficiência da agricultura mato-grossense e, assim, defender um discurso da colonização. Porém, ao mesmo tempo em que o preço baixo das terras poderia incentivar a vinda de imigrantes, também poderia contribuir para o aumento dos latifúndios.

²³⁵ Esse assunto foi tratado no primeiro capítulo da dissertação.

²³⁶ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. p. 62-83.

²³⁷ Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa pelo Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce ao instalar a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908. Cuiabá. Estado de Mato Grosso. 1908. p. 31-32.

²³⁸ Terras devolutas, minas e colonização. In: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 167.

Podemos pensar sobre a eficácia dessa ideia. Ao tabelar o preço da terra para tentar atrair mais pessoas para o território, essa decisão poderia gerar efeito contrário, ou seja, contribuir para o crescimento de latifúndios e o monopólio de algumas atividades, como o extrativismo e a pecuária.

Em 1909, o vice-presidente Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa ao instalar a 3ª sessão da 8ª legislatura, alega outro problema, que favoreceu a concentração de latifúndios. Vejamos:

A faculdade conferida aos compradores de terras de fazê-las medir e demarcar por agrimensores designados pelo governo, sem responsabilidade imediata, é a principal fonte de vícios e da confusão que se notam neste serviço. Os agrimensores, em geral pouco escrupulosos e incompetentes, quando não lesam terceiros, tratando-se de confinantes, prejudicam enormemente o Estado nas medições das terras públicas, principalmente as destinadas a indústria extrativa da seringa. A maior parte, senão a totalidade dos seringais comprados ao Estado nestes últimos anos, representa menos da vigésima parte da área legalmente adquirida. Assim é que o indivíduo que compra 900 hectares de seringais, tem os seus marcos dispostos de modo a abrangerem área superior de 10 a 30.000 hectares. Em consequência deste procedimento criminoso de alguns proprietários e agrimensores, se acham os seringais ora explorados e monopolizados por meia dúzia de proprietários, que efetivamente, compraram apenas sua vigésima parte. Este abuso estende-se as terras devolutas alienadas para lavoura e indústria pastoril, si bem que em menor escala²³⁹.

Pedro Celestino relata a existência de corrupção no processo de demarcação das terras envolvendo próprios funcionários públicos e os compradores de terras. Para o presidente do estado, a solução adequada seria “dotar [...] a Repartição de Terras de pessoal técnico habilitado, para que o Estado possa fiscalizar eficientemente a venda de suas terras fazendo-os medir e demarcar por funcionários de inteira confiança”²⁴⁰.

O que facilitava a corrupção em nosso ponto de vista, é que quando a pessoa comprava terras, tinha um prazo para realizar a demarcação. Então, muitas vezes o comprador adquiria uma quantidade, porém, demarcava uma maior pagando propina para um funcionário do estado. O que Pedro Celestino passou a defender é que quando o estado efetuasse a venda de um lote, os funcionários da repartição de terras deveriam realizar a demarcação o mais rápido possível, ou seja, quando uma pessoa efetuasse a compra, esta já receberia seu lote

²³⁹ Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º vice-presidente em exercício a Assembleia Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1909. Cuiabá. Tipografia oficial. 1909. p. 12.

²⁴⁰ Idem.

demarcado, evitando desta forma, a corrupção.

Em 1911, em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa na abertura da 3ª sessão da 8ª legislatura, Pedro Celestino afirmou que “tendo conhecimento de invasão de intrusos, que desde muitos anos ocupam terras devolutas, mandei intimá-los, por intermédio dos promotores de todas as comarcas, a virem legalizar tais poses perante a repartição competente”²⁴¹.

O presidente do estado tentou de alguma forma combater a posse de terras sem o respectivo pagamento ao estado pelos lotes. Programou a instalação de uma delegacia de terras no SMT para facilitar a fiscalização e agilizar o processo de compra, pagamento e demarcação dos lotes nessa região do Estado.

Pedro Celestino também era cético em relação à uniformidade dos preços das terras no Estado, como defendeu Generoso Ponce em 1908. Celestino acreditava que igualar o preço das terras independente da região do estado iria provocar um “desequilíbrio de povoamento”²⁴², pois os colonos e imigrantes espontâneos teriam preferência por locais com mais estruturas, como estradas, navegação, centros consumidores, entre outros.

Outro fator que observamos nos relatórios dos presidentes de estado está relacionado à falta de boas vias de comunicação em Mato Grosso. Em 1912, ao abrir a 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura, Joaquim Augusto da Costa Marques relata que o estado “quase nenhum contingente do exterior tem recebido, certamente por falta de boas vias de comunicação, que, como sabeis, é condição primordial da colonização e povoamento do estado”.

O presidente do estado, General Caetano Manoel de Faria e Albuquerque em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa ao instalar a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916, dedicou parte de seu relatório para discutir a situação da agricultura no estado. Sobre o assunto, o presidente afirmou o seguinte:

Pode dizer-se que a nossa lavoura se encontra no primeiro estágio dessa indústria rural, que é a *agricultura*, que foi uma das primeiras ocupações do homem, que tem sido uma das mais retardadas no progresso, vivendo até hoje dos processos rotineiros, pedindo a colaboração dos recursos limitados e decrescentes da terra, com o clima, o seu elemento exclusivo de vida, esquecida de que já vai para mais de meio século que esse empirismo devia ter desaparecido, dando lugar à lavoura mecânica, científica, na qual a ferramenta agrícola multiplica a força animal e os fertilizantes ou adubos de toda espécie suprem as insuficiências das energias físico-químicas do

²⁴¹ Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º vice-presidente em exercício a Assembleia Legislativa ao instalar-se a 3ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1911. Cuiabá. Tipografia oficial. 1911. p. 18.

²⁴² Ibidem. p. 17.

terreno, pela ação quase sempre imediata que exercem sobre a composição do solo e, conseqüentemente, sobre a nutrição e crescimento dos vegetais, tornando mais remuneradora as colheitas²⁴³. **(grifo do autor)**.

Observamos que Caetano Albuquerque fez uma crítica da situação da prática da agricultura no estado no período, considerando-a arcaica, devido ao seu modo de produção, que ainda não tinha incorporado às inovações promovidas pela ciência, como a utilização dos adubos e de instrumentos mecânicos. O autor chega a mencionar que o estado estaria quase meio século em relação a outros locais.

No decorrer do relatório, percebemos que Caetano Albuquerque estava atento às pesquisas sobre agricultura em outras partes do mundo. Traz exemplos de países como os Estados Unidos da América e Inglaterra como precursores de uma nova técnica chamada “pseudônimo radícula [...] bactéria captadora de nitrogênio”²⁴⁴, que facilitou a adubação e fertilidade do solo. De acordo com o autor, essa técnica funcionava da seguinte forma:

Agora, em vez de adubar o solo, bastará enterrar-se a semente como o vírus da fertilidade, o que é muito mais simples, expedito e econômico do que o processo da restituição pela adubação. Metida na terra, a semente, assim contaminada pelo pseudônimo radícula, para logo germina em meio uma verdadeira colônia microbiana, elaboradora da fixação e assimilação do azoto em quantidade cabal a plena exuberância da planta²⁴⁵.

Segundo Caetano de Albuquerque, essa técnica já havia chegado ao Brasil, em centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Esperava também, que chegasse a Mato Grosso com a esperança de facilitar e promover um impulso na agricultura do estado. Além da crítica em relação ao método de produção da agricultura, o autor também expôs outros aspectos negativos que desfavoreciam a prática da lavoura na região.

O presidente denomina esses fatos prejudiciais como tempo e espaço. Vejamos o que relatou Caetano de Albuquerque:

Não temos, ao demais, o transporte, que é a diminuição do espaço, criando essas tão necessárias relações entre as cidades e os campos, isto é, entre a

²⁴³ Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, presidente do Estado de Mato Grosso a Assembleia Legislativa ao instalar a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916. p. 15.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Ibidem. p. 16.

produção e o mercado; não temos o crédito, que é a diminuição do tempo, antecipando capitais; transporte e crédito que ambos tem por consequência a multiplicação desse instrumento econômico integrante e derivado que é o capital²⁴⁶.

O governante relata a deficiência das vias de comunicação do estado e da falta de recursos para financiar, seja a melhoria dos transportes ou o investimento no desenvolvimento da agricultura. Na sua visão, ficava difícil a expansão da economia do estado, sem transportes eficientes, que são responsáveis pela escoação da produção, além do auxílio na locomoção da população. Caetano de Albuquerque também apresentou para a Assembleia Legislativa um estudo realizado pelo seu secretário de agricultura e demonstrou os resultados para os deputados estaduais. Vejamos:

É com prazer que registro aqui, senhores membros da Assembleia, as seguintes palavras do senhor Secretário da Agricultura, chamando a vossa atenção: muito pouco desenvolvida no Estado, a agricultura industrial se limita ao plantio da cana em pequena escala, de cereais, de fumo, etc. São bem conhecidas as razões para esse pequeno desenvolvimento agrícola. Está em primeiro lugar, com causa natural desse fato, a escassez da população. É óbvio também que onde se pode, com esforço menor, obter das indústrias extrativas resultados imediatos que elas proporcionam, ninguém se preocupa com agricultura, indústria que exige como condições de viabilidade principalmente a mão de obra barata e o consumo garantido nas proximidades dos centros de produção. [...] Nas zonas ervateiras do sul, como nas produtoras da borracha, no norte, é sabido que a população não se dedica a agricultura. O surto desta é uma função do povoamento, como está provado nas regiões colonizadas no Rio Grande, Paraná e Santa Catarina, etc. Dependem também da garantia de consumo para seus produtos, que só podem deixar resultado quando vendidos sem os encargos de pesados fretes de transporte. Assim, o fato da não existência de uma produção agrícola industrial no Estado é um corolário das condições de povoamento e de viação que dominam sua vida econômica²⁴⁷.

Para o presidente, a deficiência na agricultura explicava-se por esse trio de fatores: a carência de vias de comunicação, ou seja, a falta de transportes eficientes que interligassem a região norte, centro e sul do estado mato-grossense, o que encarecia o deslocamento, diminuindo assim, os lucros; a falta de crédito financeiro na agricultura seja por particulares ou pelo próprio poder público e a escassez de mão de obra barata. Essa ausência da força de trabalho era explicada, como um reflexo da falta de transportes, que impedia os imigrantes de

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Ibidem. p. 17-18.

chegarem ao Estado, além da ideia de que o extrativismo e a pecuária eram atividades favoritas, devido ao rápido retorno financeiro.

Por fim, Caetano de Albuquerque pontuou que era necessário incutir na população o “amor ao trabalho, a vida laboriosa do campo”²⁴⁸, pois havia um desequilíbrio generalizado na vida econômica das pessoas em grande parte do Brasil. O presidente elencou diversos problemas relacionados ao desenvolvimento da agricultura em Mato Grosso, porém, não apontou soluções, e muito menos, determinou investimentos que tivessem por objetivo sanar tais adversidades.

Ao analisar a fala de Caetano de Albuquerque, percebemos a defesa da modernização da agricultura, que esteve presente também em discursos de outros políticos do estado. A construção de um discurso para a formação de colônias agrícolas em Mato Grosso tinha como objetivo aumentar a população do estado. Segundo Boserup, o aumento populacional poderia representar um incentivo a intensificação e modernização da agricultura, pois essa pressão demográfica exigia alterações nos modos de cultivo para suprir a demanda de excedentes por recursos²⁴⁹.

Dessa forma, o processo de aumento da produção no sistema de cultivo através da modernização e alteração das técnicas agrícolas traria consequências positivas para o desenvolvimento de comunidades, na medida em que aumentaria as possibilidades de alimentação da população²⁵⁰.

Nos relatórios, o campesinato tradicional de Mato Grosso foi na maioria das vezes desqualificado, como arcaico, sem amor ao trabalho do campo e sem atitude para inovar nas técnicas agrícolas. De certa forma, isso fazia parte de uma estratégia para defender a modernização da agricultura. Por isso, criou-se um discurso da colonização, pois acreditavam que a chegada de novos contingentes populacionais ocasionaria uma pressão na produção de alimentos e, dessa forma, só a modernização da agricultura seria capaz de suprir essas necessidades.

Em vista disso, os defensores da imigração europeia insistiam em trazer os colonos europeus com o objetivo de desenvolver uma agricultura dita racional, a partir da suposta capacidade de trabalho e inovação dessa população. Por esse motivo, os políticos ao escreverem seus relatórios em relação à agricultura, sempre procuraram demonstrar a

²⁴⁸ Ibidem. p. 17.

²⁴⁹ BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

²⁵⁰ Idem.

“modernidade” e o “progresso” da agricultura praticada pelos europeus, principalmente no quesito de uso de maquinários agrícolas e adubação do solo²⁵¹.

Fragoso, ao estudar a agricultura do Vale do Paraíba do Sul, demonstrou que os sistemas agrícolas tidos como arcaicos ou tradicionais, se mantiveram ao longo do tempo como resultado de um sistema agrário historicamente definido e não por simples ignorância e displicência dos produtores rurais²⁵².

Dez anos mais tarde, o presidente Mario Corrêa da Costa em mensagem dirigida para Assembleia Legislativa no ano de 1926, relata novamente dificuldades relacionadas à prática da agricultura no estado. Vejamos, o que o político diz:

Pela vastidão e fertilidade das terras, variedade de climas, distribuição regular das chuvas e outros fatores naturais, Mato Grosso deveria ter na produção agrícola uma das fontes principais de sua prosperidade econômica. A realidade é, porém, muito diferente. Apesar dos processos rotineiros e primitivos, únicos usados pelo nosso pequeno lavrador, desamparado de recursos, as nossas colheitas atingem as vezes a proporção de 800 e 1000 por 1, e, todavia, em vez de grandes exportadores que deveríamos ser, nem o suficiente produzimos para o nosso consumo. Recebemos de fora gêneros de primeira necessidade²⁵³.

Mario Corrêa aponta praticamente as mesmas dificuldades que foram relatadas por seus antecessores, assinalando primeiramente as características positivas do território mato-grossense, exaltando a qualidade da terra, do clima e outros fatores naturais, que caracterizavam Mato Grosso como um local apto a ter uma grande produção. Depois expõe os pontos negativos, como a baixa produção, a utilização de métodos considerados obsoletos e a falta de crédito financeiro para auxiliar os pequenos lavradores.

Para explicar os motivos desses problemas, o presidente seguiu um caminho diferente, que não observamos nos relatórios anteriores. O político afirma: “a desorganização de nossa lavoura vem desde os últimos dias da monarquia, com a crise originada pela abolição do

²⁵¹ HENRIQUES, Amilson Barbosa. “Um órgão dos agricultores brasileiros”: algumas propostas da moderna agricultura na Revista Agrícola Paulista (1895-1907). **Revista História Crítica**. Ano II, nº 4, Dezembro de 2011. p. 36-63.

²⁵² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A roça e as propostas de modernização da agricultura fluminense no século XIX. O caso do sistema agrário escravista – exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**. (ANPUH), vol. 6, nº 12, março-agosto de 1986.

²⁵³ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1926. p. 79-80.

elemento servil”²⁵⁴. Na opinião de Mario Corrêa, os problemas com a lavoura iniciaram com o fim da escravidão em 1888. O estado não conseguiu realizar a substituição do trabalho escravo pelo imigrante, o que afetou a oferta de mão de obra no campo.

De acordo com Zuleika Alvim, no decorrer do século XIX a política imigratória no Brasil teve como demanda “trazer pequenos proprietários para povoar a região sulina do Brasil para amenizar possíveis conflitos com os países vizinhos e o desejo dos grandes fazendeiros de manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação”²⁵⁵. A primeira situação também reflete um pouco do que ocorreu com Mato Grosso, isto é, uma série de políticas voltadas para assegurar a soberania nacional na região, entre elas, a política de tentativa de instalação de núcleos coloniais agrícolas.

Com a proclamação da república em 1889, o governo transferiu grande parte da responsabilidade de atrair os imigrantes para estados. Até as terras consideradas devolutas passaram a ser geridas pelo poder público estadual, diferente do período imperial, no qual este centralizava as questões relacionadas à imigração e introdução de colonos no país. Acreditava-se que passar essa responsabilidade para os estados, estes poderiam definir melhor as necessidades regionais e locais²⁵⁶.

Os estados que possuíam maiores recursos para atrair os imigrantes se deram melhor com essa situação, pois ficaram responsáveis por arcar com as despesas dos trabalhadores, como por exemplo, o custo com as viagens. Durante o império, os gastos para trazer os colonos eram subvencionados pelo governo imperial ou em sistema de parcerias com as províncias. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, essa nova medida representou “a impossibilidade de vários estados em continuar a participar do processo imigratório”²⁵⁷.

Somente a partir de 1907, com a criação do Serviço de Povoamento do Solo Nacional é que o governo federal passou a auxiliar novamente os estados na atração de imigrantes e formação de núcleos coloniais agrícolas. Segundo Pinheiro, essa medida ocorreu, pois o governo notou que grande parte dos estados brasileiros não conseguiu por em prática, políticas para formação de colônias agrícolas²⁵⁸.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando Antônio. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 231.

²⁵⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio et. al. **O Brasil republicano**. V. 9: Sociedades e instituições (1889-1930). Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006. p. 106.

²⁵⁷ Ibidem. p. 108.

²⁵⁸ Idem.

No relatório, Mario Correa destaca que apenas São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul obtiveram êxito em substituir rapidamente a mão de obra escrava pela do imigrante. De acordo com o político, Mato Grosso poderia ter feito o mesmo, já que, possuía “extensos tratos de terras, clima temperado e salubérrimo, onde o imigrante europeu se daria maravilhosamente”. O presidente também fez uma crítica às administrações passadas, afirmando que:

A verdade, porém, é que nenhuma das administrações anteriores, mesmo aquelas de épocas de franca disponibilidade do tesouro, cuidou seriamente dessa questão vital para os interesses de Mato Grosso, apesar de nestes últimos vinte anos, desde que foi criado o serviço de povoamento do solo, ter-se tornado este assunto uma das mais relevantes preocupações. Tivéssemos seguido orientação análoga, iniciando mesmo em proporções modestas esse serviço, mas com método e continuidade, outra seria hoje a nossa situação²⁵⁹.

O governante relata que desde a criação do serviço de povoamento do solo nacional, que passou a fornecer assistência financeira e atuar em parceria com os estados, não foi dada a devida atenção a essa situação. Ou seja, não foram criados mecanismos para auxiliar ou fornecer créditos para que os agricultores pudessem realizar investimentos na sua produção.

Mario Corrêa dedicou parte do seu relatório para propor uma alternativa de crédito agrícola para Mato Grosso. Na sua visão, era necessário conceder recursos financeiros para que os agricultores pudessem investir em tecnologia para aumentar a sua produção. Nesse sentido, o presidente afirmou:

Nos países onde escasseia o capital, o cooperativismo agrário está destinado a prestar os mais extraordinários serviços. A vantagem das caixas consiste em iniciar o seu funcionamento com pequeno capital, de algumas centenas de mil réis apenas e até mesmo sem capital para, com boa direção, crescerem e progredirem de tal forma a poder prestar benefícios inestimáveis aos seus associados²⁶⁰.

Mario Corrêa procurou incentivar os fazendeiros a desenvolver uma espécie de associação para financiar a agricultura. Essa cooperativa deveria seguir algumas regras, como

²⁵⁹ Ibidem. p. 80.

²⁶⁰ Ibidem. p. 82.

“o trabalho voluntário nos cargos, sem recebimento de salário, proibição de especulação, responsabilidade pessoal e solidária de todos os sócios, rateio dos prejuízos entre os sócios e indivisibilidade do lucro e do fundo de reserva”²⁶¹. Parece-nos que o governante procurou convencer os fazendeiros a investir nesse sistema, utilizando exemplos de outras regiões em que tal solução teria dado certo²⁶².

Em 1927, Mario Corrêa novamente dedicou espaço em seu relatório para apontar as dificuldades com a agricultura e quais foram suas medidas para tentar amenizar esse problema. O governante repetiu que os principais problemas eram: “a dificuldade de transportes, a falta de braços, a inexistência do crédito rural e o desconhecimento do ensino agrícola pelos nossos lavradores”²⁶³.

O governante resolveu priorizar suas ações políticas para diminuir a deficiência das vias de comunicação e da falta de mão de obra. Em relação aos transportes, afirmou ser necessária a ampliação das estradas de rodagem no estado para possibilitar novos caminhos, diminuição das distâncias, o que acarretaria facilidades para escoação da produção e permitiria a chegada de novos colonos²⁶⁴.

No relatório de 1926, Mario Corrêa propôs uma alternativa para atenuar a falta de financiamento público para investimento na agricultura. O presidente do estado sugeriu a união dos agricultores visando à constituição de uma cooperativa de crédito para subsidiar o crescimento da produção agrícola no estado. Em 1927, o político aparentou em seu parecer, certa frustração pela ineficácia da proposta. Vejamos:

São bastante conhecidas as vantagens do crédito agrícola cooperativo e sobre esse assunto, ultimamente atrás debatido e já consagrado em nossa legislação, tive ocasião de externar-me largamente em minha mensagem inaugural. A experiência, porém, já nos vai mostrando que essa modalidade de crédito, cuja adoção tanto propugnamos, não encontra aceitação entre nós pelo menos na sua formação clássica em que o governo apenas lhe presta auxílios indiretos, embora tenha ela feito a fortuna de vários países. Até hoje não se fundou, em município nenhum do Estado, uma caixa Reiffeisen, nem há esperança que tal se dê, o que demonstra que os favores consignados na

²⁶¹ Idem.

²⁶² Mario Corrêa utiliza o exemplo do Banco Rural de Friburgo, que começou a funcionar em 1909 com um movimento de 600\$000 réis, em 1923 suas transações já superavam o valor de 20.000:000\$000 cf. Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1926. p. 83.

²⁶³ Mensagem à Assembleia Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa. Cuiabá, 13 de maio de 1927. p. 17.

²⁶⁴ Idem.

resolução nº 931, votada pela Assembleia Legislativa no ano de 1925, não são estímulo suficiente para a organização entre nós dessas sociedades de cooperativismo industrial e agrário²⁶⁵.

Caixa Raiffeisen foi um sistema de cooperativismo agrícola desenvolvido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen no século XIX. De acordo com Márcio Werle, esse formato de cooperativa chegou ao Brasil com a imigração alemã no início do século XX e foi ajustada a realidade brasileira. Esse sistema se desenvolveu principalmente nos estados sulinos do país, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul²⁶⁶.

Essas cooperativas eram basicamente caixas de poupança e empréstimos financiados pelos próprios agricultores da colônia. Normalmente, os que obtinham maior desempenho na colheita, emprestavam capitais a juros reduzidos aos que não conseguiram um bom desempenho. A ideia era que o dinheiro/lucro ganho na colônia permanecesse no núcleo colonial e que não fossem destinados aos bancos urbanos²⁶⁷.

Podemos perceber que a proposta não foi bem aceita pelos agricultores, pois o estado só ofereceu ajuda para estruturar a organização, porém, sem auxílio financeiro. Mario Corrêa acabou reconhecendo ser esse um dos motivos para a proposta não seguir em frente. O governante atribuiu o não entendimento do projeto à falta de “cultura dos investidores e que estes não possuíam responsabilidade solidária e industrial”²⁶⁸.

Com a ineficiência de seu projeto de cooperativismo agrícola, Mario Corrêa expressou a ideia de criar um banco de crédito rural público em formato hipotecário para Mato Grosso. Entretanto, para por em prática a proposta, o governo necessitava recorrer a um empréstimo, uma vez que, não possuía fundos próprios para compor o banco, além de capital para os primeiros clientes.

O governo recorreu a uma instituição financeira americana, denominada *Furlaud and Company*, de Nova York, e solicitou a quantia de \$ 3.000.000,00 de dólares americanos. O empréstimo foi aprovado, porém, próximo ao período de assinatura do contrato, o país americano entrou em crise, no ano de 1929, e cancelou o financiamento para o estado mato-grossense. Sem saída, o governo do Estado recorreu a Empresa Mate-Laranjeira e conseguiu

²⁶⁵ Ibidem. p. 18.

²⁶⁶ WERLE, Márcio José. “Um por todos e todos por um”: uma história das Caixas Rurais. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. 211p.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Mario Corrêa da Costa. 1927. p. 18.

um empréstimo no valor de 2.000:000\$000 contos de réis. No entanto, não conseguimos identificar se esse valor, ou parte dele, foi utilizado para dispor a organização do banco de financiamento agrícola em Mato Grosso²⁶⁹.

Outro fator relatado por Mario Corrêa está relacionado ao ensino agrícola em cursos promovidos em campos de demonstração. O político aponta o abandono do campo de demonstração, relatando o extravio de máquinas e utensílios utilizados da escola e o desleixo das dependências do campo, o que revelava a falta de descaso administrativo²⁷⁰.

A criação dos campos de demonstração foi uma política discutida no período de governo do Manoel Murinho, já apresentado neste item. O que observamos, é que ocorria a descontinuidade da política de investimento na agricultura. Com a alternância de poder, além das disputas políticas, muitos dirigentes quando assumiam o governo, rompiam as ações de seus antecessores, ocasionando perda de investimento e negligência do dinheiro público.

A partir dos relatórios apresentados pelos presidentes do estado de Mato Grosso, observamos uma regularidade de falas, que se revelaram argumentos para constituir o discurso da colonização. Destacamos aqui os principais: deficiência da agricultura seja pela baixa produção agrícola, ou pelo método de trabalho empregado; a formação de latifúndios, que impedia a disseminação da pequena propriedade; lucro rápido, oferecido pelo extrativismo e pela pecuária; falta de vias de comunicação para abrir caminhos para escoação da produção e para chegada da força de trabalho e a corrupção que existia no processo de venda e demarcação de terras.

Outro fator de semelhança entre os relatórios e que foi utilizado para explicar a baixa produção agrícola e a necessidade da colonização é aquilo que Alfredo Almeida em estudo sobre o estado do Maranhão, qualificou como “faltas”²⁷¹. Tudo se explica pelas ausências, como por exemplo, a carência da qualidade dos lavradores, do sistema ineficaz, falta de vias de comunicação adequadas para o escoamento da produção, falta da capital para assegurar o investimento e desenvolvimento da agricultura, falta de crédito e a falta de braços, falta de fiscalização e a falta de moralidade. As ausências são usadas pelo poder público para conferir sentido no discurso da colonização²⁷².

²⁶⁹ Mensagem apresentada pelo Dr. Mario Corrêa, presidente do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 14ª legislatura em 13/05/1929. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1929. p. 35-39.

²⁷⁰ Mario Corrêa da Costa, 1927. p. 19.

²⁷¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Op. Cit. 2008. p.90.

²⁷² Idem.

Essas “faltas” são pensadas a partir das medidas que o governo pode tomar para supri-las como, a fundação de escolas agrícolas, campos de demonstração, recursos matérias e colonos. As providências e planos governamentais ganham legitimidade ao objetivar a superação delas. É o que as justifica e as dota de sentido²⁷³.

2.2.2 – Ações políticas para implementação da colonização.

A colonização passou a ser uma opção de reduzir e resolver os problemas citados anteriormente. Nos diferentes mandatos durante os anos de 1889-1930, os governantes tentaram a sua maneira, desenvolver ações políticas para incentivar a chegada de colonos no território mato-grossense. Passamos agora, a analisar os discursos que afirmavam e defendiam a necessidade da colonização do território para resolver tais problemas.

Percebemos que somente a partir de 1894 os presidentes de estado destinaram espaço para falar sobre a necessidade da colonização do território mato-grossense. Manoel Murinho, nesse ano, destacou que a chegada de colonos no estado ainda era tímida. Os que chegavam se dirigiam para a região de Corumbá, devido ao porto e atividades comerciais da cidade²⁷⁴. Murinho afirma que para atrair o imigrante era necessário trabalhar em duas áreas, vias de comunicação e propaganda. Vejamos:

É de crer que, melhorada a navegação dos nossos grandes rios e dos seus afluentes e da viação terrestre e fazendo-se uma propaganda sistemática e verdadeira das nossas riquezas naturais, da uberdade das nossas terras, da ótima qualidade dos nossos campos para a indústria pecuária, dos diversos minerais e pedras preciosas, que enriquecem o subsolo do nosso território e o leito dos nossos rios, constituindo tesouro de incalculável valor, e que outrora, tanta fama conquistaram, e demonstrando-se a variedade e salubridade do nosso clima e as vantagens que a nossa legislação oferece ao imigrante, além de outras que poder ser aduzidas, - a corrente imigratório voluntariamente se encaminhará para o Estado e virá impulsionar o seu progresso e aproveitar todas essas riquezas que por aí jazem em abandono sem vantagens reais para o particular e para o Estado²⁷⁵.

Para Manoel Murinho bastava melhorar as vias de comunicação do estado, com a

²⁷³ Ibidem. p. 91.

²⁷⁴ Manoel Murinho. 1894. p. 45.

²⁷⁵ Ibidem. p. 46.

criação de novas estradas ligando as grandes cidades e o melhoramento da navegação nos rios, articulado a uma boa publicidade e difusão das riquezas que aqui existiam era necessário para atrair os colonos. Observa-se que Murтинho acreditava numa colonização voluntária, isto é, espontânea, sem grandes investimentos do governo para sistematizar a colonização. O político também expôs no relatório a sua tática para propagar as riquezas do estado. Vejamos:

O governo autorizou as congregações do Liceu Cuiabano e da Escola Normal que nomeassem dentre os seus membros uma comissão especial para compendiar em folhetos redigidos em diversas línguas, tudo quanto possa interessar e atrair o imigrante e tem em vista mandar distribuí-los pelos consulados e capitais do estrangeiro, cuja imigração nos seja mais conveniente e pelos demais Estados da União²⁷⁶.

O governo confeccionou compêndios para propagandear as riquezas de Mato Grosso, distribuindo pelos estados do Brasil e pelos consulados para fazer com que chegassem a outros países. Corumbá, umas das principais cidades do estado no período, devido ao seu porto, possuía inúmeros consulados de países estrangeiros, casas comerciais, vinte e cinco bancos internacionais, o que de certa forma, facilitou a dispersão da publicidade sobre o estado²⁷⁷.

Outro fator que Manoel Murтинho mencionou no relatório foi a ideia de reservar e demarcar as terras ao longo da EFNOB e de rios navegáveis, pois seriam lugares que facilitariam a ocupação pelos imigrantes, pelo fato de possuírem uma melhor estrutura. Em 1895, o presidente Manoel Murтинho não apontou muitas novidades em seu relatório, apenas registrou a necessidade de ampliar a concessão gratuita de lotes para imigrantes nacionais ou estrangeiros que viessem se estabelecer de forma espontânea. O imigrante só pagaria pelo lote após a sua consolidação no território, situação permitida pela lei de terras e colonização de 1895, que concedia até cinco anos para que o colono pagasse pelo título definitivo da terra²⁷⁸.

No ano de 1896, no relatório do governo de Antônio Corrêa da Costa, observamos pela primeira vez a iniciativa de propor a instalação de imigrantes por conta do poder público. O político afirma:

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande – MS: Ed. UNIDERP. 2003.

²⁷⁸ Terras, minas e colonização. In: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo. 1914. p.168.

Trato, pois, de estudar o meio prático de instalar a colônia, que estou certo concorrerá eficazmente para melhorar este estado de coisas; convido também que habiliteis o governo de recursos para iniciar, ainda que em pequena escala, a introdução de colonos por conta do Estado²⁷⁹.

O presidente do estado pediu a assembleia para que reservasse recursos para iniciar a introdução de colonos numa pequena colônia. Para Antônio Corrêa, essa era o início de uma solução para a falta de alimentos e da lavoura mato-grossense. Já em 1899, em seu relatório, o presidente Antônio Cesário de Figueiredo, afirmou ser a colonização um serviço indispensável para o desenvolvimento e o progresso do estado²⁸⁰.

Para explicar a necessidade do investimento em colonização, o presidente aponta dados no relatório sobre o número de habitantes no estado no período. “Quero me referir ao povoamento do vasto e rico território do Estado, cuja área excede de 2:000:000 de quilômetros quadrados, ao passo que na estimativa do inolvidável Barão de Melgaço, os seus habitantes eram em 1879 em número de 92:000, inclusive os aborígenes”²⁸¹.

Tabela 7 – População e densidade demográfica de Mato Grosso – 1872-1950²⁸².

Ano	População Total	Habitantes p/Km ²
1872	60.417 ²⁸³	0,04
1890	90.827	0,06
1900	118.025	0,08
1920	246.612	0,17
1940	432.265	0,29
1950	522.044	0,34

Fonte: Recenseamento de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950.

²⁷⁹ Antônio Corrêa da Costa. 1896. p. 20.

²⁸⁰ Antônio Cesário de Figueiredo. 1899. p. 16.

²⁸¹ Ibidem. p. 25.

²⁸² Tabela elaborada pelo autor com base nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Para mais informações, ver: Brasil – Diretoria-geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Tipografia de G. Leuzinger e Filhos. Rio de Janeiro, Vol. 1 – 1872; Brasil – Diretoria-geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1890**. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1898; Brasil – Diretoria-geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1900**. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1905; Brasil – Diretoria-geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1920**. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1925; Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1940**. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952; Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil em 1950**. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1956. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>.

²⁸³ População livre de 53.750 adicionado à população escrava de 6.667, totalizando 60.417 pessoas.

Os números apresentados pela Oficina de Estatística/IBGE diferem dos exibidos por Antônio Cesário de Figueiredo. De acordo com os dados do presidente em 1879, Mato Grosso já possuía uma população de noventa mil pessoas, fato que o IBGE constatou apenas em 1890. Um fator que é importante relatar, é que não sabemos se nos dados expostos pela Oficina de Estatística estão presente o número de indígenas, o que pode explicar tal diferença.

O governante apresenta alguns dados expondo a baixa população do estado em relação às demais unidades federativas do país. Antônio Cesário pode ter feito isso como uma forma de justificar para a assembleia legislativa, a importância de discutir e criar fundos de investimentos para a colonização do território mato-grossense. O presidente do estado ressalta inúmeras qualidades e condições favoráveis para atrair colonos. Vejamos:

A feracidade [sic] de suas terras, apropriadas à indústria agrícola e pastoril; a riqueza de sua flora, onde sobressaem os preciosos produtos extrativos mais procurados, tais como a goma elástica, a baunilha mexicana, a ipecacuanha, a quina e outros que são adquiridos nas praças do velho continente por preços avultados; tudo isso aí está a desafiar a nossa iniciativa para o progressivo incremento dessas indústrias. [...] A variedade de nosso clima, o sistema hidráulico que nos concedeu o Criador, asseguram ao colono que chegar às nossas plagas, meios relativamente fáceis de vida próspera e feliz²⁸⁴.

Podemos perceber novamente a construção de Mato Grosso como um lugar rico, de natureza exuberante, que oferece vários meios para que as pessoas possam garantir seu sustento e próspero meio de vida. Ou seja, a publicidade feita pelo governo, tentava convencer o colono, de que este conseguiria de maneira rápida e fácil o arrimo para a sua família.

Antônio Cesário também expôs no relatório a oportunidade de trazer famílias nordestinas provenientes do estado do Ceará. O dirigente mato-grossense os classifica como retirantes. De acordo com Albuquerque Júnior, o termo retirantes foi construído pela elite oligárquica do país para classificar as famílias que migravam para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida²⁸⁵.

Outro fator importante, que demonstra uma política de investimento na colonização, é o pedido de abertura de crédito pelo presidente do estado para a construção de uma hospedaria

²⁸⁴ Antônio Cesário Figueiredo. 1899. p. 17-25.

²⁸⁵ C.f. ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, p. 111-120. 1995.

para acomodar os colonos assim que chegasse a Mato Grosso, para que pudessem receber o atendimento necessário até o encaminhamento para o seu lote de terra. Vejamos:

Peço autorização para abrir necessário crédito destinado à construção de um edifício apropriado à recepção e agasalho dos imigrantes, porque o mais leve descuido ou condescendência que tenhamos para com os homens que cheguem ao nosso porto e que não possam receber de nós o necessário agasalho, perdido teremos por longos anos o momento inicial de promover o grande empreendimento. Estas preocupações são mais sérias relativamente ao colono europeu, mais exigente que o nacional, atenta as condições mesológicas em que viveram²⁸⁶.

Antônio Cesário manifestou preocupação principalmente em relação aos colonos europeus, pois requereu a construção de um prédio ao molde de outros países para que os imigrantes fossem bem recepcionados. Com relação aos imigrantes cearenses, Cesário afirmou que os hospedou em uma chácara adquirida pelo estado para receber os colonos nacionais. Podemos observar que os colonos estrangeiros possuíam um tratamento diferenciado.

Estabelece-se uma relação dessa situação com a escolha de um perfil de colono, de um tipo ideal. Mais a frente em seu relatório, o presidente do estado afirma:

Devemos desejar uma imigração que seja equivalente a uma importação de trabalho, de capital e de inteligência e que nos traga uma difusão pacífica do sangue, dos sentimentos, dos costumes e das ideias. Como vedes, torna-se preciso o mais metuculoso cuidado na escolha dos trabalhadores que tenhamos de importar, até que conhecidos os nossos recursos naturais, eles nos procurem espontaneamente²⁸⁷.

Compreendemos que se trata, portanto, de um discurso sobre a necessidade de selecionar os imigrantes. A importação da mão de obra não serviria apenas para suprir essa demanda, mas também, seria responsável por alcançar outros objetivos. Quando o presidente do estado fala que os colonos trariam inteligência, pensamos que, os políticos apostavam na chegada de novas técnicas para produção agrícola, que seriam mais eficientes do que as práticas em Mato Grosso, sempre citadas como rudimentar.

²⁸⁶ Antônio Cesário de Figueiredo. Op. Cit. p. 26.

²⁸⁷ Idem.

Verificamos que a população local era desacreditada, pois pela visão governamental era necessária a chegada de pessoas de outros países para mudar tal situação. A chegada desses colonos muitas vezes já era acompanhada por discursos que classificavam o seu papel e função na nova sociedade. Esses seriam responsáveis pelo desenvolvimento de uma nova agricultura e serviriam de exemplo para os lavradores locais. Podemos verificar também, a construção de uma imagem de futuro, uma vez que, após a chegada dos imigrantes, o povoamento e o progresso de Mato Grosso estariam garantidos²⁸⁸.

A imigração não visava apenas suprir a mão de obra escassa e contribuir para mudar a conjuntura da agricultura no estado, mas também, era considerado um instrumento de civilização. Normalmente, na imigração promovida pelo poder público, os colonos deveriam “preencher as características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários”²⁸⁹ do estado.

Constata-se isso quando o presidente do estado frisou em seu discurso, que a imigração iria proporcionar uma difusão pacífica do sangue. Ou seja, a partir do momento em que os colonos se integrassem com a população mato-grossense, estes se tornariam ordeiros e trabalhadores.

No mesmo relatório, Antônio Cesário demonstrou vontade em aumentar a publicidade do estado fora do país. O político afirmou “tornar-se preciso mantermos, nos centro europeus, pertinaz campanha em favor da amenidade do nosso clima e da opulência das nossas riquezas naturais, com a propaganda da imprensa e dos livros e até mesmo com a exposição dos produtos das nossas indústrias”. Ao que nos parece, o governo de Antônio Cesário de Figueiredo foi um dos que mais procuraram atrair imigrantes para o território mato-grossense.

Em 1901, o presidente Antônio Alves de Barros não dispensou em seu relatório atenção para o assunto da colonização. Num pequeno trecho, o político destaca que a riqueza de um estado depende de três fatores, que no seu ponto de vista, seria a terra, o dinheiro e a população. Sobre o tema, afirma o seguinte:

Terra, temo-la de natureza verdadeiramente privilegiada e bastante para o estabelecimento de um grande país; capital, temo-lo também, se soubermos preservar os fundos indispensáveis para a sua garantia; população é só abrir,

²⁸⁸ STEIN, Marcos Nestor. Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. **História: Debates e Tendências** – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 108-123.

²⁸⁹ ALENCASTRO & RENAUX; Luis Felipe; Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando. (org.). **História da vida privada no Brasil: império a corte e a modernidade nacional**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. p. 293.

largas, as nossas portas e deixar entra por elas os nossos irmãos do norte que a seca faz morrerem de fome pelos desertos de seus ínvios sertões natais e os filhos de além-mar que pletora de trabalhadores sem pão, nos seus países, faz derivarem em caudais pelos países novos e ainda pouco habitados²⁹⁰.

O presidente Antônio Alves de Barros apresentou pequenas observações sobre o percentual populacional do estado. Tivemos a impressão que para o político essa situação era simples de ser resolvida. Em suas próprias palavras, o dirigente afirmou que era necessário “abrir as portas” do estado e esperar que os imigrantes se deslocassem para o território. Estes seriam atraídos pela quantidade de terra e de riquezas naturais.

Ao fazermos uma análise da expressão “abrir as portas” do território mato-grossense, pensamos que tal medida não era tão simples do ponto de vista político e econômico. Abrir as portas implicava em realizar uma mudança na legislação para facilitar e subsidiar o acesso do imigrante aos lotes de terra, além de criar meios para que os colonos chegassem ao estado. Em 1901, ano em que o político proferiu o discurso, a EFNOB ainda não tinha saído do papel e o principal meio de acesso ao Mato Grosso era via rio Paraguai. No que concerne à colonização, consideramos que Antônio Alves de Barros não manifestou propostas concisas.

No relatório de 1902, o presidente de Antônio Alves Barros relatou que não ocorreram políticas voltadas para a colonização no estado²⁹¹. No ano de 1903, o político pontuou a mesma situação²⁹². Já em 1904, no mandato do presidente Antônio Paes de Barros do estado, o dirigente afirmou que houve a chegada de alguns colonos de forma espontânea de estados, como o Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, que requisitaram terras no sul do estado.

Outro ponto importante nesse relatório é que Antônio Paes de Barros afirma que autorizou o governo a “contratar com a Empresa de Colonização Brasileira a introdução de 3.000 imigrantes slavos, para serem localizados no distrito de Chapada e no sul do Estado”²⁹³. O relatório não apresenta mais detalhes do projeto, nem da escolha da empresa, nem como da

²⁹⁰ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa na sua segunda sessão anual da quinta legislatura, a de 2 de fevereiro de 1901. Cuiabá, Tipografia oficial. 1901. p. 13.

²⁹¹ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa, na 3ª sessão anual da sua 5ª legislatura, a 3 de fevereiro de 1902. Cuiabá. Tipografia oficial. 1902. p. 30.

²⁹² Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa, na 1ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada em 10 de janeiro de 1903. Cuiabá. Tipografia oficial. 1903. p. 14

²⁹³ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Paes Barros à Assembleia Legislativa, na 2ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada a 3 de março de 1904. Cuiabá. Tipografia oficial. 1904. p. 13.

opção por imigrantes eslavos. Porém, no relatório de 1905, o político afirma que foi “celebrado o contrato, entre o Governo e a Companhia de Colonização Brasileira *Trawinski & Comp.*, para a introdução de 3.000 imigrantes slavos”²⁹⁴.

Também não foram apresentadas informações no relatório, de como foi articulado o contrato entre o estado e a colonizadora. Também não conseguimos localizar dados sobre o assunto. No mesmo relatório, o presidente afirma que novamente chegaram de forma espontânea colonos de outros estados do Brasil, totalizando um número de cinco mil colonos²⁹⁵.

Já em 1908, no governo de Generoso Ponce, o fator de relevância em seu relatório está relacionado à instauração pelo governo federal, do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, criado para auxiliar os estados a empregar meios para estimular a chegada de imigrantes. Como já mencionado anteriormente, com a Proclamação da República em 1889, a responsabilidade de trazer imigrantes foi descentralizada para as unidades federativas do país.

Os estados que possuíam menos recursos não obtiveram o mesmo desempenho e em 1907 o governo federal criou essa secretária para amparar os governos estaduais, com ajuda de custo para pagamento da viagem de imigrantes, instalação de colônias, fornecimento de materiais e utensílios, como ferramentas e sementes, entre outros fatores²⁹⁶.

Em 1910, no governo de Pedro Celestino, temos poucas menções em atividades destinadas para investimentos na colonização. O governante destaca a procura por lotes de terras, devido ao avanço da construção da EFNOB no estado e a compra de duas sesmarias de lavoura, tendo em vista um projeto futuro para implantação de um núcleo colonial no distrito da Chapada²⁹⁷.

No relatório de 1911, Pedro Celestino dedicou mais espaço ao tema da colonização. Iniciou o texto afirmando “não possui ainda o Estado serviço de colonização oficial”²⁹⁸. Porém, no decorrer de seu discurso, expôs ações políticas que realizou para concretizar o projeto da primeira colônia com investimento público do estado, a ser instalada no distrito da

²⁹⁴ Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Paes Barros á Assembleia Legislativa, na sua 5ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 4 de março de 1905. Cuiabá. Tipografia oficial. 1905. p. 13.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio et. al. Op. Cit. 2006. p. 108-109.

²⁹⁷ Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1ª vice-presidente em exercício à Assembleia Legislativa, ao instalar a 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1910. Cuiabá. Tipografia oficial. 1910. p. 12.

²⁹⁸ Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1ª vice-presidente em exercício à Assembleia Legislativa, ao instalar a 3ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1911. Cuiabá. Tipografia oficial. 1911. p. 20.

Chapada. Destaca que mandou abrir estradas de rodagem para facilitar a ligação da colônia com Cuiabá, aplicou capital para manter os imigrantes alojados antes da instalação e que o próximo passo seria a construção de casas para os colonos. Celestino ainda afirmou que este seria o primeiro núcleo colonial que o Estado teria condições de manter²⁹⁹.

Sobre esse projeto, outro fator destacado por Pedro Celestino é a escolha dos europeus, os quais teriam o perfil ideal para habitar a colônia. Vejamos:

Os nossos recursos financeiros já permitem a sistematização desse importante fator econômico **[colonização]**, reclamado pela vastidão do nosso solo, tão ubertoso quanto inculto, pela natureza das nossas indústrias e, sobretudo pela necessidade de aquisição de mestres do trabalho moderno, que transformem a rotina em que definha a lavoura, que introduzam indústrias novas e concorram para o nosso progresso³⁰⁰ (grifo do autor).

Observamos nesse trecho a escolha de um modelo de colono a ser buscado, um mestre do trabalho, ou seja, um indivíduo que possuísse um conhecimento especializado sobre uma determinada área, nesse caso, a agricultura. Esse imigrante, portador de novas técnicas agrícolas, serviria de exemplo para os habitantes locais. A partir de um dado tempo, suas técnicas estariam disseminadas entre a população mato-grossense.

Em 1913, o presidente Joaquim da Costa Marques ressaltou em seu relatório anual que a colonização oficial ainda não tinha saído do papel, devido à inexperiência, vias de comunicação inadequada e por escassez de recursos. Vejamos:

Este serviço, de tanta relevância e de incalculável vantagem para o Estado, em que o reduzido número de habitantes forma verdadeiro contraste com a vastidão de seu território e a multiplicidade de suas riquezas e onde a escassez de braços para todas as indústrias e trabalhos torna-se dia da dia objeto de sérias preocupações e cria dificuldades invencíveis a todos os empreendimentos, ainda não pode ser ao menos iniciado por falta de preparo necessário para se dar a execução com a segurança de êxito³⁰¹.

Podemos observar que não ocorreu uma continuidade no projeto da instalação da

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Ibidem. p. 20.

³⁰¹ Mensagem dirigida pelo Sr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do Estado à Assembleia Legislativa, ao instalar a 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 13 de maio de 1913. Tipografia oficial. 1913. p. 80-81.

colônia no distrito da Chapada no governo de Joaquim da Costa Marques. Em nosso ponto de vista, essa foi uma das principais dificuldades que atingiram as políticas voltadas à colonização. Com a alternância de poder entre os mandatos, o dirigente sucessor, muitas vezes, não dava continuidade as ações desenvolvidas pelo seu antecessor, o que ocasionava o desperdício do dinheiro público e se tornava um obstáculo ao desenvolvimento da colonização.

Para Joaquim da Costa Marques, a melhor forma de colonizar era por meio da concessão de terras a indivíduos ou empresas privadas, pois diminuía os custos do Estado. No mesmo relatório, o presidente presta informações de um contrato para colonização fechado com um cidadão chamado José Luiz Martins. Observem:

Por essa concessão, além dos favores a que venho de referir, o Estado dará ao concessionário um milhão de hectares de terras devolutas, em lotes de 50.000 hectares cada um, e situados em zona diversa, com a condição do concessionário de localizar em cada lote, pelo menos, quinhentas famílias de imigrantes, devendo o primeiro núcleo a ser estabelecido no Norte do Estado; não podendo o mesmo concessionário obter o direito algum sobre outro lote sem estarem preenchidas todas as condições relativas ao primeiro. De modo que, para se tornar efetiva a concessão de toda área de um milhão de hectares, seria preciso que se fundasse em todo o Estado vinte núcleos coloniais, tendo cada um pelo menos uma população inicial de 500 famílias ou cerca de duas mil pessoas a razão de quatro por família, o que daria para todos os núcleos uma população mínima de 40.000 habitantes, não se levando em contato o aumento natural da população das primeiras colônias fundadas e durante o tempo necessário para o estabelecimento dos demais e que necessariamente avultaria de muito aquele número³⁰².

No ano de 1914, Joaquim da Costa Marques fechou novos contratos de concessão de terras. O estado estabeleceu contrato com o cidadão Álvaro Leite³⁰³, especificamente para trazer imigrantes de origem europeia. Esses colonos deveriam ser instalados próximos à via-férrea, rios navegáveis ou de grandes cidades³⁰⁴. O governo também firmou acordo com o senhor Arthur Maria Schindeler para substituir José Luiz Martins no contrato do ano anterior, mencionado anteriormente. O documento não apresenta informações dos motivos pelos quais o estado trocar o concessionário.

³⁰² Ibidem. p. 81-82.

³⁰³ Não conseguimos encontrar informações a respeito dos senhores mencionados no contrato com o governo mato-grossense.

³⁰⁴ Mensagem dirigida pelo Sr. Joaquim A. da Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 13 de maio de 1914. Cuiabá. Tipografia oficial. 1914. p. 41.

Para Joaquim Costa Marques, os meios mais práticos para desenvolver a colonização era a forma espontânea ou a concessão à pessoa física ou jurídica. O estado cedia as terras e incentivos fiscais durante um período de cinco anos para os novos núcleos coloniais. Estes fomentos sempre estavam relacionados aos prazos e condições para que os colonos adquirissem o título do lote, ou de isenções de impostos, como o de exportação dos produtos produzidos pelas colônias.

Em 1916, o presidente Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, afirmou em seu relatório que o “sistema de colonização, que tem por base a concessão gratuita da terra àqueles que, espontaneamente desejem nela se fixarem e dela viverem”³⁰⁵ era o mais conveniente para Mato Grosso, devido ao baixo custo. Além disso, o político procurou embasar sua fala utilizando exemplos de outros estados, em que essa alternativa alcançou sucesso.

O presidente apontou exemplos empregando dados de relatórios de outros estados. Caetano Albuquerque explicitou que o custo para a introdução de uma família no Paraná custava em torno de Rs. 3:000\$000, e em grande parte dos casos, os colonos abandonavam as colônias e migravam para as grandes cidades, pois conseguiam ganhar mais fácil do que na lavoura³⁰⁶. O político procurou argumentar que a colonização financiada pelo estado nunca poderia resolver o problema do povoamento de Mato Grosso.

Para resolver o problema da colonização, Caetano de Albuquerque apontou outra solução: “atrair os flagelados do Norte para este Estado, aqui fixando-os em núcleos coloniais, constituiria, no atual momento, o melhor serviço que poderia ser prestado ao povoamento de algumas regiões em Mato Grosso”³⁰⁷.

Percebe-se que o presidente do estado procurou desconstruir a ideia de se investir na colonização pública, até pelo custo que demandava ao governo. Como solução, o político apostou na chegada de migrantes nordestinos, que eram caracterizados como pessoas que viviam em péssimas condições de vida e vítimas das secas. O governo acreditava que os habitantes da região nordeste seria a escolha certa para promover a colonização do estado, pois aceitariam viver em Mato Grosso, devido às condições sociais em que viviam em seus estados natais.

³⁰⁵ Mensagem dirigida pelo Sr. General Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, presidente do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916. Tipografia oficial. Cuiabá. Tipografia oficial. 1916. p. 46.

³⁰⁶ Ibidem. p. 47.

³⁰⁷ Idem.

Já durante a década de 1920, período em que foi instalada a colônia de Terenos, percebe-se uma mudança dos políticos mato-grossenses, que ficaram mais propensos a diversificar o investimento na colonização, destinando capital para núcleos financiados pelo estado. Dentre os principais motivos para essa inflexão, podemos citar o fracasso de alguns projetos de colonização por concessão a empresas de colonização particular, além das colônias que não conseguiram atingir um rápido desenvolvimento.

No ano de 1920, o governo estadual fechou contrato com a Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker e Cia., para a instalação da colônia de Terenos³⁰⁸, que anos mais tarde, passou a ser gerida pelo poder público. Em 1921, o governo estadual reservou uma nova quantia de terras ao longo da EFNOB para aumentar o número de colônias³⁰⁹. Em 1922, o poder público concedeu essas terras para o senhor Marquez Luigi Beccaria iniciar a colonização³¹⁰.

A partir de 1924, o presidente Pedro Celestino expôs sua insatisfação com relação às empresas colonizadoras que não estavam conseguindo cumprir os seus contratos, atrasando o desenvolvimento na colonização do estado. Nesse discurso, o político demonstrou o interesse em designar uma quantia maior para o financiamento público dos núcleos coloniais. Celestino foi o político que tomou a decisão de cancelar o contrato com a companhia de Henrique Hacker, contratada para colonizar a região de Terenos. Para o dirigente, a colonizadora não cumpriu os requisitos do acordo. Foi articulada uma gestão integrando o governo estadual a intendência de Campo Grande para administrar a colônia³¹¹.

Em 1927, o governo passou a coordenar mais duas colônias com investimento público, a colônia Cajurú e Belo Horizonte, que receberam colonos estrangeiros, principalmente alemães e italianos³¹². Em 1930, no governo do presidente Aníbal de Toledo, o governo contratou a empresa de colonização Martins para prestar uma espécie de consultoria e

³⁰⁸ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 3ª sessão ordinária da 11ª legislatura em 7 de setembro de 1920 por D. Francisco de Aquino Corrêa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1920. p. 91.

³⁰⁹ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 7 de setembro de 1921 por D. Francisco de Aquino Corrêa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1921. p.63-64.

³¹⁰ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 13 de maio de 1922 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1922. p. 62.

³¹¹ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1924 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1924. p. 53-54.

³¹² Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1927 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1927. p. 14-15.

trabalhar para desenvolver mais colônias em Mato Grosso³¹³.

Podemos perceber nas falas dos presidentes de estado algumas semelhanças a respeito da necessidade da colonização do território mato-grossense. Afirmam que o estado possuía os elementos fundamentais para a sua prosperidade, como o vasto território, com riquezas naturais que facilitariam o seu desenvolvimento, dispunha de recursos, porém, faltava a população, por isso, se fazia necessário a colonização. Para que isso ocorresse era indispensável a abertura de suas portas no sentido da chegada do “progresso” com a instalação de ferrovias e estradas.

O estado por muito tempo não conseguiu desenvolver de forma eficaz a colonização, em parte, pela falta de recursos para subsidiar tais gastos, o que implicava em políticas tímidas, associado ao interesse em investir mais na produção pastoril, que era uma atividade que estava mais consolidada nesse período no estado, do que a agricultura. Também podemos adicionar nesses problemas, as dificuldades históricas que Mato Grosso teve com relação a vias de comunicação e transportes que facilitassem a sua integração ao mercado nacional.

Entretanto, a partir da análise dos documentos durante o período de 1900-1920, podemos constatar que a colonização pouco saiu do papel. Acreditamos que isso ocorreu por alguns motivos, entre eles, até o ano de 1920 verificamos que os presidentes de estado apostavam na colonização espontânea ou a partir de empresas colonizadoras, pois não estavam interessados em onerar as despesas do estado. Somente da década de 1920, que o presidente Pedro Celestino vai defender a colonização com investimento público, implantando em parceria com a prefeitura de Campo Grande a colônia de Terenos.

Percebe-se nos relatórios um discurso sobre a necessidade de ocupar as fronteiras do estado. Constatamos que para os governantes do período, Mato Grosso estaria como assinalou José de Souza Martins no “estágio da fronteira”, isto é, “se encontram naquele estágio de sua história que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre as terras não ocupadas ou insuficientemente ocupadas”³¹⁴.

O movimento de ocupação de fronteiras não é pacífico, é também de destruição, de luta e resistência. É marcado pelos índios de um lado e os ditos “civilizados” de outro, do grande proprietário de terra e dos sertanejos, ou seja, “a fronteira é essencialmente o lugar da

³¹³ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1930 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1930. p. 82-83.

³¹⁴ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 132.

alteridade”³¹⁵, por isso cada fronteira tem uma realidade diferente, singular e móvel.

A partir da análise dos pronunciamentos dos governantes, os discursos que colocavam Mato Grosso como um espaço “desconhecido, inacessível, isolado, perigoso, dominado pela natureza, habitados por selvícolas, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”³¹⁶, ou seja, era necessário mudar essa situação, expandindo as fronteiras, conhecendo o desconhecido, trazer o progresso, a civilização, colonizar o território, principalmente por povos que eram considerados civilizados e modelos de civilização, como os europeus.

Nessa exposição, observamos como os discursos e pronunciamentos dos presidentes de estado foram utilizados como artifícios políticos, econômicos e sociais visando atender interesses do estado mato-grossenses, como a ocupação de fronteiras, a civilização do sertão, a melhoria do abastecimento agrícola do estado pautado na necessidade e na instalação de núcleos coloniais agrícolas.

³¹⁵ Ibidem. p. 133.

³¹⁶ Cf. AMADO, Janaina. Op. Cit. p. 7; GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. **Textos de História**. v.3, n.2, 1995. p. 49-81 & MARIN, Jérri Roberto. Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’amour ao sul da diocese de Cuiabá, em 1886. In: MARIN, Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org.). **História, Região e Identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. p.183-214.

CAPÍTULO III

A VIDA NO CERRADO: IMPLANTAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE TERENOS.

Analizamos no decorrer do último capítulo que havia uma preocupação e interesse no investimento da colonização no Estado de Mato Grosso. Desde a proclamação da república em 1889, várias leis foram editadas visando à regulamentação da compra e concessão de terras para pessoas que desejassem habitar e colonizar o território mato-grossense.

Antes de iniciarmos a discussão sobre a implantação da colônia de Terenos, é necessário estabelecer alguns pontos importantes. Primeiro, dividimos a implantação da colônia em dois momentos, sendo o primeiro de 1920 até 1924 e o segundo a partir de 1924. Esse recorte está relacionado à implantação inicial da colônia que foi realizada pela iniciativa privada, através de um acordo entre o governo e a Sociedade de Colonização Territorial Sul-Brasileira Henrique Hacker & Cia.

O insucesso dessa primeira etapa da colônia fez com que o governo do Estado de Mato Grosso suspendesse o contrato de arrendamento de terras com a empresa colonizadora de Hacker. A partir desse momento, o governo estadual e a intendência municipal de Campo Grande formaram uma parceria para gerir a administração da colônia.

Num primeiro momento, temos como objetivo analisar o processo de estruturação da colônia a partir do acordo firmado entre governo do estado e a empresa Hacker para organizar o núcleo colonial. Além disso, refletimos sobre os fatores que levaram ao governo mato-grossense em cancelar o contrato com a companhia em poucos anos e assumir em conjunto com a intendência de Campo Grande a gerência da colônia.

Posteriormente, nossa preocupação se deu em compreender os mecanismos e estratégias que o poder público utilizou no processo de administração de Terenos. Analisar as dificuldades que enfrentaram nesse desafio, uma vez que, não possuíam uma experiência nesse quesito. Ademais, procuramos examinar de que forma se deram as relações entre governo e colonos durante esse processo.

3.1 – A Implantação da Colônia pela iniciativa privada

Depois de algumas tentativas no decorrer das primeiras décadas do século XX, o governo estadual firmou contrato com a Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker & Cia. A escolha dessa companhia se deu em função de empreendimentos que vinha desenvolvendo em outras regiões do país³¹⁷.

Hacker nasceu em 1881 na Alemanha e imigrou para o Brasil nos meados de 1904, contratado pela empresa de eletricidade Hauer Júnior & Cia., para atuar como engenheiro em Curitiba, Paraná. Ao longo de sua estadia no Brasil, investiu em várias atividades: como colonizador, como proprietário de fazendas especializadas na produção de arroz, empresas no ramo de serrarias para extração de madeiras, que eram exportadas para as repúblicas platinas, atuou na construção de barragens e usinas de eletricidade, com seu irmão fundou uma fábrica de motores para usinas, além de uma no ramo de bebidas³¹⁸.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, Hacker teve de deixar o cargo de gerente da empresa Hauer e se afastar do litoral. Isso ocorreu devido à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial a partir de 1917. Em abril desse ano, o navio brasileiro (denominado Paraná), que transportava café foi bombardeado pela marinha alemã, o que fez o Brasil declarar o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha³¹⁹.

Meses depois, mais três navios brasileiros foram abatidos pelos alemães, o que levou o Brasil a declarar guerra aos países da Tríplice Aliança³²⁰. A partir disso, todos os imigrantes pertencentes às nações com as quais o Brasil declarou guerra passaram a ter que utilizar um documento intitulado salvo-conduto, que permitia ou não o deslocamento desses imigrantes pelo território brasileiro. Muitos imigrantes, também foram impedidos de se fixarem no litoral brasileiro. A partir de então, Hacker deu início a sua atividade como colonizador em Santa Catarina e Paraná, quando adquiriu concessões de terras no vale do Rio do Peixe, Iguazu e na zona do Contestado³²¹.

³¹⁷ Henrique Hacker atuou principalmente no estado de Santa Catarina, na região conhecida como vale do rio do peixe. Nessa área, sua empresa constituiu a colônia “Bom Retiro”, conhecido hoje como município de Luzerna e a colônia “Cruzeiro”, que deu origem as cidades de Joaçaba e Herval D’Oeste. C.f FABRO. Maristela Fátima. **A política de nacionalização e a educação do vale do rio do peixe (1937-1945)**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. P.18-19.

³¹⁸ HACKER. Henrique. Memórias de um colonizador. **Blumenau em cadernos**. t. III, nº 8, p. 153,154 e 157, agosto de 1960; Usina de Salto Weissbach: um pouco da sua história. **Blumenau em cadernos**. T. VIII, nº 8, p. 149-151, abril de 1967 e A morte de um pioneiro. **Blumenau em cadernos**. T. XV, nº 3, p. 24-26, março de 1974.

³¹⁹ DORATIOTO. Francisco. *O Brasil no mundo*. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) **História do Brasil Nação: 1808-2010 – A abertura para o mundo: 1889-1930** (vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. 2012. p. 133-171.

³²⁰ Política de alianças formada em 1882 pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália (a Itália deixou a aliança em 1915).

³²¹ Idem.

Em 1960, Hacker publicou um texto em formato de memórias na revista Blumenau em cadernos. Texto de três páginas e escrito em primeira pessoa, o autor procurou exaltar sua capacidade de imigrante empreendedor, que se destacou em diversas atividades. No texto, se intitulou como o mais antigo colonizador da região do vale do rio do peixe em Santa Catarina³²².

Hacker se tornou um colaborador da revista Blumenau em cadernos, tendo escrito durante as décadas de 1960 e 1970 alguns artigos para a publicação. A revista possui mais de cinquenta anos e ainda está em atividade. Atualmente é administrada pelo Arquivo Municipal de Blumenau. A publicação surgiu e foi patrocinada a partir do interesse dos moradores da cidade.

Nesse texto, o autor não mencionou a sua experiência de colonização nas terras mato-grossenses. Sobre as suas experiências de colonização, somente relatou as suas atividades nos estados da região sulina. O silêncio sobre o empreendimento em Mato Grosso pode ser explicado em função de não ter obtido êxito, uma vez que o contrato entre a empresa de Hacker e o estado foi rompido, segundo o governo de Mato Grosso, pela falta de resultados³²³.

Lembramos aqui das palavras dos sociólogos Maurice Halbwachs, ao afirmar que a memória é seletiva³²⁴, e de Michael Pollak ao dizer que a memória também é composta por esquecimentos e silenciamentos³²⁵. No texto de Hacker, observamos a perspectiva do pioneiro, isto é, de um homem corajoso e trabalhador, que procurou exaltar as suas qualidades e desafios enfrentados para por em prática suas ações de colonização.

Relatar uma experiência negativa, como a que ocorreu em Mato Grosso, poderia talvez, pôr em cheque a sua eficiência como colonizador ou arranhar a memória coletiva sobre seu nome. Na pesquisa que realizamos para saber informações sobre a vida e atuação de Henrique Hacker, descobrimos que atualmente, existe uma avenida na cidade de Blumenau – Santa Catarina, que recebe o seu nome, o que pode significar certo prestígio nessa sociedade³²⁶.

A memória apresenta preocupações pessoais, pois a pessoa normalmente constrói uma

³²² HACKER, Henrique. Memórias de um colonizador. **Blumenau em cadernos**. t. III, nº 8, p. 153,154 e 157, agosto de 1960

³²³ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1924 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1924. p. 53-54.

³²⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo – SP. Edições Vértice, 1990.

³²⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212 & _____. Memória, esquecimentos e silêncios. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³²⁶ C.f <http://ahjfs.arquivodeblumenau.com.br/pesquisas-2/>

imagem de si mesma para apresentá-la aos outros, não somente para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser reconhecida pelos outros. As memórias dos colonizadores são utilizadas para a construção do discurso do pioneirismo, que são oficializadas geralmente pelas gestões públicas, contribuindo para a composição das memórias coletivas e identidades culturais³²⁷.

Em 1920 foi estabelecido o contrato entre o governo do estado e a empresa de Hacker. O presidente do estado, D. Francisco de Aquino Corrêa, anunciou o contrato da seguinte forma:

Fundada há mais de dez anos, pelo Dr. Henrique Hacker, brasileiro naturalizado, esta sociedade com um capital superior a 3.000 contos de réis, goza de um nome firmado, pois estabeleceu e mantém prosperamente as seguintes colônias: *Bom Retiro, Nova Vicenza, Coronel Rupp, Capinzal, Rio do Peixe, São Pedro e Franconia*, no estado de Santa Catarina, e as do *Coronel Amazonas e Alto Paraná*, no estado do Paraná (grifo do autor).³²⁸

Percebemos que o poder público optou por escolher uma empresa que tinha certa experiência no ramo da colonização, principalmente na região sul do Brasil. Além disso, a empresa de Henrique Hacker trabalhava principalmente com colonos alemães, ponto favorável para o governo mato-grossense, já que, os alemães se encaixavam dentro do projeto de colono ideal³²⁹.

O contrato com a colonizadora foi firmado no dia 15 de julho de 1920 e tinha como objetivo introduzir e localizar imigrantes para trabalhar na agricultura ou pecuária. Além disso, 80% dos colonos deveriam ser estrangeiros e 20% nacionais. O governo concedeu cinquenta lotes de terras, cada um com dez mil hectares, próximos a EFNOB³³⁰.

Para cada lote, deveriam ser destinadas, pelo menos, cem famílias com quatro pessoas

³²⁷ ANDRADE. Alex Sandre Marques. **O discurso do pioneirismo e suas representações: Tangará da Serra, MT (1976-1997)**. Porto Alegre: FFCH, PUC-RS. 2009. p.8.

³²⁸ Relatório enviado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado D. Francisco de Aquino Corrêa. 7 de setembro de 1920, Tipografia Oficial. Cuiabá. p. 95.

³²⁹ De acordo com nossa análise apresentada no capítulo anterior, muitas vezes a população mato-grossense foi classificada pelo poder público, como desqualificada para o trabalho da agricultura e que não possuía força de vontade para se aprimorar ou aprender novas técnicas de trabalho. Por isso, a ideia de procurar um grupo de imigrante que servisse de modelo para a população foi pensada no acordo com a empresa de colonização. O poder público mato-grossense queria seguir o modelo de colônias instaladas na região sul do Brasil, uma vez que, estas eram apontadas como padrão de sucesso. Apesar da colônia de Terenos ter recebido grupos de diversas nacionalidades, os alemães sempre foram maioria e estes eram classificados como laboriosos, industriais, empreendedores e esforçados.

³³⁰ Cláusula nº 2 – Contrato entre Governo do Estado de Mato Grosso e Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Comp., para introdução e localização de imigrantes estrangeiros. IN: Relatório enviado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado D. Francisco de Aquino Corrêa. 7 de setembro de 1920, Tipografia Oficial. Cuiabá. p. 92.

em média. Todas as despesas com escolha, divisão e demarcação das terras eram responsabilidade da empresa de colonização. Por contrato, a companhia tinha o prazo de cinco anos para colonizar metade dos lotes, ou seja, vinte e cinco. E mais cinco anos para terminar o restante³³¹.

A contrapartida do governo se deu em relação ao transporte dos colonos e suas bagagens, que foi bancada pela ajuda de custo do governo federal, através do Serviço de Povoamento do Solo³³². O poder público também disponibilizou a isenção de impostos sobre o material a ser utilizado na colônia, quer fosse de construção, de trabalho, agrário ou máquinas. Também desonerou pelo período de cinco anos, os impostos sobre a terra e os produtos que seriam produzidos no núcleo colonial³³³.

O governo do estado também abriu a possibilidade de isenção de impostos caso a empresa de colonização desejasse fundar instituições de crédito rural ou estradas de ferro, que atendessem as respectivas colônias. Além disso, organizou uma hospedaria para os imigrantes recém-chegados³³⁴.

A empresa de colonização deveria arcar com a quantia de dez contos de reis anualmente por um período de cinco anos seguidos, a fim de poder prestar auxílio médico para os colonos caso fosse necessário³³⁵. A firma também ficava responsável por pagar o valor de nove contos e seiscentos mil reis ao governo do estado, para que este pudesse realizar ações para fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos³³⁶. Enfim, o contrato poderia ser interrompido caso uma das cláusulas não fosse executada³³⁷.

Tivemos acesso a um contrato³³⁸ realizado entre um colono e a Cia. Henrique Hacker de colonização, lavrado no dia 18 de junho de 1921, que nos permitiu ter ciência de como funcionava a relação entre a empresa e o colono. O contrato era intitulado “contrato de promessa de venda n° 10025” e estabelecia a quantia a ser pago pelo terreno, o tamanho do

³³¹ Cláusula n° 4 – Contrato entre Governo do Estado de Mato Grosso e Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Comp., para introdução e localização de imigrantes estrangeiros. IN: Relatório enviado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado D. Francisco de Aquino Corrêa. 7 de setembro de 1920, Tipografia Oficial. Cuiabá. p. 92.

³³² Cláusula n° 8 – Contrato entre Governo do Estado de Mato Grosso e Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Comp., para introdução e localização de imigrantes estrangeiros. IN: Relatório enviado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado D. Francisco de Aquino Corrêa. 7 de setembro de 1920, Tipografia Oficial. Cuiabá. p. 93.

³³³ Cláusula n° 9 – Idem.

³³⁴ Cláusula n° 13 – Idem.

³³⁵ Cláusula n° 16 – Idem.

³³⁶ Cláusula n° 21 – Idem.

³³⁷ Cláusula n° 22 – Idem.

³³⁸ Contrato de promessa de venda n° 10025. IN: MIRANDA, Mariza Santos. **Texto e contexto: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso – 1920/1934**. Dissertação (mestrado). Campo Grande/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2001. p. 200-201.

lote vendido e as regras que o colono deveria seguir para que não fosse multado ou penalizado³³⁹.

Nesse caso, o comprador era o senhor Daniel Lopes das Neves e o representante da empresa era o senhor Iltemburg. Não temos certeza se a grafia de seu nome está correta, pois o documento não se encontrava em bom estado de conservação, especialmente as partes escrita a caneta. O colono comprou um lote de 180.000 m², correspondente a 18 hectares ou 2 alqueires nas medidas utilizadas em Mato Grosso, de acordo com nossa pesquisa³⁴⁰. O colono pagou um valor de três réis por metro quadrado, no valor total de 540\$000 contos de réis³⁴¹.

O comprador pagou um valor de entrada de 513\$000 réis e dividiu o restante em três parcelas de 9\$000. O título provisório só era fornecido após o pagamento integral do valor. O contrato estabelecia que qualquer imposto deveria ser arcado pelo colono. Este receberia o lote medido e com uma estrada na parte frontal do seu lote. As estradas laterais deviam ser abertas pelo próprio colono e o seu terreno deveria ser limpo por duas vezes ao ano, passível de multa caso não o fizesse. Um ponto interessante no contrato era que se fosse encontrado alguma riqueza mineral no lote, isto pertenceria à empresa de colonização, que pagaria uma indenização ao colono³⁴².

Pela análise do contrato de promessa de venda, pudemos perceber que a empresa de colonização não fornecia e prestava auxílio aos colonos. O comprador do lote apenas recebia o terreno demarcado, ou seja, tinha que se responsabilizar com os custos para cercar, abrir estradas laterais, pela construção da sua casa, da aquisição de materiais para o plantio e colheita, fatores esses, que foram fundamentais para que muitos colonos abandonassem seus empreendimentos.

De acordo com o relatório exposto pelo presidente D. Francisco de Aquino, no ano de 1921, os primeiros colonos de origem alemã se instalaram em Terenos. Vejamos:

Terenos, a margem da E. de F. Noroeste, com uma área de 14.131 hectares, medida em outubro de 1920 [...]. Nos lotes de Terenos já se acham localizados os primeiros colonos alemães e o governo, por intermédio do respectivo fiscal nomeado em conformidade com a cláusula 21 do referido contrato, procura afastar os embaraços de vária natureza, que não tem deixado de retardar o desenvolvimento da nascente colônia, a primeira sistematicamente fundada em Mato Grosso.³⁴³

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/Ed.UFMT, 2007.

³⁴¹ Contrato de promessa de venda n° 10025. IN: MIRANDA, Mariza Santos. op. cit. p. 200-201.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 7

Já em 1922, o presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa declara:

Com o objetivo de atrair imigrantes e de estabelecer, no Estado, núcleos de colonização, os Governos mato-grossenses têm feito diversas concessões de extensas superfícies de terras publicas a empresa e firmas industriais. Das concessões feitas para colonização, só a Sociedade Hacker & Companhia tem procurado cumprir o seu contrato, introduzindo e localizando imigrantes, em uma das glebas que lhe foram mandadas reservar, á margem da E. F. Noroeste do Brasil, junto á estação de Terenos, no município de Campo Grande. [...] nesse primeiro núcleo colonial apenas se acham já fixados poucos mais de sessenta imigrantes de procedência tedesca, inclusive mulheres e crianças [...].³⁴⁴

No primeiro ano, a colônia introduziu pouco mais de setenta imigrantes, considerando a perspectiva de alcançar 5.000 colonos nos primeiros cinco anos. Mas, de acordo com o contrato, o número ficou bem abaixo do esperado. O presidente de Mato Grosso ao dizer “apenas já se acham pouco mais de sessenta imigrantes” em relação à colônia de Terenos, nos revela certo descontentamento com o resultado dos primeiros anos de atividade da companhia de Henrique Hacker. Um dos motivos latentes foi o alto grau de desistência dos colonos que chegavam, pois muitos não ficavam mais de três meses e migravam para a área urbana de Campo Grande, ou para outros Estados.

Os motivos alegados pelo estado ao desempenho abaixo da expectativa da companhia de colonização são: a falta de organização na estruturação do núcleo colonial, a introdução dos colonos antes da finalização da medição dos lotes e da construção das casas, além da falta de provisões para abastecer os imigrantes³⁴⁵. Outro aspecto que percebemos é que o governo do Estado aspirava resultados rápidos, isto é, que as terras concedidas se tornassem povoadas em pouco tempo.

As primeiras críticas sobre a colônia surgiram já no ano de 1921, pelo intendente municipal de Campo Grande, Arlindo de Andrade Gomes. O político questionou a desorganização e a falta de responsabilidade do concessionário responsável. Vejamos:

de setembro de 1921 por D. Francisco de Aquino Corrêa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1921. p. 78.

³⁴⁴ Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa. 13 de maio 1922. Tipografia oficial. Cuiabá. p.61.

³⁴⁵ Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa. 13 de maio de 1923. Tipografia oficial. Cuiabá. p. 85.

No Estado, a colonização não saiu ainda das leis e dos raros artigos de jornais. É certo que há grandes contratos de colonização não cumpridos, feitos por mero negócio. A primeira colônia a estabelecer-se foi a de Terenos, contrato feito pelo Estado com a Companhia Hacker (...). Falhou em qualidade, segundo a vontade do concessionário em organizá-la. Assim até hoje, não temos uma colônia.³⁴⁶

Os documentos citados apontam que em 1923 havia problemas na colônia, principalmente na introdução de imigrantes sem a devida estrutura necessária para que esses habitassem a região. Isso fazia com que o número de colonos que deixavam Terenos era maior do que os chegavam. Pedro Celestino, presidente do Estado, alerta em seu relatório sobre a Companhia Hacker:

[..] denuncia falta de êxito por defeitos de organização na sua exploração. Tendo sido introduzidos antes de convenientemente preparado o núcleo em que se deviam instalar, sem conforto nem probabilidade próxima de melhor situação, quase todos os imigrantes abandonaram a colônia, embora situada em terras feracíssimas, á margem da ferrovia Noroeste do Brasil, na estação de Terenos. Nessa gleba, apenas subsistem presentemente 36 colonos alemães.³⁴⁷

A justificativa apresentada pelo presidente do estado Pedro Celestino para o cancelamento do contrato com a empresa de Henrique Hacker foi apoiada simplesmente em possíveis falhas que a colonizadora realizou no processo de instalação do núcleo colonial agrícola. Percebe-se que para o governo, a culpa para o declínio e insucesso da colônia foi única e exclusivamente da companhia de Hacker.

Na fala, o presidente do estado ainda ressaltou que a colonizadora falhou num território com condições ideais para a instalação da colônia, que possuía terras férteis, uma ferrovia e estação disponível próximo ao núcleo colonial. Mesmo numa situação negativa devido ao rompimento do contrato com a companhia, o argumento enfatiza as “qualidades” do território mato-grossense. Percebe-se que nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX ocorreu uma regularidade dos discursos sobre o ambiente do estado, como demonstrado

³⁴⁶ Município de Campo Grande. Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo Intendente – Geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921. 2007. IHGMS. p.15.

³⁴⁷ Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa. 1923. Tipografia oficial. Cuiabá. p.85.

no segundo capítulo deste estudo.

O principal argumento utilizado pelo governo para explicar o fracasso da empresa de colonização foi a evasão de colonos. A falta de infraestrutura foi identificada como um dos principais problemas, pois o imigrante ao chegar era responsável por derrubar a mata, medir o lote e construir sua própria casa. Isso era um fator que não estava previsto no contrato. O acordo firmado entre companhia e governo previa que a empresa deveria providenciar o estabelecimento do colono e sua moradia.

Outro fator que o poder público mencionou no relatório apresentado pelo presidente do estado foi uma suposta dificuldade financeira da empresa. Uma das cláusulas estabelecidas no contrato com a empresa colonizadora afirmava que a mesma deveria repassar anualmente uma quantia de dinheiro para sociedades de caridade, para que os colonos pudessem receber atendimento médico, devido a doenças ou desastres. Na primeira parcela de pagamento, a empresa apresentou dificuldade, conforme o seguinte trecho do relatório apresentado pelo presidente Pedro Celestino:

Atendendo, por outro lado, as alegações da Sociedade, respeitantes as dificuldades financeiras, que atualmente a embarçam, concordou o meu governo, por aquele aditivo, em conceder-lhe a prorrogação do prazo por mais três anos, para pagamento por parte da empresa concessionária da quota de 10:000\$ anuais, destinados aos estabelecimentos de caridade.³⁴⁸

Ou seja, a companhia solicitou um prazo de três anos para realizar o primeiro pagamento relativo a organismos de caridade e assistência médica. O não desenvolvimento da colônia de acordo com os objetivos do governo estadual levaram à anulação do contrato com a Sociedade Territorial Sul-Brasileira H. Hacker & Cia no ano de 1924, como afirma, Pedro Celestino, presidente do Estado:

“A concessão dos srs., Hacker & Companhia, substituída essa firma pela sociedade Sul Brasileira, foi declarada caduca por decreto do meu governo, número 659, de 27 de fevereiro do ano corrente, em virtude de inobservância de obrigações contratuais por parte da companhia concessionária”.³⁴⁹

O relatório do presidente Pedro Celestino não deixou claro por quais cláusulas o

³⁴⁸ Idem. p. 62.

³⁴⁹ Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa. 13 de maio 1924. Tipografia oficial. Cuiabá, p.54.

contrato com a companhia de Henrique Hacker foi anulado. Acreditamos que o governo construiu um argumento para explicar o cancelamento do acordo baseado nas dificuldades financeiras da empresa e a falta de êxito em introduzir e manter os colonos no núcleo colonial, conforme a tabela abaixo.

Tabela 8 – Nº de colonos durante a administração da colônia de Terenos pela Cia. De Henrique Hacker.

Ano	Nº de colonos
1921	50
1922	60
1923	36
1924	24

Fonte:³⁵⁰

A partir da anulação do contrato de colonização de Terenos, podemos notar uma mudança na perspectiva de investimento em colonização por parte do poder público estadual, conforme o presidente do Estado:

Como vedes, srs. Deputados, deve o governo do nosso Estado aparelhar-se com os elementos necessários para enfrentar esse problema e procurar resolvê-lo, adotando providencias oficiais sistemáticas da introdução de imigrantes, sem esperar pela solução que lhe possa ser dada pelo trabalho de concessionários, cujas iniciativas em Mato Grosso têm sucessivamente fracassado.³⁵¹

A partir do cancelamento do contrato com Henrique Hacker, o presidente do estado parece ter assumido uma nova diretriz em relação a política de colonização. Após tentativas frustradas de organizar um núcleo colonial a partir da imigração espontânea, da concessão de

³⁵⁰ Tabela elaborada pelo autor com base nos seguintes relatórios: Município de Campo Grande. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921. Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS). 2007; Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 7 de setembro de 1921 por D. Francisco de Aquino Corrêa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1921; Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 13 de maio de 1922 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1922; Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 21 de maio de 1923 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1923; Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1924 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1924.

³⁵¹ Idem.

lotes de terra ou da colonização particular, foi realizada uma parceria entre o governo estadual e a intendência de Campo Grande para administrar a colônia.

3.2 – A administração da colônia pelo poder público.

Logo após a anulação do contrato entre o governo do Estado de Mato Grosso e a empresa de colonização Sul-Brasileira Henrique Hacker e Cia., o poder público estadual procurou firmar uma parceria com a intendência de Campo Grande para que esta gerisse o núcleo colonial.

A estratégia de transferir a administração da colônia para a intendência de Campo Grande se deu em razão da colônia estar situada em seus limites geográficos, o que facilitaria a logística para o gerenciamento do núcleo colonial.

Podemos perceber isso no relatório do presidente estadual de 1925. Vejamos:

Mas o Estado iniciou medidas de outra natureza, garantidoras do serviço mais eficiente de colonização, concedendo aos municípios de Campo Grande, Aquidauana, e Miranda o auxílio necessário para o estabelecimento de núcleos agrícolas, em Terenos e nas vizinhanças daquelas duas cidades sulinas.³⁵²

Logo após o encerramento do contrato com a empresa de colonização, o governo de Mato Grosso comunicou a intendência de Campo Grande sobre o projeto de uma administração pública do núcleo colonial de Terenos. Num telegrama do dia 18/04/1924, o intendente municipal Arnaldo Figueiredo³⁵³ respondeu ao presidente do Estado da seguinte forma:

Respondendo vosso telegrama referente a colocação de imigrantes alemães em terras reservadas veremos posso assegurar que o município empenhará todos os esforços recebimento e localização dos imigrantes, promovendo todas as facilidades indispensáveis a sua radicação, auxílio e concorrente

³⁵² CORRÊA, Estevão Alves. 1925. p. 50

³⁵³ Arnaldo Estevão de Figueiredo nasceu na cidade de Rosário do Oeste em 1892. Formou-se bacharel em Ciências e Letras e, posteriormente, em Engenharia Agrônoma. Veio para o sul de Mato Grosso para trabalhar na demarcação de terras e municípios. Assumiu a Intendência de Campo Grande após a renúncia de Antônio Noberto de Almeida no período de janeiro de 1920 a janeiro de 1921. Em 1924 foi eleito intendente, ficando no cargo de janeiro de 1924 até dezembro de 1926. Elegeu-se governador em abril de 1947 e ficou no governo até 1950. Foi um dos políticos mato-grossenses que direcionaram investimentos na área de colonização.

primeiras despesas.³⁵⁴

Após saber que Campo Grande ficou responsável pela administração da colônia, Arnaldo Figueiredo tomou uma série de medidas para conseguir apoio para o projeto, entrando em comunicação com a câmara de vereadores do município, com o Ministério da agricultura e com o serviço de imigração do Brasil³⁵⁵.

Arnaldo Figueiredo entrou em contato com o ministro da agricultura, Miguel Calmam, para solicitar ajudar e suporte para a colônia em Terenos para estruturar e aparelhar a colônia com as ferramentas necessárias para o início do plantio. Vejamos:

Levado ao conhecimento de Vossa excelência a instalação por esta municipalidade de um núcleo colonial em Terenos, a margem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e, estando já em andamento a construção da habitação para o primeiro contingente de imigrantes alemães, num total de 82 pessoas, que recebemos por intermédio do Sr. Mesquita Barros, venho solicitar a vossa excelência o auxílio do ministério que tão patrioticamente dirigiu no que concerne ao fornecimento de máquinas agrícolas, arame, semente, para distribuir aos colonos indenizando a Intendência os aparelhamentos agrícolas que nos foram fornecidos. Contando com a vossa supervisão com que tem encarado tão relevante assunto, aguardo a vossa excelência as providências que julgados de justiça. Saudações.³⁵⁶

Podemos observar que o intendente municipal solicitou assistência do governo federal para estrutura e aparelhar a colônia com as ferramentas necessárias para o início do plantio. O intendente municipal Arnaldo Figueiredo solicitou através de telegrama³⁵⁷ ao senhor Mesquita Barros, responsável pelo serviço de imigração, para que o mesmo realizasse uma divulgação aos imigrantes que chegavam ao Brasil através do Rio de Janeiro, sobre o projeto do núcleo colonial de Terenos e, principalmente, os benefícios que o governo disponibilizava aos colonos recém-chegados, como auxílio, título gratuito da terra, lotes de até vinte e cinco hectares e alimentação subsidiada até a primeira colheita.

A chegada dos primeiros colonos à colônia já na administração pública ocorreu no início de maio de 1924, conforme o telegrama do intendente municipal:

³⁵⁴ Telegrama, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁵⁵ Ofício nº 66 – 22/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca; Ofício nº 62, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca & Telegrama 14/05/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁵⁶ Ofício nº 62, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca.

³⁵⁷ Telegrama 14/05/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Acuso recebido vosso despacho viagem imigrantes. Aguardo chegada amanhã, tendo tomado providência para iniciar a colonização. Agasalho provisório. Afim iniciar a colonização lotes solicito Vossa senhoria remessa de plantas Terenos instrução, distribuição área cada família.³⁵⁸

No primeiro semestre de 1924, momento em que ocorreu a quebra de contrato com a firma de Henrique Hacker e o início da administração pública da colônia, podemos perceber que o governo teve dificuldades na gerência da colônia. Isso pode ter ocorrido devido à falta de experiência do poder público por não ter administrado um núcleo colonial até então.

Imigrantes europeus de várias regiões da Europa, especialmente Alemanha, Bulgária, Polônia, Áustria e Lituânia se deslocaram para Mato Grosso, devido à propaganda do auxílio fornecido pelo poder público. Porém, ainda faltavam os materiais essenciais para o trabalho com a agricultura, a colônia não possuía uma sede para guardar seus equipamentos, faltavam alimentos para subsidiar as famílias até a primeira colheita, as casas para acomodar os colonos não tinham sido construídas, entre outros problemas³⁵⁹.

Vejamos como o intendente municipal, Arnaldo Figueiredo, relatou ao presidente do Estado, Pedro Celestino, a acomodação dos primeiros colonos.

Tenho honra de submeter á apreciação de vossa excelência elementos constantes dos quadros juntos, que esta intendência organizou para esclarecer a situação dos imigrantes alemães na colônia de Terenos. Como já comuniquei a vossa excelência em telegrama de 9 do corrente mês, a instalação provisória dos colonos foi feita em barracos, gentilmente cedidos ao município pelo comandante desta circunscrição militar intermediadamente e no mesmo dia da sua chegada foram colonos transportados ao centro das terras e aí convenientemente tratados e hospedados, iniciando-se no dia seguinte a escolha dos lotes para a localização de cada família. Como vossa excelência vera dos croquis junto, procurei distribuir as famílias de maneira á colocá-las aproximadas uma das outras em lotes anexos, pela maior facilidade de distribuição de viveres e de fiscalização, como também pela facilidade de fechamento dos lotes reduzindo o perímetro de aramado. Iniciou-se do mesmo tempo a construção das primeiras habitações, com o auxílio dos próprios colonos e outros, já mais distantes da sede da instalação provisória, contratou-se a sua construção com particulares. Se não fora a dificuldade de obtenção de ferramentas para os colonos não ter ainda chegado ao destino, por ter sido despachado pela intendência de imigração a 12 hectares e como carga, talvez já pudéssemos ter as famílias em seus lotes, dada a vontade por elas manifestadas de se instalarem em suas glebas definitivamente. Assim, algumas delas, desaparelhadas, acham-se em seus lotes, percebendo diariamente na sede as

³⁵⁸ Telegrama 05/05/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁵⁹ Ofício nº 68 – 23/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

suas ações. Para a organização, da escrituração da colônia, nos termos do decreto nº 200 de 18 de setembro de 1907, mandei organizar as tabelas juntas, discriminativas da despesa por unidade e por dia de alimentação de cada colono. Essas despesas atualmente orçam a cifra de \$ 3.500 mensal, devido a imprevista carestia dos gêneros de boca, que importamos de São Paulo e neste ano, o elevado preço sem precedente pela seca lá ainda reinante. Ao par destas despesas, outras tornam-se inadiáveis e que são as constantes de ferramentas e sementes. Temos atendido este fornecimento dentro dos limites da necessidade de cada colono, estando, entretanto, em deficiência a ferramenta que se faz mister no momento. [...] aguardo autorização de vossa excelência para a coletoria local, no sentido de concorrer com o auxílio do Estado nas despesas até o momento feitas e que orçam em \$ 3.570. Agradeço a vossa excelência esse apoio e o auxílio do Estado, neste trabalho que representará o início de uma nova foz (sic) e para a vida do Estado que muito de perto virá impulsionar a sua economia, reafirmo, mais uma vez, toda a minha admiração. Saudações cordiais.³⁶⁰

O relato do intendente Arnaldo Figueiredo demonstra a situação de problemas no início da administração pública. Até as casas ficarem prontas, os colonos moraram em barracos construídos com a ajuda do exército brasileiro.

Os próprios colonos ajudaram na construção das habitações. Todos foram colocados em lotes próximos para facilitar a administração e diminuir os custos com produtos. Foi organizada uma sede provisória para a diretoria da colônia, faltavam principalmente as ferramentas para permitir o início mais rápido do trabalho³⁶¹. Havia carestia de alimentos para abastecer os colonos, que de acordo com o documento eram importados de São Paulo³⁶².

Analisando os dados obtidos em listas de bordo dos navios que direcionaram imigrantes para Terenos³⁶³, fica claro que a grande maioria dos colonos que chegaram a Terenos durante o período de reestruturação da colônia pelo poder público era de origem alemã, seguido por alguns austríacos e russo-estonianos.

³⁶⁰ Ofício nº 68 – 23/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁶¹ MIRANDA. MARIZA SANTOS. Op. Cit. 2001. p. 102.

³⁶² Município de Campo Grande. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921. Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS). 2007. p. 16.

³⁶³ Vide anexo...

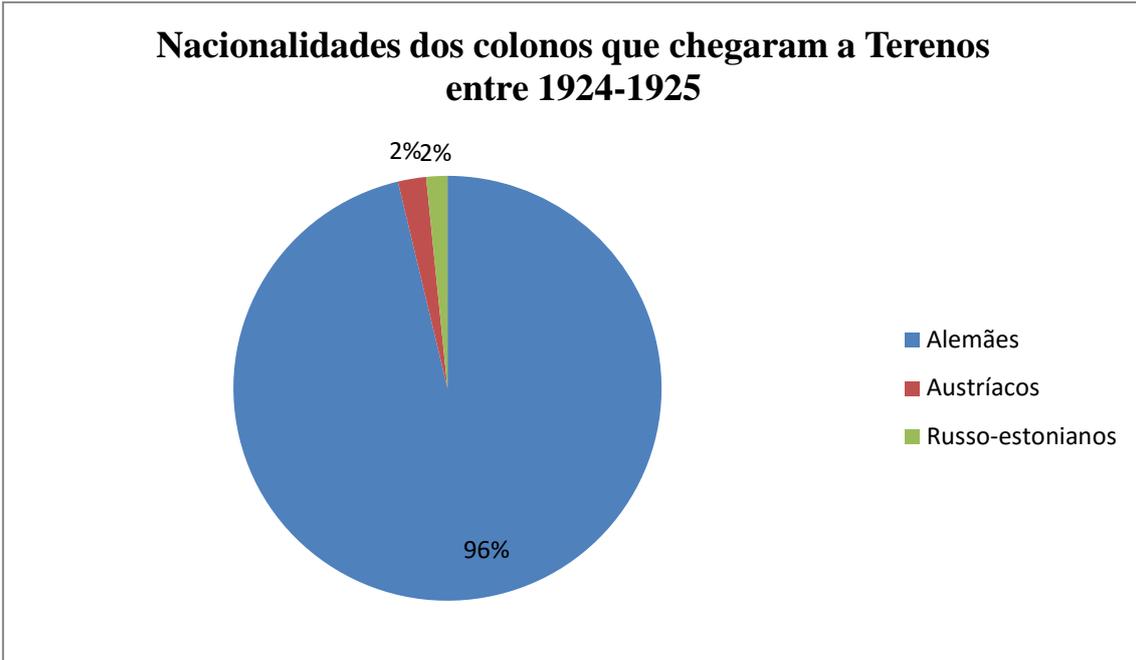


FIGURA 7 – Gráfico das nacionalidades dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924 e 1925.

Fonte: organizado pelo autor com os dados da tabela.

Não temos uma certeza da quantidade exata, pois os documentos não estavam em boas condições e existiam algumas rasuras, porém contamos uma quantidade de cento e oitenta e cinco pessoas entre 1924-1925. A partir de 1926, ocorreu uma maior diversificação das nacionalidades da colônia, porém, os alemães continuaram sendo a maioria.

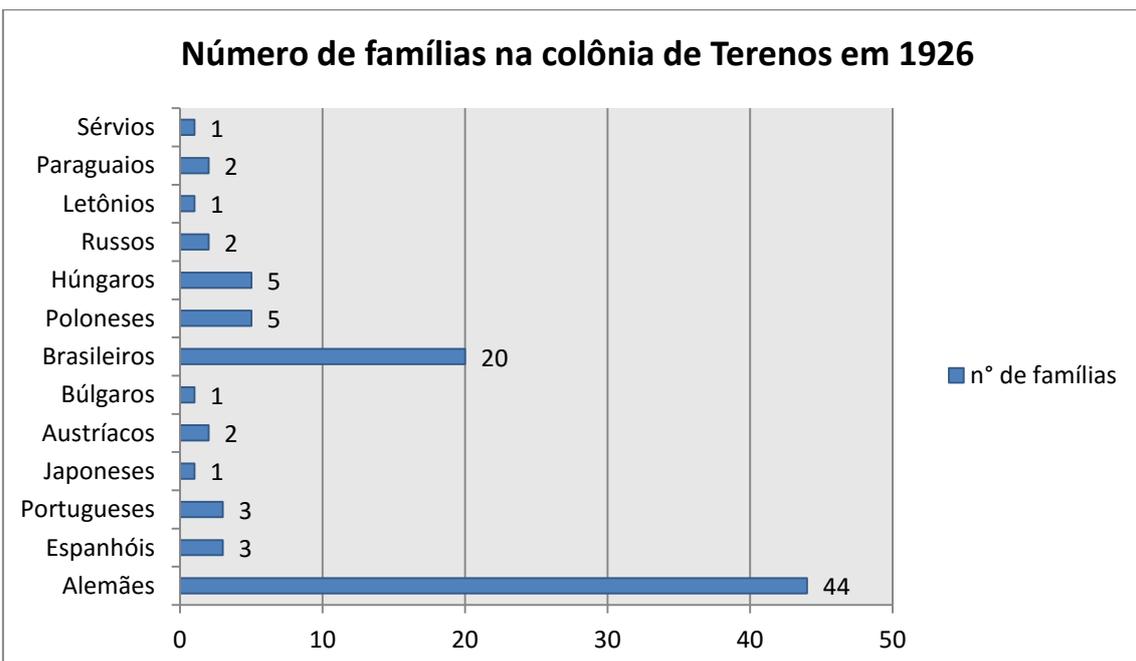


FIGURA 8 – Gráfico do número de famílias na colônia de Terenos em 1926.

Fonte: organizado pelo autor com base no Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

Uma questão interessante de observar nos dados da tabela é que havia uma grande porcentagem dos colonos que não possuía experiência com a agricultura. Possivelmente eram imigrantes que habitavam a área urbana das regiões que vieram.

Entre 1924 e 1925 havia somente três nacionalidades (alemães, austríacos e russo-estonianos). Em 1926, havia treze nacionalidades diferentes em Terenos, num total de noventa e seis famílias, sendo noventa e quatro homens, setenta e oito mulheres, duzentos e sessenta e cinco crianças e dezessete agregados.

O que verificamos no decorrer dos anos seguintes é que as nacionalidades se mantiveram praticamente as mesmas, sempre com maior predominância dos alemães. A partir de 1929, ocorreu a chegada de uma grande contingência de imigrantes búlgaros, o que aumentou consideravelmente a porcentagem desses colonos em relação aos outros.

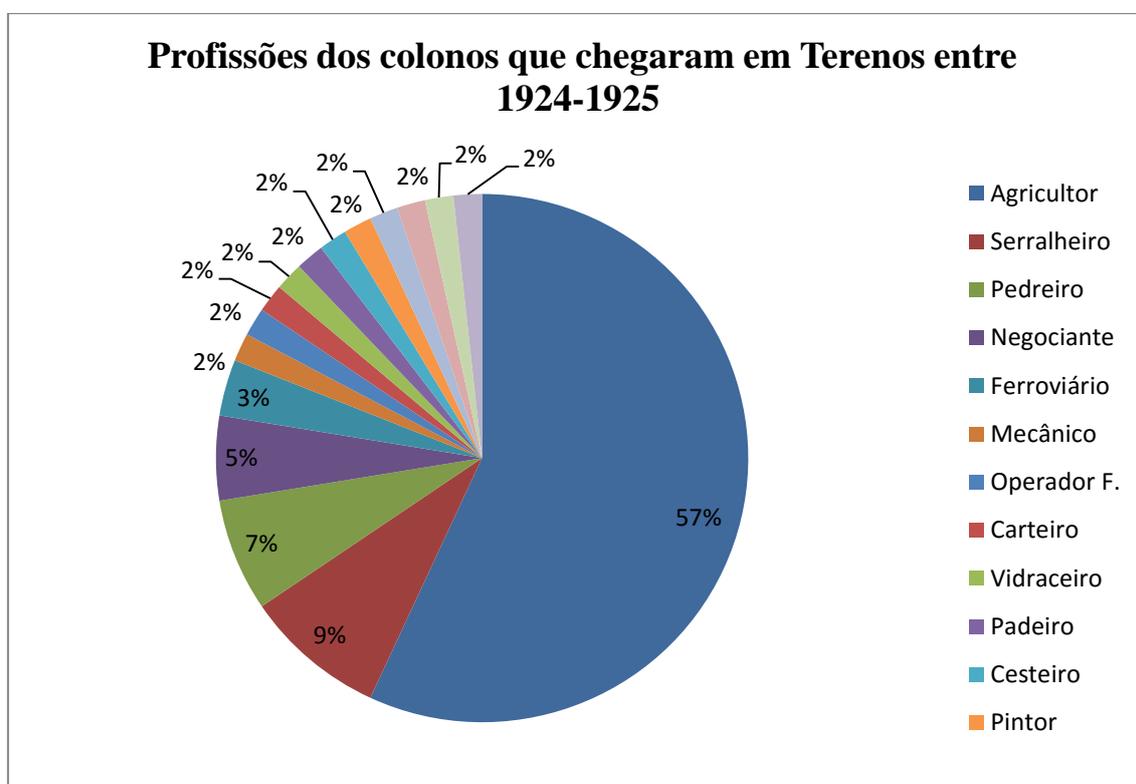


FIGURA 9 – Gráfico das profissões dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924-1925.

Fonte: organizado pelo autor com base nos dados da tabela.

Outro dado relevante que a tabela nos dispõe é a escolaridade e religião dos colonos. Em relação à escolaridade, trinta e um por cento se declararam alfabetizados. No entanto, o que observamos é que a grande maioria que se declarou escolarizada, possuíam uma profissão definida e eram maiores da idade. No quesito religião, vinte e oito por cento afirmaram praticar o catolicismo, enquanto setenta e dois por cento se declararam não católicos.

Encontramos algumas informações a respeito dos que não se declararam católicos no relatório de intendência apresentado por Ignácio Camargo em 1930. Vejamos o que o intendente falou sobre os colonos de Terenos:

A colônia mais importante por número é a de Terenos, protestantes alemães de várias seitas luteranas, pacíficos e ordeiros, disciplinas e trabalhadores [...] quase todos, por tradição e em boa fé praticam os princípios positivos da própria doutrina, respeitando dignamente os católicos. São filhos da grande Alemanha³⁶⁴.

Nessa passagem do relatório de intendência de 1930, podemos relacionar a outra parte dos dados que obtivemos do gráfico de religiões, em que setenta e dois por cento dos colonos provavelmente seriam protestantes. Observam-se novamente os argumentos que justificaram e cristalizaram o discurso da colonização. A ideia de imigrantes europeus como exemplos de civilização e de progresso, por serem “considerados” modelo de trabalhadores, dedicados, respeitosos, que seguem as leis e as regras da sociedade. Por fim, exalta-se a Alemanha como um exemplo a ser seguido.

³⁶⁴ Relatório apresentado à Câmara Municipal em 20 de novembro de 1929, pelo Intendente Geral Interino de Campo Grande, Dr. Ignácio Franco de Camargo em 1930. Município de Campo Grande. Cia. Melhoramentos. São Paulo. 1930.

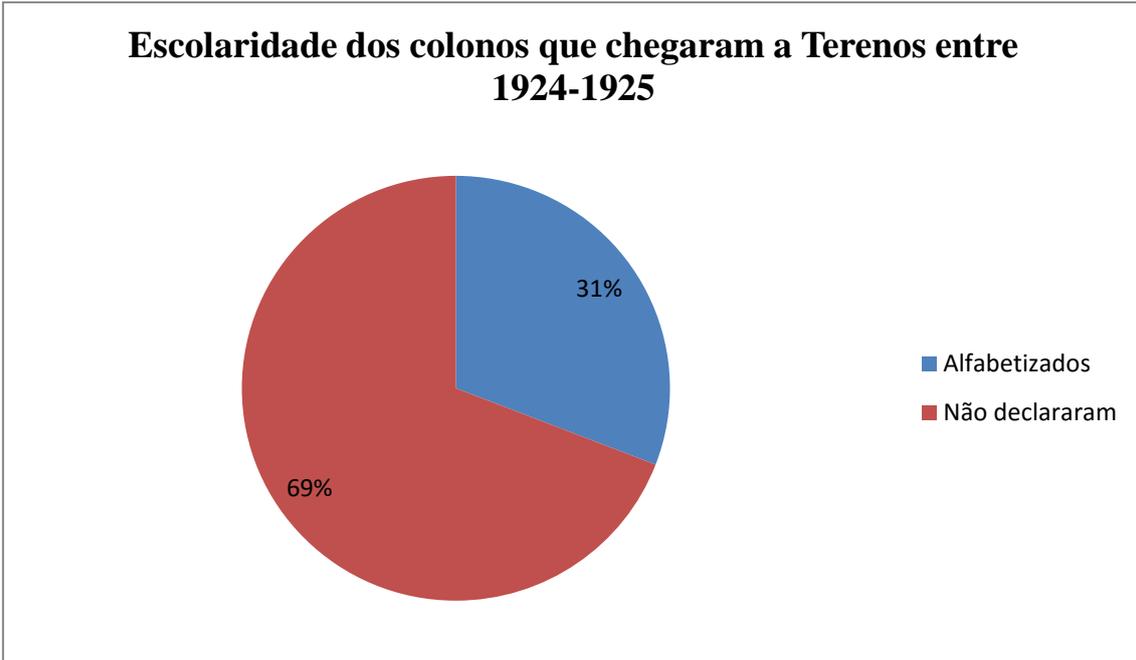


FIGURA 10 – Gráfico da escolaridade dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924-1925.

Fonte: organizado pelo autor com base nos dados da tabela.

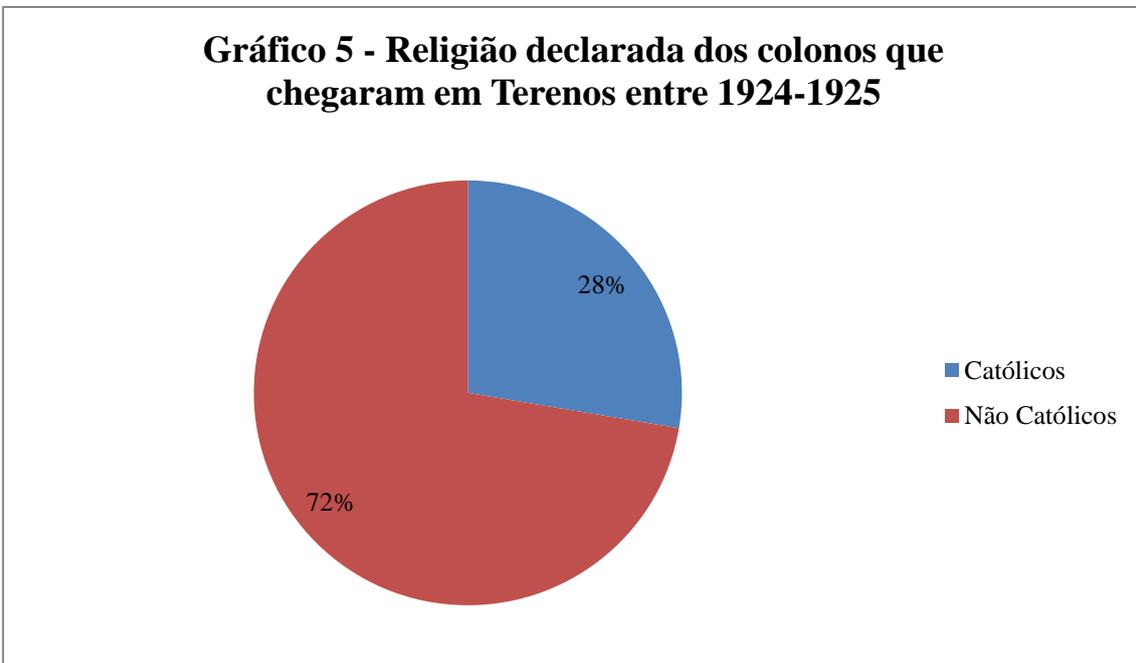


FIGURA 11 – Gráfico das religiões dos colonos que chegaram a Terenos entre 1924-1925.

Fonte: organizado pelo autor com base nos dados da tabela.

Essas dificuldades foram sendo sanadas no decorrer do segundo semestre de 1924, quando o governo do Estado disponibilizou os recursos complementares para a intendência de

Campo Grande, após a chegada dos materiais e equipamentos concedidos pelo ministério da agricultura e de parcerias que foram realizadas com outras instituições e prefeituras.

A intendência de Campo Grande estabeleceu parceria com a prefeitura de Três Lagoas, para que esta auxiliasse os imigrantes durante estadia na cidade até a chegada em Campo Grande. Nas viagens de trem do interior do estado de São Paulo para Mato Grosso, era comum o pernoite ocorrer em Três Lagoas (cidade que faz divisa com a cidade de Andradina – SP).

Como a intendência de Campo Grande não sabia a quantidade de colonos que viajavam com destino ao núcleo colonial, a parceria foi realizada com o intuito de facilitar o pagamento dos custos de hospedagem e alimentação dos imigrantes. A intendência de Três Lagoas arcava com os custos dos colonos e posteriormente, a intendência de Campo Grande a ressarcia³⁶⁵.

O governo municipal também realizou acordo com a administração da EFNOB para que estes disponibilizassem arame farpado para fazer o cerceamento do núcleo colonial de Terenos visando evitar que os animais criados pelos colonos se dispersassem para a área dos trilhos e assim evitar possíveis acidentes³⁶⁶.

No segundo semestre de 1924, a intendência municipal solicitou a continuação do apoio dado pela câmara municipal de vereadores. O intendente solicitou que o orçamento do ano de 1925 incluísse receita para investimento na colônia de Terenos até que a mesma conseguisse certa independência e não necessitasse mais dos recursos de assistência do poder público municipal e estadual.³⁶⁷

Pela lei que regulamentava o serviço de colonização³⁶⁸, o auxílio do governo deveria ocorrer até a primeira colheita. Nesse período, o colono receberia auxílio em dinheiro ou alimentação para o sustento da sua família. Acreditamos que o intendente requisitou a continuidade da receita de assistência devido ao processo de reestruturação do núcleo colonial após o cancelamento do contrato com a companhia colonizadora de Henrique Hacker.

Após alguns meses da chegada dos primeiros colonos em Terenos, o intendente municipal, Arnaldo Figueiredo emitiu um novo comunicado ao presidente de Mato Grosso relatando o desenvolvimento do trabalho em Terenos. Vejamos:

³⁶⁵ Ofício nº 60 – maio de 1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁶⁶ Ofício nº 66 – 22/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁶⁷ Ofício nº 150 – 05/11/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁶⁸ Artigo nº 23 do capítulo II do regulamento do serviço de colonização. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 169.

Acusando o recebimento do vosso ofício de 18 de junho (findo), é com maior satisfação que posso comunicar o bom andamento de todos os serviços da colônia de Terenos. O trabalho mais difícil e já atualmente vencido foi o da instalação definitiva dos colonos em seus lotes e o da construção de suas habitações. Suprindo do (necessário) suficiente a aquisição de ferramentas e arames para o fechamento da colônia, esta Intendência adquiriu e distribuiu aos colonos os instrumentos mais indispensáveis ao trabalho da terra, sendo notar-se o desenvolvimento das glebas cada uma com tratos regulares de terra convenientemente arrateada a espera da época da sementeira. Concomitantemente iniciou-se o fechamento da colônia estando já concluídas e recebidas para esta Intendência mais de duas liaças de aramado. Com medida urgente que reputo alta importância a direção da colônia é a construção de um prédio que sirva ao mesmo tempo de morada de seu diretor e que se adapte a instalação de uma escola, onde se possa aos poucos ir-se operando a nacionalização dos recém-vindos, formando uma geração na colônia de verdadeiros brasileiros, pela língua e amor a terra. Esta deliberação da Intendência foi recebida alegremente pelos colonos, pois após a sua chegada foi logo uma de suas primeiras exigências a criação de uma escola, onde seus filhos pudessem aprender a língua da nova pátria. O serviço iniciado há mais de um mês está prestes a concluir-se sendo todo ele feito com os recursos desta Intendência. Junto acompanha uma planta da colônia na escala de 1:45.000 mostrando a parte já dividida e ocupada e também um plano da construção da sede que foi localizada numa parte central da área da colônia. Saudações.³⁶⁹

Um dos assuntos presentes no discurso da colonização é que esta proporcionaria um modelo de civilização para o Brasil e para o trabalhador nacional. Um dos objetivos do poder público era construir uma nova civilização a partir da permanência de características dos colonos europeus, que eram consideradas “importantes” nesse processo, como amor pelo trabalho, o espírito laborioso e industrioso, a disciplina, a obediência. O aprendizado do idioma era parte considerável nesse processo e isso se iniciou com a naturalização dos imigrantes, como demonstra parte do relatório acima.

Desde o início da república foram introduzidas políticas que visaram à nacionalização de imigrantes. Em 15 de dezembro de 1889 foi assinada a “lei da grande naturalização”, que considerou brasileiros todos os estrangeiros residentes no Brasil naquela época³⁷⁰.

Outra forma utilizada para nacionalizar os imigrantes foi o ensino. De acordo com Paulo de Nobrega, políticas de nacionalização ocorreram a partir de programas elementares em escolas públicas, que procuraram inserir o ensino da língua portuguesa e história do Brasil

³⁶⁹ Ofício de 20/08/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁷⁰ NOBREGA, Paulo de. **Poder oligárquico, nacionalização e ensino público: modernização do ensino primário em Santa Catarina (1910-1930)**. Tese (doutorado). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. 263f.

no currículo escolar³⁷¹.

Essas medidas foram alvos de críticas por parte de intelectuais no período, pois com a nacionalização de imigrantes, estes podiam participar da vida política, assumir cargos públicos e trabalhar em cargos que exigiam mão de obra especializada. Os imigrantes passaram a ser acusados de ocupar o espaço dos luso-brasileiros no mercado de trabalho³⁷².

Oliveira Viana publicou um artigo no jornal “A manhã” intitulado “Imigração e colonização: ontem e hoje”, no qual criticou as medidas relacionadas à imigração e colonização tomadas antes de 1930. O autor afirmou que essas determinações tiveram como consequência o desenvolvimento de colônias homogêneas, que ficaram isoladas perante a sociedade brasileira e que isso ocorreu devido ao outorgamento de leis liberais³⁷³.

Segundo Viana, nesse período o governo estava preocupado somente com a questão do trabalho, ou seja, a imigração foi fomentada para suprir a necessidade de mão de obra. Porém, as questões culturais e linguísticas foram deixadas de lado. O governo não entendeu que os imigrantes também contribuíam para a formação da nacionalidade brasileira³⁷⁴.

Segundo Bueno, posteriormente, durante do Estado Novo, Vargas tomou uma série de medidas que procuraram alterar a legislação vigente com o objetivo de não permitir uniformidade dos imigrantes, ou seja, os colonos deveriam seguir a legislação brasileira e se adequar/adaptar a “cultura” brasileira. Estes deveriam, a partir de então, ser parte integrante da sociedade brasileira para que não representassem ameaça a homogeneidade nacional³⁷⁵. Entre algumas dessas medidas, estavam a nacionalização compulsória das escolas étnicas e empresas estrangeiras, além da proibição do idioma natal³⁷⁶.

Os problemas administrativos da colônia foram sendo resolvidos. A prefeitura conseguiu entregar as casas aos colonos, já possuía uma quantia de equipamentos para empréstimo aos colonos e os recursos de auxílio foram sendo prestados.

Foi proposta a criação de uma sede para a administração da colônia para que os funcionários responsáveis pelo contato entre prefeitura e colonos pudessem solucionar de forma mais rápida e efetiva os problemas que surgiam. Na sede, também teriam locais destinados para guardar os equipamentos pertencentes à municipalidade, que eram

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ BUENO, Alexandre Marcelo. O Estado Novo e suas relações com os imigrantes. **Estudos Semióticos**, número quatro, 2008. p. 2.

³⁷⁴ Ibidem. p. 4.

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ RENK, Valquíria Elita. **Aprendi a falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná**. Tese (doutorado). Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2009. 243f.

emprestados aos colonos e a criação de uma escola.

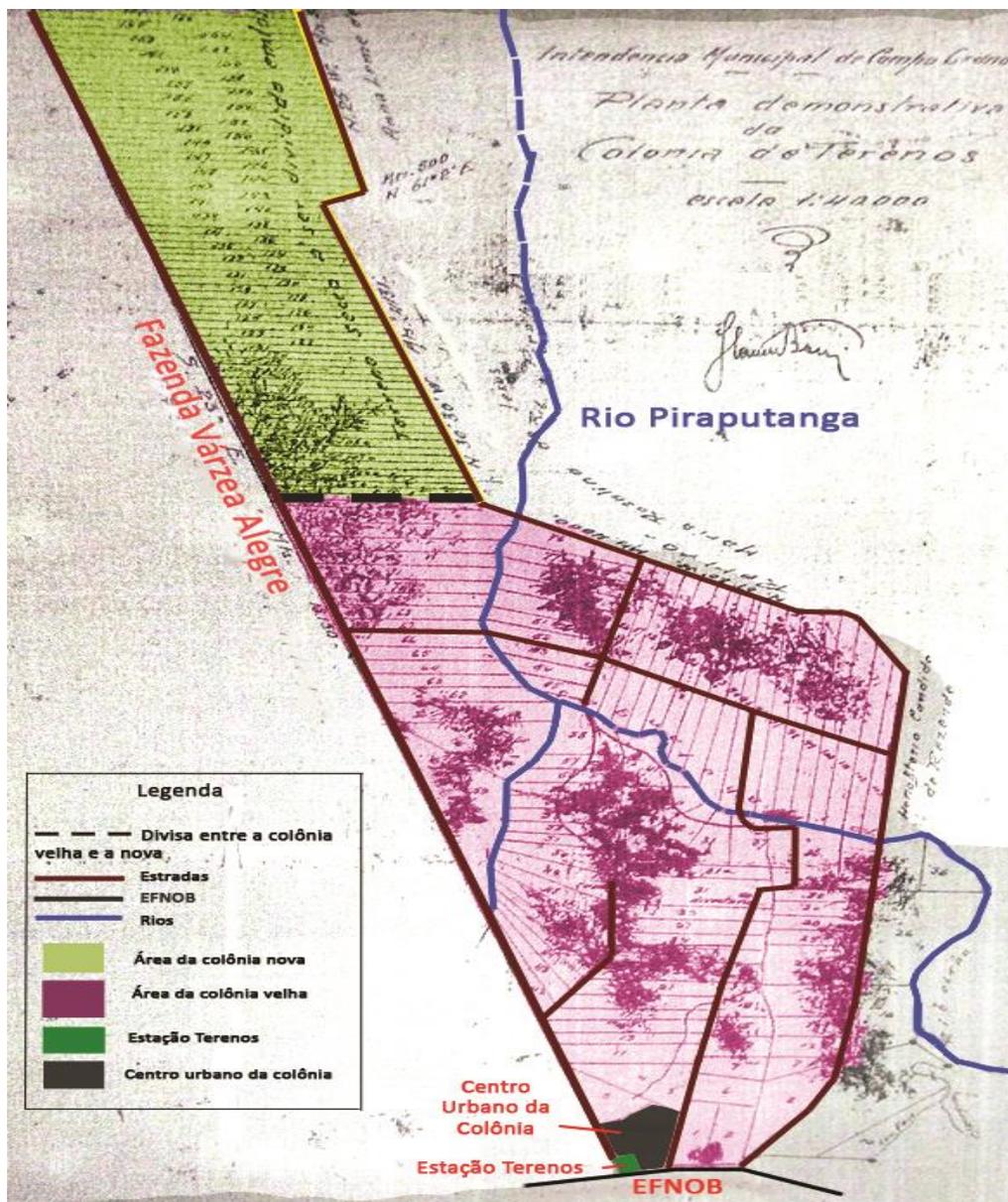


FIGURA 12 - Mapa DA planta demonstrativa da colônia agrícola de Terenos (adaptado).

Fonte: Arquivo técnico da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

Conseguimos localizar essa planta da colônia de Terenos e fizemos uma adaptação do mapa para explicar a estrutura organizacional do núcleo colonial. A parte demarcada na cor rosa compreende os lotes demarcados a partir de 1920 pela empresa de Henrique Hacker e assumido pelo poder público em 1924.

A parte amarela corresponde a lotes que foram demarcados a partir da década de 1930. Essa região passou a ser conhecida como colônia nova, enquanto a anterior como colônia

velha.

Havia um centro urbano na colônia, local que ficava a sede do núcleo colonial e os depósitos que continham materiais para trabalho, que os colonos podiam emprestar da intendência. Nessa parte também existia um armazém, de propriedade de João Zambele, no qual os colonos faziam compras. Próximo ao centro urbano da colônia estava a estação de trem Pedro Celestino, que recebia os vagões da EFNOB.

Corda – latas vazias – picareta – madeiras – enxada – foice – pá – enxada – machado – tijolos – prego – arame farpado – carretas – arreios – carroça – baldes – fechaduras – dobradiças – ferro para cortar arroz – facão – sacos.

FIGURA 13 – Lista da relação de ferramentas da sede da colônia disponíveis para empréstimo aos colonos³⁷⁷.

Fonte: organizado pelo autor com auxílio do Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à Câmara Municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

Boi manso para arado – burro manso com cela e arado – égua mansa com cela.

FIGURA 14 – Lista da relação de animais da sede da colônia disponíveis para empréstimo aos colonos.

Fonte: organizado pelo autor com auxílio do Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à Câmara Municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

A colônia passou a ter um diretor que estava diariamente presente para tentar resolver os problemas que se manifestavam. Seu nome era Valentim Nunes da Cunha³⁷⁸, fiscal geral do município, que passou a gerenciar a colônia e receber a quantia de \$ 400.000 de salário mensal³⁷⁹.

³⁷⁷ Não possível identificar a quantidade ou para quais colonos esses materiais foram disponibilizados.

³⁷⁸ Nascido em Cuiabá, Valentim era funcionário da Intendência de campo Grande, atuou como fiscal geral do município e como administrador da colônia de Terenos. Foi vereador de Terenos e presidente da Câmara dos vereadores na primeira legislação da cidade após a sua emancipação em 1953. Atualmente existe uma rua que leva seu nome na cidade de Terenos – MS. C.f. RIBEIRO. Lélia Rita Figueiredo. **O Homem e a terra**. Editora do Senado Federal. Síntese da história de Mato Grosso do Sul. 1993. p. 315.

³⁷⁹ Portaria nº 58 de 18 de dezembro de 1924, autorizado pelo Intendente Arnaldo Estevão de Figueiredo.

No mês de julho de 1924, a intendência municipal gastou a quantia de 97\$600 para atender o transporte dos colonos que se dirigiam para Terenos³⁸⁰. Em setembro do mesmo ano, a diretoria da colônia desembolsou o valor de 100\$000 para a compra de sementes para serem distribuídas entre os colonos³⁸¹.

Arroz – feijão – milho – algodão
– veneno para matar formiga –
formicida – enxofre – arsênico.

FIGURA 15 – Lista da relação de sementes, plantas e inseticidas distribuídos pela administração da colônia.

Fonte: Organizado pelo autor com auxílio do Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

Em dezembro de 1924, os gestores da colônia despenderam o valor de 102\$000 para compra de sementes de milho para o plantio³⁸² e 380\$000 para a compra de sacos de arroz beneficiados para atender os moradores³⁸³.

Arroz – feijão – açúcar – mate –
sal – cebola – toucinho – carne
de vaca – farinha de mandioca –
farinha de trigo – farinha de
milho – café – rapadura – banha
– boi para corte – sabão.

FIGURA 16 - Lista dos alimentos fornecidos a colônia antes da primeira colheita.

Fonte: organizado pelo autor com auxílio do Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

³⁸⁰ Portaria nº 27 de 11/07/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁸¹ Portaria nº 46 de 30/09/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁸² Portaria nº 59 de 19/12/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁸³ Portaria nº 61 de 24/12/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Passagens – bagagem –
 hospedaria – transportes –
 construção das casas – roupas –
 alimentação – tecidos para
 confecção das roupas (brim,
 xadrez) – linha.

FIGURA 17 - Lista dos auxílios fornecidos pela administração da colônia entre 1924 e 1926.

Fonte: organizado pelo autor com auxílio do Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

A administração também passou a realizar empréstimos aos colonos que desejassem fazer investimentos em seus lotes. Em janeiro de 1925, a intendência emprestou ao colono Hans Laubmeister a importância de 100\$000³⁸⁴. No ano de 1926, a administração municipal previu o gasto de 10:000\$000 com auxílio à colonos, no entanto, gastou três vezes mais, num total de 35:375\$800³⁸⁵. Apresentamos na tabela abaixo uma relação de gastos que a intendência de Campo Grande teve entre os anos 1924 e 1925, devido ao auxílio fornecido aos colonos.

Tabela 9 – Gastos/empréstimos que a administração da colônia realizou com os colonos entre os anos de 1924 e 1925.

NOME	PERÍODO	VALOR
Paul August Zicker	14.05.1924 a 30.01.1925	1:400\$945
Hart Werner Zicker	14.05.1924 a 15.07.1924	520\$062
Wilkerme Braum	14.05.1924 a 03.01.1925	3:067\$488
Henrick Schiermann	14.05.1924 a 01.01.1925	1:834\$017
João Fredericj Seidenfuss	14.05.1924 a 01.06.1925	3:318\$404
João Vicente Schwan	14.05.1924 a 01.06.1924	1:615\$020
Adalbert Schiwan	15.05.1924 a 01.12.1924	366\$833
Adolph Fluhr	14.05.1924 a 01.06.1925	2:225\$254
João Popp	14.05.1924 a 10.01.1924	2:225\$833
Carl Geiss	14.05.1924 a 11.02.1924	1:647\$254
Adolpho Fluln Junior	14.05.1924 a 01.06.1924	495\$308
Henrique Hoch	14.05.1924 a 14.12.1924	439\$082
Wilherme Guebhardt	14.05.1924 a 13.08.1924	2:614\$253
Emile Stoyal	14.05.1924 a 10.06.1925	3:032\$224
Erwin Gadamisky	14.05.1924 a 01.06.1925	598\$719

³⁸⁴ Portaria nº 2 de 14/01/1925, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁸⁵ Quadro demonstrativo de receita e despesa. Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

Jacob Bobland	14.05.1924 a 01.01.1925	1:682\$401
Albert Scuetz	14.05.1924 a 01.07.1925	2:383\$490
Hermam Jachin	14.05.1924 11.05.1925	643\$255
Peter Appenhein	14.05.1925 01.06.1925	1:705\$819
Theodoro Geiss	14.05.1924 a 01.06.1924	592\$707
Cristian Bech	14.05.1924 a 14.12.1924	309\$916
Hermann Hacsbohrer	14.05.1924 a 01.09.1924	612\$709
Emile Eduard Bar	14.05.1924 a 01.11.1924	645\$658
Franz Nicolau Saner	14.05.1924 a 01.11.1924	270\$501
Augusto Fendel	14.05.1924 a 14.12.1924	1\$131
Hugo Habermann	14.05.1924 a 01.06.1924	3:516\$599
Wilherme Appel	14.05.1924 a 14.12.1924	315\$957
George Hill	14.05.1924 a 01.06.1925	2:653\$180
Moritz Morling	14.05.1924 a 23.01.1925	330\$655
Gustavo Hansler	14.05.1924 a 28.01.1925	313\$544
Hans Laubmester	14.05.1924 a 01.06.1925	866\$355
Franz Venz	18.06.1924 a 01.06.1925	2:031\$123
Ludwig Albert Venz	18.06.1924 a 01.06.1925	419\$324
Stephan Paul	18.06.1924 a 01.06.1925	2:031\$123
Stephan Arthur	18.06.1924 a 01.06.1925	1:674\$320
Kreinten Hugo	18.06.1924 a 01.09.1924	560\$295
Katnz Emmanuel	18.06.1924 a 01.11.1924	485\$722
Bral Karl	18.06.1924 a 05.01.1925	251\$794
Junquer Emil	18.06.1924 a 15.12.1924	4\$800
Junker Erich	18.06.1924 a 14.12.1924	246\$606
Lans George	18.06.1924 a 31.01.1925	412\$900
Balinger Karl	18.06.1924 a 10.01.1925	298\$500
Bream Henrich	18.06.1924 a 23.01.1925	308\$701
Laugosky Antoni	18.06.1924 a 23.01.1925	670\$913
August Fallkafh	18.06.1924 a 01.06.1925	2:086\$063
Frederich Walkofh	18.06.1924 a 01.06.1925	1:507\$743
Jacob Heinz	18.06.1924 a 01.09.1924	159\$440
Hemich Foss	23.08.1924 a 30.03.1925	11\$100
Antonio Cabreira	01.10.1924 a 25.12.1925	259\$800
André Lobeira	01.10.1924	21\$400
João Baptista	01.10.1924	40\$500
Pedro Braz	01.10.1924 a 01.06.1925	404\$000
Jorge Grinder	01.12.1924 a 01.06.1925	140\$700
José Loreto Insaurralde	21.01.1925 a 01.06.1925	770\$500
José Pinto	02.01.1925 a 01.06.1925	811\$900
Germano Joaquim	01.03.1925	55\$900
Cristovão Kobs	11.02.1925 a 10.03.1925	40\$000
Luiza Isenhagen	08.02.1925	42\$000
Adão Kuppel	01.03.1925 a 01.06.1925	251\$600
Oscar Ignácio	01.03.1925	20\$600
Mathias André	01.03.1925	23\$000

Guilherme Adolpho Sinitz	01.10.1924 a 30.11.1924	277\$900
--------------------------	-------------------------	----------

Fonte: tabela organizada pelo autor com o auxílio dos Relatórios apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1925 e 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo e pelos livros caixa da colônia de Terenos, ex.13 – 82/a83/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA.

Após o início das colheitas, os colonos de Terenos passaram a vender sua produção para armazéns em Campo Grande. Além disso, a intendência municipal organizou com ajuda do senhor Antônio Valente³⁸⁶, a feira livre de Campo Grande, que foi regulamentada nos meados de 1925³⁸⁷. Os colonos “traziam, nos fins de semana, carroças e mais carroças para a cidade com os produtos plantados, a fim de serem comercializados na feira livre”³⁸⁸ da cidade.



FIGURA 18 - Fotografia da Feira livre central em Campo Grande – década de 1920.

Fonte: <http://www.capital.ms.gov.br/arca/fotos/7194>, acessado às 21:52 horas, dia 15/01/2015.

³⁸⁶ De acordo com a portaria nº 59 de 20/12/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca, o senhor Antônio Valente recebeu a quantia de 337\$000, como gratificação pelos serviços prestados na organização da feira livre central.

³⁸⁷ Cf. CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Era uma feira onde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua feira livre central**. Dourados – MS: Ed. UFGD, 2013. p. 21.

³⁸⁸ RIBEIRO. Lélia Rita Figueiredo. Op. Cit. 1993. p. 305.

A produção agrícola do núcleo colonial de Terenos era bem diversificada. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 11 – Colônia agrícola de Terenos – produção e colheita em 1926.

Colônia agrícola de Terenos – Produção e colheita em 1926			
Produto	Quantidade	Produto	Quantidade
Mandioca	164.000 pés	Farinha de mand.	354 alqueires
Cana de açúcar	31 carros	Bananas	1.210 cachos
Café	1.000 kg	Milho	1.305 sacos
Arroz	606 sacos	Batata doce	1.426 sacos
Cebolas	1.010 kg	Alho	900 cabeças
Ervilhas	603 litros	Alfafa	325 kg
Cará	3.075 kg	Abacaxi	8.670 unidades
Fumo	530 kg	Rapaduras	1.280 unidades
Açúcar	540 kg		

Fonte: Organizado pelo autor com base no Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926. p.55.

Além de dados da colheita realizada pelos colonos em 1926, o relatório também apresentou a expectativa da produção do próximo ano baseado na quantidade de área lavrada pelos colonos. Levando os dados em consideração, ocorreu um aumento na plantação em relação ao ano anterior. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 12 – Colônia agrícola de Terenos – plantação do ano de 1926³⁸⁹.

Colônia agrícola de Terenos – plantação do ano de 1926			
Produto	Quantidade	Produto	Quantidade
Mandioca	538.600 pés	Banana	7.301 touceiras
Café	3.636 pés	Milho	3.127 litros
Feijão	529 litros	Arroz	2.693 litros
Batata	200 kg	Batata doce	28 hectares

³⁸⁹ Organizado pelo autor com base no Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926. p.56.

Cará	14 hectares	Abacaxi	34.142 pés
Cebolas	71.300 pés	Alho	4.400 pés
Ervilha	23 kg	Alfafa	1 hectare
Fumo	1.730 covas	Mangueiras	1382 pés
Frutos diversos	1382 pés	Laranjeiras	1.518 pés
Capim gordura	54 hectares	Capim Jaguará	92 hectares
Cana de açúcar	24 hectares	Erva mate	51 pés
Eucaliptos	200 pés	Uvas	132 pés

Fonte: Organizado pelo autor com base no Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926. p.55.

A intendência de Campo Grande também passou a prestar auxílio para colonos que viessem de outros estados da federação, utilizando o exemplo do colono Loreto Fusauralde, que recebeu a quantia de 50\$000 para realizar a sua transferência para a Terenos³⁹⁰. Outro fator interessante que verificamos é que alguns colonos penhoravam ou trocavam bens que trouxeram consigo por dinheiro com a prefeitura, conforme expressa o documento:

Pela presente portaria fica a tesouraria municipal autorizada a emprestar ao colono Guilherme Schmicith, a título de penhora, mediante depósito que fez de diversas joias, a saber: 1 relógio de k sob nº 44335, um relógio de 14 k sob o nº 8345, uma pulseira inedalba, uma correntinha com uma medalhinha e um par de botões para punho a quantia de \$ 400.000, até a época da colheita.³⁹¹

A diretoria da colônia também procurou intervir em assuntos dos colonos que pudessem atrapalhar o desenvolvimento do núcleo colonial. Um desses objetos de preocupação era o caso de pessoas que começaram a trabalhar em outras atividades sem autorização do poder público municipal antes da primeira colheita e que continuaram recebendo o auxílio da intendência, ou em casos que os colonos estavam pensando em deixar o núcleo colonial de vez, conforme o relato a seguir:

Tendo conhecimento que alguns colonos tem se retirado dos seus trabalhos

³⁹⁰ Portaria nº 4 de 21/01/1925, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁹¹ Portaria nº 60 de 12/12/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

agrícolas com intuito de procurar uma colocação nesta cidade, como já se verificou com esposa do senhor Bracem que está nessa cidade, empregando em casa particular, venho chamar a sua atenção para esse fato que vem abrir precedente pouco aconselhável a uma colônia em formação. Saudações.³⁹²

Antes do início da primeira colheita, muitos colonos procuraram trabalhar em outras atividades para conseguir uma renda maior. Porém, de acordo com a legislação, os colonos deveriam antes de iniciar nas atividades solicitar e receber autorização do poder público. Muitos deles realizaram esse tipo de trabalho, principalmente abertura de estradas, construção de pontes, canalização de córregos, sempre desenvolvidos próximos ao núcleo colonial³⁹³.

A diretoria da colônia tinha certa cautela em relação aos colonos que solicitavam autorização para trabalhar em Campo Grande, pois ocorreram vários casos, durante a administração da Cia. Henrique Hacker, de moradores que deixaram a colônia para ganhar a vida em Campo Grande³⁹⁴.

Em outro telegrama ao diretor da colônia, o intendente Arnaldo Figueiredo, diz que “é preciso ter debaixo de vistas o colono Feudel que pretende deixar a colônia”³⁹⁵, ou seja, a intendência tentava sempre supervisionar os moradores a fim de saber e evitar a saída de colonos do núcleo. Também havia essa preocupação, devido às dívidas que os colonos contraíam junto à prefeitura. Além de evitar a debandada de moradores, a diretoria também pensar em evitar prejuízos.

Em relação a alguns colonos que deixaram Terenos devendo valores para a prefeitura, encontramos a situação do senhor Carl Geiss, conforme o documento a seguir:

Acuso o recebimento de vossos ofícios de 2 e 7 andante, para cujo contendo já determinei as providências solicitadas. Deve seguir amanhã até aí, acompanhado do senhor Bernado Prister, o colono Carl Geiss, que fez via Três Lagoas. Determinei sua ida até a sede para deixar em poder de Vossa senhoria uma declaração escrita em que se comprometa a pagar parceladamente o seu débito na colônia e também para aconselhar os filhos a permanecer no serviço, da mesma sede até que liquidem o total do débito da família. Não tomei a medida de obrigar o colono Carl Geiss a regressar a colônia por ter unificado que o seu estado de saúde não permite trabalhar em serviço de lavoura, visto ter uma das pernas danificadas por uma grande

³⁹² Ofício de 20/08/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁹³ Eva Tulux, 85 anos, aposentada. Entrevista realizada em 12 de julho de 2013 por Vinicius Rajão da Fonseca.

³⁹⁴ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 21 de maio de 1923, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1923. p. 82-83.

³⁹⁵ Ofício nº 133 de 09/10/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

inflamação. Nessas condições, ele deixara o documento escrito que se comprometerá mandar mensalmente de Três Lagoas, uma porcentagem do seu salário que juntada como trabalho dos filhos irá resgatando aos poucos o seu débito. Nessa declaração que será escrita em português e traduzida pelo Bernardo, ficará também fixada a situação dos seus filhos, que continuarão na sede até o final do pagamento, devendo estes também ser assegurada.³⁹⁶

Principalmente entre os anos de 1924 e 1925, período que o município forneceu um volume maior de auxílio aos colonos, a intendência procurou monitorar com mais precaução os colonos que se dedicaram a outras atividades, além da agricultura. Um dado importante para entendimento desse processo é a quantidade de colonos que declararam outras atividades profissionais que não a agricultura.

Como demonstramos através dos gráficos anteriormente, quarenta e três por cento dos colonos que chegaram entre os anos de 1924 e 1925 não eram agricultores. Isso pode de certa forma, explicar a facilidade dos imigrantes para conseguir empregos em outros ofícios.

Outro problema que a diretoria da colônia procurou resolver foi a venda de madeiras retirada das reservas do núcleo colonial. O encarregado da colônia deveria seguir as orientações da prefeitura. Vejamos:

Acusando o recebimento do vosso ofício de 29 andante, dou como recebido a folha do fornecimento do mesmo mês. No que diz respeito a consulta da vossa senhoria referente a derrubada da madeira e trabalho da serraria praticada em terrenos da colônia, pelo tal Almeida, tenho a recomendar que si a aplicação desses materiais para construção de casa de qualquer outro fim, devera permitir o aproveitamento dos recursos, em caso contrário, si o fim é comercial para vendê-la para colônia, deverá proibir a saída do madeiramento.³⁹⁷

O que ocorreu é que alguns colonos passaram a vender madeira da reserva da colônia, porém, esse material, de acordo com a lei de colonização³⁹⁸, só podia ser utilizado pelos colonos dentro dos limites geográficos do núcleo colonial, ou seja, eles não poderiam vender para pessoas ou comércio externos a colônia.

O governo do estado forneceu recurso financeiro à intendência de Campo Grande para bancar os custos da colônia de Terenos até o final de 1926, conforme o relatório prestado por

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Ofício nº 147 de 31/10/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

³⁹⁸ Terras devolutas, minas e colonização. IN: Álbum Gráfico de Mato Grosso. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 167.

Arnaldo Figueiredo:

infelizmente foi suprimido este ano o auxílio que o Estado vinha dispensando a colônia, o que permitia incrementar o serviço de assistência aos colonos, com o fornecimento de máquinas agrícolas e outros elementos de trabalho³⁹⁹.

Com o fim do recurso cedido pelo governo do estado, somente a intendência municipal passou a auxiliar os colonos. Com essa medida, o volume de recursos destinados à assistência e investimento na colônia diminuiu.

Não sabemos ao certo o que motivou a decisão do poder público estadual em cortar a ajuda para a colônia, porém, acreditamos que isso possa estar ligado a dois fatores. Primeiro, em 1926 assumiu um novo presidente do Estado e pode ter ocorrido uma diminuição dos investimentos realizados pelo departamento de terras, minas e colonização. Segundo, após dois anos do início da administração pública da colônia, os moradores conseguiram certa independência financeira, pois plantavam e vendiam seus produtos para a intendência municipal, para armazéns e na feira livre em Campo Grande. Isso pode ter motivado o governo do estado a cortar o investimento por entender que a colônia já era sustentável.

Mario Corrêa da Costa, presidente de Mato Grosso, demonstrou seu ponto de vista em relação ao desenvolvimento da colônia ao apresentar o relatório anual para a Assembleia Legislativa do Estado em 1928. Em seu texto, afirma o crescimento promissor da colônia, a diversidade das atividades econômicas desenvolvidas, como agricultura, pecuária e indústria de laticínios⁴⁰⁰.

Ou seja, os colonos e a colônia já seriam autossustentáveis e por isso afirma que já estavam aptos a receberem o título definitivo de seus lotes, pois tinham cumprido todas as exigências do contrato e das leis de colonização. Mario Corrêa demonstra a partir da orientação do intendente de Campo Grande que o núcleo colonial de Terenos estava preparado para crescer e expandir a sua área de colonização para receber mais colonos⁴⁰¹.

Em 1926, a intendência municipal passou a organizar a distribuição dos títulos definitivos, como demonstra a seguinte portaria: “pela presente portaria é o senhor tesoureiro

³⁹⁹ Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926. p. 50-51.

⁴⁰⁰ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1926. p. 183-184.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

municipal autorizado a remessa por intermédio do Banco do Brasil a quantia de \$1:030.000, ao Dr. Olisura Mello, em Cuiabá para o pagamento dos emolumentos de 103 títulos de colonos de Terenos”⁴⁰². E pensando no projeto de expansão da colônia, o intendente Arnaldo Figueiredo solicitou ao chefe da sua sessão de estatísticas, a abertura de um no livro para registrar a concessão gratuita de títulos para futuros colonos⁴⁰³.

Encontramos durante a pesquisa uma petição, em que um colono de Terenos solicita ao intendente a emissão do título de seu lote. Vejamos:

Sérgio Kogruin (sic), solteiro com 31 anos de idade, natural da Rússia e estabelecido como colono no núcleo colonial de Terenos em lote situado a margem esquerda do Ribeirão Piraputanga, vem respeitosamente pedir a V. Ex.^a. se digne a mandar dar lhe o título deste lote de acordo com a lei.⁴⁰⁴

Um elemento interessante em relação aos títulos definitivos dos lotes da colônia de Terenos foi uma crítica que encontramos no documento denominado “A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon”, publicado em março de 1934. Esse texto foi publicado pelos políticos proveniente do sul de Mato Grosso num processo de embate com os políticos do centro norte do estado.

De acordo com Bittar, essa disputa se deu em razão de disputas políticas e de espaços de poder. Os parlamentares do sul alegavam ter pouca representação e participação política na administração pública. Além disso, reclamavam que o governo realizava poucos investimentos no sul do estado, apesar desta ser a região que mais contribuía com o volume de receitas. Segundo Bittar, havia uma rejeição a dominação cuiabana⁴⁰⁵.

No documento, os políticos do sul do estado afirmam que a colônia agrícola de Terenos foi transformada num “viveiro de eleitores do governo”. O governo foi acusado no documento de “segurar”⁴⁰⁶ os títulos definitivos que já deviam estar em poder dos colonos que cumpriram suas obrigações. De acordo com o texto, o governo estadual fazia isso principalmente em época de eleição para manipular os votos dos colonos.

Não encontramos informações mais detalhadas sobre o assunto, pois os relatórios de presidente de estado não continham de forma discriminada os dados referentes à entrega dos

⁴⁰² Portaria nº 24 de 27/07/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

⁴⁰³ Portaria nº 30 de 31/08/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

⁴⁰⁴ Petição de 1926, livro 76/a - Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

⁴⁰⁵ BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009. p. 188-225.

⁴⁰⁶ A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon. Maracaju, março de 1934. p.13.

títulos definitivos. Geralmente, os documentos traziam o número total de títulos provisórios e definitivos, mas não diferenciava a qual pessoa foi dada e o local determinado do lote.

Conseguimos identificar que os primeiros títulos definitivos passaram a ser entregues no final de 1926⁴⁰⁷. Os colonos que comprovavam os requisitos estabelecidos pela lei de colonização podiam requerer os títulos. Deviam comprovar a sua moradia, a atividade econômica em que estava trabalhando e as vendas⁴⁰⁸.

Passamos agora a analisar alguns discursos sobre o núcleo colonial de Terenos após a estruturação da colônia pelo poder público. Esses discursos enaltecem esse empreendimento, classificando-o como um dos responsáveis por trazer modernidade para agricultura do SMT e de modelo de civilização para a população da região.

No ano de 1933, a revista *Folha da Serra*⁴⁰⁹ publicou um informe sobre o crescimento da cidade de Campo Grande no início do século XX. A colônia agrícola de Terenos foi apontada pela reportagem como um dos fatores que “ajudou” nesse processo de desenvolvimento da cidade. Além disso, o núcleo colonial foi apontado como a colônia “mais bem organizada de Mato Grosso”⁴¹⁰.

A revista *Ouro Verde* publicou uma reportagem em 1936⁴¹¹, no qual traz informações da colônia de Terenos desde a sua instalação no início da década de 1920. O interessante nessa reportagem é uma menção ao colono lituano João Lapim. A revista exaltou o fato de o colono ter sido um dos que mais produziram no de 1936, com um total de quarenta e oito hectares, considerando-o como exemplo a ser seguido pela população local, devido a sua dedicação e perseverança no trabalho⁴¹².

Em julho de 1953, ano em que o distrito de Terenos foi elevado a condição de município, a revista *Mato Grosso Ilustrado*, trouxe uma reportagem especial sobre Terenos e alguns de seus habitantes. Vejamos o que a revista afirmou sobre colono europeu:

O camponês da colônia agrícola de Terenos, que num exemplo vivo de honradez e trabalho oferece com árdua labuta diária em suas terras pastais e lavradas, gestos patrióticos e gigantescos colhendo de terras ubérrimas o alimento indispensável das populações das cidades, concentrando destaque

⁴⁰⁷ De acordo com o Relatório apresentado à Câmara Municipal em 2 de janeiro de 1929, pelo 1º vice intendente em exercício, Manuel Joaquim de Moraes. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Março de 2007; Portaria nº 24 de 27/07/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

⁴⁰⁸ Portaria nº 30 de 31/08/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

⁴⁰⁹ Revista *Folha da Serra*. Ano II, nº 23, agosto de 1933.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Revista *Ouro Verde*. nº 23, agosto de 1936. p. 104.

⁴¹² Idem.

para a maior grande grandeza de seus recursos [...] ⁴¹³.

A revista, de certa forma, destacou que as razões do desenvolvimento da cidade ocorreram devido ao espírito modernizador dos colonos europeus que imigraram para Terenos. Estes ajudaram a construir e desenvolver a colônia e também o SMT. Mais adiante, a revista entrevistou alguns colonos acerca de suas atividades na cidade, sempre destacando a capacidade empreendedora dos colonos. Sobre o colono Jorge Bogue declarou o seguinte:

Russo de nascimento, brasileiro de coração. Reside em Terenos há vinte e três anos. É possuidor do lote número 26, abrangendo setenta e três hectares de terra, sendo quase toda cultivada. Homem de espírito patriótico, experiente e inteligente, a sua lavoura é servida e beneficiada por possantes e moderníssimos tratores e outros implementos agrícolas importantes. A sua grande aspiração é Terenos ser uma grande cidade, contribuindo para isso com o melhor de seu trabalho ⁴¹⁴.

Os colonos europeus são tratados na reportagem como modernizadores da agricultura, devido à utilização de tratores e técnicas de produção consideradas avançadas, que aliados a sua capacidade disciplinadora foram vistos como essenciais para o desenvolvimento da colonização e do modelo de civilização, que o poder público almejava construir.

Em outra entrevista, a revista cita o colono Aruide Lapim. Vejamos o que a publicação relatou sobre o colono:

Outro espírito de extraordinário empreendimento, voltado sempre em seus atos para o engrandecimento de Terenos. Merece especial destaque, nessa apreciação o seu lote 26-A, devido a maravilhosa represa construída pelo próprio senhor Aruide e que além de ser belíssima, serve para movimentar a bem desenvolvida indústria de fabrico de mandioca, manteiga e outros produtos derivados de leite e a importante maquinaria da serraria, que é uma das fornecedoras de madeiras para a construção da região. Ficamos deveras pasmados com essa visita, devido a grande criação de porcos, tratados dentro do mais higiênico conforto, todos em chiqueiro divididos, bem ventilados e limpos [...] um dinâmico criador e industrial amigo ⁴¹⁵.

Percebe-se nesses últimos trechos a construção do colono ideal, sempre dedicado ao

⁴¹³ Revista **Mato Grosso Ilustrado**. nº 11, julho de 1953. p. 9.

⁴¹⁴ *Ibidem*. p.10.

⁴¹⁵ *Idem*.

trabalho, ao desenvolvimento do local que habita, o homem empreendedor e industrioso, que mesmo sendo um imigrante, pelo seu trabalho e amor a nova terra, apresenta gestos considerados patrióticos. Ou seja, modelo a ser seguido pelo agricultor nacional, sinônimo de atraso pelas autoridades nesse período.

Os colonos europeus em Mato Grosso passaram a ser chamados pelo poder público e pela mídia de certa forma, como “desbravadores de matas, autênticos pioneiros do nosso oeste, contribuintes diretos da causa da civilização” e que apresentavam “labor profícuo em prol de uma humanidade necessitada”⁴¹⁶.

Mesmo após décadas, esses discursos sobre a contribuição do colono europeu ainda perdura em alguns estudos, sobretudo, memorialistas. Citamos como exemplo, o livro de Acyr Vaz Guimarães, que escreveu vários livros sobre a história de Mato Grosso do Sul. Num de seus livros, o autor afirmou o seguinte sobre os colonos europeus de Terenos: “no pós Primeira Guerra Mundial, a prefeitura de Campo Grande, criou a colônia agrícola de Terenos, com agricultores europeus que trouxeram bons conhecimentos tecnológicos de par de máquinas modernas fazendo surgir a cidade de Terenos”⁴¹⁷.

Verifica-se que a regularidade nos discursos sobre os colonos europeus em Terenos é a sua suposta capacidade modernizadora. Porém, quase a metade dos colonos europeus que chegaram a Terenos a partir de 1924 não possuía experiência com a agricultura, nem trouxeram máquinas modernas da Europa para Mato Grosso. Toda a maquinaria utilizada pelos colonos foi adquirida pelo governo estadual ou pela intendência de Campo Grande.

De certa forma, a iniciativa do Estado em assumir a responsabilidade da colônia de Terenos permitiu a continuidade do empreendimento. O governo percebeu que administrar um núcleo colonial, realizando a captação de colonos, a organização e manutenção econômica não eram tarefas fáceis. Por isso, logo abandonou a ideia de querer atingir 40.000 habitantes num período de 10 anos. Em 1936, o núcleo colonial de Terenos, já transformado em distrito, contava com aproximadamente 8.750 pessoas⁴¹⁸.

Logo após a iniciativa de Terenos, outras colônias foram sendo criadas, inclusive pela intendência municipal de Campo Grande, citando os casos das colônias de Jaraguari e Rio Pardo. Cinco anos após o início da administração da colônia pelo poder público, Terenos foi transformado em distrito pela lei municipal nº 1021. E, em dezembro de 1953, foi elevado a

⁴¹⁶ Ibidem. p.9.

⁴¹⁷ GUIMARÃES. Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande: UCDB, 1999. p.200.

⁴¹⁸ O progresso crescente de Campo Grande ante alguns elementos estatísticos. **Ouro Verde: revista ilustrada de São Paulo e Mato Grosso**. Agosto de 1936.

município com a lei estadual nº 674.

Enfim, a colônia agrícola de Terenos foi resultado na prática da configuração de um discurso que iniciou no final do século XIX e percorreu as décadas iniciais do século XX. Ocupar a fronteira oeste do território brasileiro, região considerada estratégica para manter a soberania do país, que visava melhorar o abastecimento agrícola e as técnicas de cultivo. Para isso, o trabalhador nacional foi desqualificado para abrir caminho ao colono europeu, sinônimo de progresso e civilização. Os colonos europeus seriam responsáveis por dinamizar e modernizar a agricultura brasileira, mas também, marginalizar as populações tradições e dificultar o seu acesso a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise em relação aos discursos sob os quais se constituiu a ideia da necessidade de instalação de colônias agrícolas no estado de Mato Grosso, entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

Nessa perspectiva, buscamos demonstrar como o discurso da colonização foi apoiado em justificativas, como a falta de mão de obra capacitada para o trabalho, a ausência de vias de comunicação capazes de escoar a produção, vazios demográficos, baixa produção agrícola e de capital para investimento.

Por isso, nos preocupamos em compreender como esse discurso foi construído historicamente na região de Mato Grosso. Após o conflito com o Paraguai foi pensado um plano para fortalecer a fronteira oeste do Brasil de forma que garantisse a soberania nacional. Essa proposta procurou corrigir alguns problemas que foram apontados pelos dirigentes brasileiros como necessários para proteger o país em relação aos seus vizinhos platinos.

A construção de uma via de comunicação que proporcionasse uma ligação mais rápida e efetiva com o sudeste do país se tornou realidade com a implantação da estrada de ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), que interligou o extremo oeste de Mato Grosso com o interior de São Paulo, além de um ramal com a cidade de Ponta Porã, divisa com o Paraguai construído na primeira metade do século XX. Além disso, o processo de instalação das linhas telegráficas foi ampliado nesse período, com o objetivo de promover um alcance maior em relação aos processos de comunicação, principalmente na região centro-oeste e norte do Brasil.

Também ocorreu a construção e manutenção de arsenais de guerra no território mato-grossense, além de mudanças de quartéis e circunscrições militares para pontos considerados estratégicos na região. Ao longo das décadas iniciais do século XX, empresas com capital estrangeiro foram perdendo seus monopólios na região.

Nesse caso, citamos a Companhia Mate Laranjeira, que com o apoio do Estado em alguns momentos, prejudicou o acesso e a venda de lotes de terra no SMT, uma vez que, procurou impedir a fixação do pequeno proprietário, além de explorar as populações tradicionais, seja pela peonagem de dívida, pelo trabalho compulsório ou pela imobilização da força de trabalho.

Com o advento do Estado Novo, a política de proteção das fronteiras nacionais continuou. A Marcha para Oeste trouxe medidas para intervir na organização do espaço territorial do país, no controle de fluxo populacional, além de investimentos em áreas estratégicas, que visavam à nacionalização do território brasileiro. Nesse período, o Estado brasileiro ficou responsável pelas regiões de fronteira e foram criados os territórios federais, que, além disso, serviram para acalmar as lutas políticas internas que existiam nos estados.

A formação de núcleos coloniais agrícolas também se inseriu nessa proposta de resguardar o território, uma vez que, era necessário aumentar a densidade demográfica das regiões estratégicas. O governo mato-grossense, por exemplo, tinha como objetivo formar núcleos populacionais ao longo do traçado da EFNOB.

O discurso da colonização em Mato Grosso foi construído e alicerçado em justificativas e argumentos baseado no que Almeida classificou como “ausências”⁴¹⁹. Podemos dizer que essas “ausências” constituíram um regime de verdade⁴²⁰, que nada mais é, do que um discurso amplamente difundido seja pelo poder econômico ou político que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro⁴²¹.

Tudo se explicava pela ausência, seja de vias de comunicação eficazes ou diversificadas que permitissem um melhor escoamento da produção econômica do estado, permitindo assim, uma maior margem de lucro. A ausência de mão de obra ou a falta de qualificação do trabalhador nacional também fez parte desse discurso.

A falta de mão de obra pode ser explicada pelo sistema repressor da força de trabalho, como por exemplo, a peonagem, que consiste no adiantamento de dinheiro futuro resultando sobre o trabalho num endividamento constante dos trabalhadores. Com este tipo de dívida, o trabalhador se converte em propriedade dos outros, sujeito ao trabalho compulsório. A imobilização da força de trabalho está na ideologia do discurso da falta de braços⁴²².

O trabalhador nacional foi eleito como um dos culpados para a crise relacionada a baixa produção agrícola do estado. Recebeu uma série de adjetivos negativos, sendo classificado como vadio e preguiçoso, que não possuía amor pelo trabalho, além de ser negligenciado pela falta de ambição. Passou a ser taxado como improdutivo e antiquado, enquanto o europeu como produtivo e moderno.

A desclassificação do trabalhador nacional tinha por objetivo promover a vinda de

⁴¹⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Op. Cit. 2008.

⁴²⁰ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos. Ética, estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

⁴²¹ Idem.

⁴²² Ibidem. p. 90.

colonos europeus para desenvolver um projeto de colonização. A chegada de imigrantes promoveria uma pressão demográfica, tendo como resultado a modernização da agricultura, uma vez que, seria necessário produzir mais alimentos para abastecer a população em crescimento⁴²³. O trabalhador nacional e as populações tradicionais seriam marginalizados nesse processo, já que mantinham as suas técnicas de cultivo, consideradas como arcaica pela classe dominante agrária.

Dessa forma, os trabalhadores nacionais não podiam ser vistos como capazes de resistir a entrada de estrangeiros no mercado de trabalho e muito menos questionar a legalidade da estrutura fundiária do país⁴²⁴. Essas iniciativas repressoras retardavam a possibilidade de acesso pelos trabalhadores nacionais aos meios de produção⁴²⁵.

As “ausências” passaram a conferir sentido no discurso da necessidade de colonização. As medidas e planos governamentais, como a fundação de escolas agrícolas, campos de demonstração, captação de colonos estrangeiros e formação de núcleos coloniais agrícolas ganharam legitimidade ao objetivar a superação das “ausências”.

A colônia agrícola de Terenos foi resultado desse processo. O núcleo colonial foi a primeira experiência de colonização no regime republicano no Mato Grosso, que num curto espaço de tempo, englobou a administração particular e pública. O início da colonização de Terenos com a empresa de Henrique Hacker foi tumultuado. Existia pouca infraestrutura no núcleo colonial e os imigrantes tiveram que muitas vezes agir por si próprios para derrubar a mata, construir suas casas, estradas e desenvolver a sua vida no campo. O que percebemos é que o número de evasão de colonos era maior que o número de chegada à colônia.

Insatisfeito com os resultados iniciais, o poder público rompeu o contrato e iniciou o gerenciamento do núcleo colonial em parceria com a intendência de Campo Grande. A infraestrutura foi sendo montada ao longo dos primeiros anos de administração, o que permitiu depois de algum tempo a autossuficiência da colônia. Aos poucos, a colônia passou a ter um armazém, equipamentos e animais para empréstimo, além de crédito aos colonos.

O que se viu em Terenos foi uma grande diversidade de nacionalidades. Estiveram presentes colonos oriundos de diversos países, com preponderância dos alemães. Apesar da colônia de Terenos ter sido elevada a distrito e, décadas mais tarde, a condição de município, o resultado inicial esperado pelo poder público era alcançar um percentual de quarenta mil pessoas em dez anos de colonização. Na prática, em dez anos a região não alcançou dez mil

⁴²³ BOSERUP. Ester. Op. Cit. 1987.

⁴²⁴ ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno. Op. Cit. 2008. p. 138.

⁴²⁵ Idem.

pessoas.

Cabe dizer que ao contrário do discurso da colonização, em que o imigrante europeu serviria como uma espécie de um espelho para o trabalhador nacional, quase a metade dos colonos que chegaram a Terenos até 1926 não possuía experiência alguma com a agricultura. Muitos, inclusive atuaram em outros ramos no próprio núcleo colonial ou na cidade de Campo Grande.

Atualmente, a cidade de Terenos conta com uma população aproximada de 19.914 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,731 de acordo com o IBGE. Desde a instalação da colônia agrícola de Terenos, a atividade econômica da cidade transformou-se, passando por momentos em que predominaram o cultivo de arroz, milho, algodão, soja, pastagens, abate de frango, produção de ovos e, nos últimos anos, pecuária bovina leiteira⁴²⁶.

⁴²⁶ COSTA, Edgar Aparecido da. Op. Cit. 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Relação de proprietários de estabelecimentos rurais de 1920⁴²⁷.

Proprietários		Estabelecimento/local	Proprietários		Estabelecimento/local
1	Maria J. Pereira	São Máximo	2	Marcelino Netto dos Santos	São Máximo
3	Feliciano Trintade	Cabeceira do Cervo	4	Manoel Moreira	Estrella
5	Antonio Romero Franco	Cabeceira do Onça	6	Carlota Gomes	Colônia Resignação
7	Alipio Nunes da Silva	Cabeceira Dourado	8	Cicero Mangine	São João
9	Procopio dos Santos	Serrito	10	Francisco Rosa da Conceição	Bálsamo
11	Verdelino Badeja	Invernada	12	Naurelino Cidade	Bom Retiro
13	Alzira Saldanha	Invernadinha	14	Pedro Manivalet	Carambola
15	Gregorio do Amaral	Sanga Puytan	16	Governo do Estado	-
17	Geraldo Marques da Silva	Fazenda Sant'Anna	18	Antonio José Pereira	Pacury
19	João Maria da Silva	Horizonte	20	Antonio Velloso de Moraes	Fazenda da Fortuna
21	Macario Subtil de Oliveira Sobrinho	Fazenda Paraizo	22	Nascimento de Jesus Mesa	M Borevy
23	Virgilio A Vieira	Vista Alegre	24	Alvim R Pithon	Lagôa Borevy
25	Governo do Estado	M Borevy	26	Martin Greaff	M Borevy
27	Angelino José Machado	M Boverly	28	Militão Joaquim de Mello	M Borevy
29	Sergio Martins	Fazenda do Herval	30	Manoel Rodrigues Vieira	Santa Izabel
31	Euzebio Rodrigues Vieira	Santa Izabel	32	Francisco Rodrigues Vieira	Santa Izabel
33	Martim Marçal Pereira	Santa Izabel	34	Felicio Rodrigues Vieira	Santa Izabel
35	Vicente Rodrigues Vieira	Santa Izabel	36	João Ignacio Ribeiro	Lagunita
37	Alfredo A Marques	Lagunita	38	João Lima	Rincão da Lagôa
39	Antonio R. Oliveira	Santa Ottilia	40	Governo do Estado	Rincão do Inferno
41	Manoel Espindola	Fazenda Alegre	42	Alziro Machado	Fazenda Bomfim
43	Delfino Vieira	Fazenda das Palmeiras	44	Manoel Corrêa da Silva	Blanco Cuê
45	Alberto Ratier	Rincão Bomfim	46	Zeferino Rolim	Ouro Preto
47	Governo do Estado	-	48	Randolpho R da Rocha	Fazenda do Tatarem
49	Governo do Estado	Fazenda Três Capões	50	Governo do Estado	Santo Antonio do Tatarem

⁴²⁷ Organizado pelo autor com base no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1920.

51	Laurindo M dos Santos	Rincão das Lagôas	52	Maciel de Oliveira	Graça de Deus
53	Isidoro M dos Santos	São Felipe	54	Governo do Estado	Recreio
55	Isidoro M dos Santos	São Felipe	56	Governo do Estado	Costa do Guaymbé Pyri
57	José Leão	São Crescencio	58	Prudencio Andrade & Comp	São Crescencio
59	Florencio Soares de Andrade	São Crescencio	60	Sabino de Mattos	Cacopamy
61	Adão Faustino de Barros	Inhaguassú	62	João Lemes	-
63	Pedro Belmiro Fernandes	Pacury	64	Guilhermino Tavares	Destino Cuê
65	Fructuoso Silveira da Cunha	Espadim	66	Miguel Escobar	São Randolpho
67	João Lemes	Ipohy	68	Januario Carneiro	Celestino Cuê
69	Alfredo Cariaga	Tacuapiry	70	Elvidio M dos Santos	Patinho Cuê
71	Romulo Morel	Tacuapiry	72	Manoel Bernardo Vieira	-
73	Alfredo Holsbach	Patinho Cuê	74	Antonio Soares da Silveira	Sanga Puytan
75	Manoel José Lopes	Porto	76	Valencio R de Mattos	Sanga Puytan
77	Epiphanio dos Santos	-	78	João Pereira	Sanga Puytan
79	Severo Leite dos Santos	Capão Bonito	80	Mario Couto	-
81	Matheus Douzaker	Rincão de Julio	82	Nicolau Araujo	Sanga Puytan
83	Apparicio Mereiros de Barros	Fazenda Pacury	84	Alberto Alves Ratier	Rincão Julio
85	Sansão Pereira Ratier	Rincão Julio	86	Amancio Claro	Sanga Puytan
87	Vasco M Novaes	Rincão Julio	88	Joaquim Antonio Leite	Rincão Julio
89	Elias Fernandes dos Santos	Capão Bonito	90	Martim Rios	Rincão Julio
91	Quintiliano Domingos Bueno	Rincão Julio	92	Adolpho Pereira da Silva	Rincão Julio
93	Antonio Fernandes	Rincão Julio	94	Fructuoso Vasco	Rincão Julio
95	Romão de Souza	Rio Verde	96	Nicolau D de Oliveira	Rincão Julio
97	Guilherme Lesmê	Rio Verde	98	Firmiano Atanagildo de Oliveira	Rincão Julio
99	Israel Santiago	Rincão Julio	100	Domingues Leite	Rincão Julio
101	Antonio Maria da Luz	Rincão Julio	102	João André Leite	Rincão Julio
103	João Maria Novaes	Rincão Julio	104	José Novaes	Rincão Julio
105	Manoel Teixeira de Mattos	Rincão Julio	106	Antonio Gonçalves	Rincão Julio
107	Francisco Alves Martins	Jaguaretê	108	Philomeno Rodrigues &	Emboscada

				Irmaões	
109	Domingos Marques	Rio Verde	110	Antonio Soares da Silva	Rincão Julio
111	Bento Marques	Rio Verde	112	Pedro Narcizo Bello	Jaguaretê
113	Homero Paulino Dutra	Rio Verde	114	Claudio Dutra de Miranda	Jaguaretê
115	Rodolpho Smith	Jaguaretê	116	Ramon Dutra de Miranda	Rio Verde
117	Francisco Custodio	Rio Verde	118	Felippe Scheneiden	Rio Verde
119	Victorino Marques	Rio Verde	120	José Luiz Mattoso	Cabeceira dos Porcos
121	Victor S. de Oliveira	-	122	Ignacio Carlos dos Santos	-
123	Luciana de Oliveira Gedra	Currallito	124	João Fernandes Pereira	São Domingos
125	Francisco Gedra	Invernada	126	Gabriel José de Oliveira	Larangay
127	José Pereira dos Santos	Socego	128	Pedro Affonso Rocha	Santa Luzia
129	Aurelio Campos	São Francisco	130	João Pedro Soares	Bocayuva
131	Martim Antunes	Porto Felicidade	132	Vasco Venancio Soares	Bacajá
133	Jenasio Maciel de Oliveira	Monte Alegre	134	Agostinho Vieira	Tabóca
135	Casemiro P. M. de Oliveira	São Sergio	136	José Rodrigues Padilha	São João
137	Joaquim Gregorio da Silva	Bonito	138	Flaubiano José Rodrigues	Serrito
139	Herminio Silveira	Esperança	140	Abel Almeida	Recreio
141	Joaquim Gedra	Invernada Taquara	142	Abilio Pereira	Taquara
143	Fortunata de Oliveira	São Jeronymo	144	Ildefonso Paim	Santa Leocadia
145	Felisbino Clara	São Jeronymo	146	Emerenciano Paim	Estrella
147	Francisco José Pereira	Cabeceira Matula	148	Manoel Maciel de Oliveira	Bello Horizonte
149	Pedro Gomes Moreira	Cabeceira Bonita	150	João Laurindo Bueno	São João
151	Guilherme Baptista	Potreiro do Destino	152	Affonso Cardoso	Potreiro Tujuy
153	Joaquim Gomes Moreira	Segredo	154	Laranjeira, Mendes & comp	Rancho Jatey
155	Pedro Marques de Oliveira	Potreirito	156	Joaquim Pinto de Menezes	Potreirito
157	Thomaz Marques da Costa	Potreirito	158	Antonio Rodrigues de Oliveira	Potreirito
159	Israel dos Santos Ferreira	Potreirito	160	Isidro Pedroso	Lageadinho
161	Francisco Mattos Pereira	Fazenda Azulão	162	Bento M Pereira	Fazenda Café
163	Francisco Torraca Filho	Retiro São José	164	João José Torraca	São José
165	Amandio M Pereira	Antolim	166	João Vicente Ferreira	Fazenda Curral de Arame
167	Jayme Diniz	Dourados	168	Antonio Candido	Água Boa

				Leite	
169	Agostinho S Machado	Cabeceira Alta	170	Pedro Luiz Braga	Dourados
171	Emilio Aquino	Coqueiro	172	Francisco Torraca	Fazenda São José
173	João Alves Aguirre	Potreirito	174	Albano R Lopes	Potreirito
175	Feliciano Castro Pinheiro	Perdido	176	Eulalia Garcia Pires	Alvorada
177	Fausto Martins Pires	Balsamo	178	Capitão José Alves Leite	Fazenda Revolta
179	Francisco J Vaz	Laranja Doce	180	Evaristo C de Mello	Novo Paraizo
181	Domingos Barrozo	Fazendas Palomas e Padilha Cauê	182	Jugurta José da Rocha	Fazenda União
183	José Luiz da Silva	Fazenda Guanandy	184	Francisco de Assis	Capão Ralo
185	Luiz Alves Leite	Fazenda Barra Bonita	186	Manoel Ignacio de Mattos	Fazenda Figueira
187	Firmino Vieira de Mattos	Fazenda Taquaral	188	Maximiano P Ribeiro	Fazenda Barreiro
189	Rodolpho S Fagundes	Fazenda Palmar	190	Bento da Silva Machado	Fazenda Palmeira
191	Joaquim Pinheiro de Almeida	São Bento	192	Amaro de Mattos Pereira	Laranja Azeda
193	José Rodrigues	Laranja Azeda	194	Abilio de Mattos Carvalho	Potreiro Guassú
195	Joaquim Barros	Guyray	196	Antonio V Marques	Bôa Vista
197	Marcos Alves da Silva	Cachoeirinha	198	João A Francisco	Limoeiro
199	Hygino Moralle	Morrinho	200	Cyriaco J Vaz	Santa Maria
201	Candido Pereira	Conceição	202	Prudente Pereira	Campo Alegre
203	Maria C da Cruz	Ribeirão do Meio	204	Carmelina V de Almeida	Bella Idéia
205	José Anunciação	Vista Alegre	206	João V Ferreira	São Vicente
207	Antonio V de Azaumbuja	Ronda	208	Asturio Monteiro de Lima	São Pedro
209	Abilio P de Almeida	Cabeceira Limpa	210	Aly Vaz Guimarães	Paraizo
211	Basilio Pereira Brum	São José do Desterro	212	Luiz Antonio Leão	Fazenda Olhos d'Água
213	Zeferino Pires de Freitas	Fazenda Saltinho	214	Valencio Mattos Pereira	Palmeira
215	Francisco Xavier Pedroso	Amparo	216	Lauro Santos	Fazenda Boqueirão
217	Antonio Bittencourt	Fazenda São Sebastião	218	Manoel Lopes Caçado	Fazenda Sucury
219	Alonso Pacheco	Fazenda Serra Branca	220	Maria Amada de Azaumbuja	Fazenda Santa Maria
221	Constantino V de Almeida	Fazenda Capão Rico	222	Heleodora José de Almeida	Fazenda Morro Alto
223	Thomaz Alves Pereira	Fazenda Balsamo	224	Heliodoro Mesquita da Silva	Camambaia
225	Eugenio Alves da Silva	Vista Alegre	226	Honorival G da Silva	Fazenda Concha Brava

227	Luiz Gil Corrêa da Costa	Fazenda Guanandy	228	Frutuoso Fernandes de Deus	Rio Feio
229	Placido Silva	Morro Assombrado	230	Justiniano Fernandes	Serrinha
231	Cypriana R de Faria	Fazenda Córrego Fundo	232	Erasmus dos Santos	Fazenda Formoso
233	Juvenal P de Oliveira	Campo Formoso	234	Francisco Luiz da Silva	Campo Formoso
235	Fernandes S de Souza	Formoso	236	Hermogenio Nunes	Cabeceira do Mutum
237	Antonio F Pires	São Domingos	238	Aguida Pires de Oliveira	Cabeceira do Mutum
239	João Nunes da Silva	Cabeceira de Dourados	240	Martiniano Dias	Passo das Pedras
241	Juvenal de Almeida	Buracão	242	Rita M da Costa Mattos	Setenta e Nove
243	Diogo Garcia de Souza	Concordia	244	Cezario S Machado	Solidão
245	José Pereira Marçal	Roncador	246	Miguel Gonçalves Barbosa	Mangabaí
247	Anselmo Martinez	Corrego Fundo	248	João Chrysostomo S de Oliveira	Fazenda Alegrete
249	João Chrysostomo S de Oliveira	Serrinha	250	Florentina de SOUza	Rio das Velhas
251	João Baptista Bazzano	Lagoinha	252	Vitalino Garcia da Silva	São Lourenço
253	Manoel José Flôres	Novo Progresso	254	Thomaz Dias	Cabeceira do Apa
255	Joanna Mendonça da Silva	Guariroba	256	Valencio M Brum	Amambay
257	Alonso José Machado	Despteso	258	Seraphim da Silva Machado	Guahy
259	Roberto Nunes de Siqueira	Limeira	260	Horacio da Cruz Fortes	Rancho Ábalos
261	João Marques de Araújo	Três Cachoeiras	262	Antonio de Souza Sarmento	Itapoty
263	Januario Lima	Três Figueiras	264	Pedro Dourisbours	Amambay
265	Pedro dos Santos	Capão Alto	266	Nestor de SOUza	Olhos d'Água
267	Jeronymo de O Belmonte	Senhorinha	268	João Osterbg.	São João
269	Vasco José Saldanha	Cerro Paum	270	Ottomar Pitschk	Isla Caiguê
271	Ernesto Pereira dos Santos	Itaupá	272	Ibrahim Ferreira Gomes	Paraizo Petey
273	Pedro Antonio Moraes	Aurora	274	Adolphp Palerma	Guahy
275	Sociedade Anonyma Mate Laranjeira	Rancho Paraguay	276	Empreza Mate Laranjeira	Deposito ou Ponte Amambay
277	Sociedade Anonyma Mate Laranjeira	Vacaratinguê	278	Antonio dos Santos Queiroz	Curussú-ambú
279	José Francisco Lopes	Irla Lopes	280	Arlindo Flôres	Barranco Branco
281	Arthur Raymundo	Quinho-ne-CUê	282	Adolpho Raymundo	Santo Antonio

	do Amaral			do Amaral	
283	Joaquim Pereira Fernandes	Rincão Laranjeiras	284	Catulino B Romero	Cabeceira Guassú
285	Adolpho Raymundo do Amaral e outros	Santo Antonio	286	Adolpho Raymundo do Amaral	Santo Antonio
287	José Pereira da Silva	São João	288	Empreza Mate Laranjeira (S A)	Nhú-Verá
289	Wenceslau P de Mendonça	Marcella Chué	290	Naziaceno Andrade	Marcellina Chué
291	Julio Joaquim dos Santos	Marcellina Chué	292	Maria José dos Santos	Marcellina Chué
293	Hilario A do Amaral	Marcellina Chué	294	Belmiro Alves	Marcellina Chué
295	Alfredo Recim	Marcellina Chué	296	Gabino Lopes	Marcellina Chué
297	João Hildebrando Ribeiro	Bôa Vista	298	Leonel Nogueira	Regis Cué
299	José Henrique Corrêa	Maracahy	300	Paulino P Fernandes	Marcellina Chué
301	Nicacio Pietro	Espacin	302	Claro Alves Nogueira	Regis Cué
303	Isabel Ortt	Maracahy	304	Silvino R de Aquino	Costa Rica
305	Quintiliano C da Silva	Primeiro de Junho	306	Avelino Corrêa	Maracahy
307	Lucio Pires de Arruda	Itamora	308	Alcebiades Nunes	Itamoró
309	Atalibio V Baptista	Issahú	310	José Luiz Moreira	Mandahy
311	Priamo F dos Santos	Mandahy	312	Francisco F dos Santos	Siriguello
313	Manoel Gomes Pereira	Siriguello	314	Pedro Lederma	Cabeceira Mochoy
315	Deolindo Gonçalves de Oliveira	Santa Clara	316	Glaciano Fernandes	Laguna Ita
317	Manoel J da Silveira Dutra	Laguna	318	Felippe Santiago Fernandes dos Santos	Cabeceira Crystallina
319	Servulo Marcellino da Rosa	Serrito e Laguna	320	Natividade Ribeiro	São João
321	José Feliz Lopes	Boça-Já	322	José Gonçalves de Oliveira Peixoto	Socego
323	Hyppolito G Peixoto	Mocayá	324	Segundo Ferreira	Potreiro Florido
325	Bonifacio Fernandes	Bella Vista	326	Francisco M Rodrigues	Porto Corriente
327	Miguel G do Nascimento	Cacarão	328	Ricardo Isnardi	Mangahy
329	Sira Caldas	Santa Clara	330	Governo do Estado	Boi Japuá
331	Joaquim Silveira Dutra	Cerro Peton	332	Lindolpho Amaral	Currallito
333	Bento Antonio de Souza	São João	334	Fernando Billerbeck	São João
335	Carmello Cordova	Porteira Ortiz	336	Marianno de Avila Jacques	Potreiro de Pecury

337	Macario Subtil de Oliveira	-	338	Honorio G Dias	Commercial
-----	----------------------------	---	-----	----------------	------------

Anexo 2 – Regulamentação da colonização em Mato Grosso.

Decreto N° 200 de 18 de dezembro de 1907.

O Coronel Generoso Paes Lemes de Souza Ponce, Presidente do Estado de Matogrosso, usando da atribuição que lhe confere o art. 25, § 3. da Constituição do mesmo, Estado, e para execução da lei N° 488 de 9 de Outubro do corrente ano, resolve expedir o seguinte:

Regulamento para o serviço de Colonização

Título I

Capítulo Único

Disposições Preliminares

Art. 1. O serviço de Colonização dentro do território mato-grossense será promovido pelo Estado com ou sem auxílio da União, por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações de conformidade com as disposições do presente Regulamento.

Art. 2. O Estado concorrerá com os auxílios que lhe forem requisitados pela União, para o estabelecimento de núcleos coloniais, de conformidade com os preceitos estatuídos no Dec. Federal N° 6.455 de 19 de Abril de 1907.

Art. 3. O serviço de Colonização poderá ser feito por particulares em terras de domínio privado mediante contrato com o Governo e independente de ônus para o Estado.

Art. 4. As empresas de viação ou de qualquer outra espécie, que se propuserem ao estabelecimento de colônias agrícolas, gozarão de auxílios constantes d'este Regulamento, desde que os lotes coloniais sejam concedidos gratuitamente aos imigrantes e corram por conta das mesmas empresas todas as despesas de fundação e administração das mencionadas colônias.

Art. 5. Serão considerados imigrantes os estrangeiros menores de sessenta anos que não exerçam profissão ilícita e não sejam criminosos, mendigos, dementes e inválidos, ou sofram de moléstia contagiosa, e que venham estabelecer-se no território do Estado para trabalharem na lavoura ou na indústria extrativa de vegetais.

§. 1. Os indivíduos maiores de sessenta anos só poderão ser acolhidos como

imigrantes, quando acompanharem suas famílias.

§. 2. As condições estabelecidas n'este serão julgadas pelo Governo mediante documentos que mereçam fé.

Art. 6. O serviço de que trata este Regulamento, ficará imediatamente subordinado á Repatriação de Terras, Minas e Colonização.

§. Único. Todas as vezes que se tornar necessário, poderá o Governo nomear profissionais para que efetuem os trabalhos preliminares e definitivos, concernentes ao estabelecimento de núcleos coloniais que o Estado resolva fundar, ou que a União pretenda administrar diretamente.

Art. 7. Os núcleos coloniais compor-se-ão de 50 lotes, pelo menos, com a área mínima de 50 hectares cada um, contíguos e demarcados em terras que permitam o seu aproveitamento, com vantagem, na agricultura.

§. Único. A situação dos núcleos coloniais deverá ser escolhida nas proximidades dos mais importantes centros de consumo do Estado, marginal ás vias fluviais navegáveis, ou adjacente ás estradas de ferro ou de rodagem.

Titulo II

Capitulo I

Art. 8. Para a administração dos núcleos coloniais fundados pelo Estado, o Governo expedirá regulamentos e instruções especiais de acordo com as condições de tempo e lugar de cada núcleo.

Art. 9. Ficam desde já reservadas para o estabelecimento de colônias as terras devolutas existentes nas margens do rio Paraguai desde a confluência do rio Sepotuba ate á embocadura do rio Sant'Anna; dos rios Sepotuba, Cabaçal e Jauru, á partir de suas confluências com o rio Paraguai, até o pé da Serra dos Parecis, do rio S. Lourenço e deus afluentes, desde a sua embocadura até onde alcançar a navegação; do rio Taquari, desde a sua barra no Paraguai até á confluência do rio Coxim; na faixa de 20 quilômetros para cada lado da estrada de ferro em construção de Itapura á Aquidauana; e bem assim quaisquer outras terras que oportunamente forem pelo Governo considerado conveniente para o mesmo fim.

Art. 10. Quando faltarem terras devolutas convenientemente situadas e dotadas de condições vantajosas para a agricultura, poderá o Governo adquirir, por compra ou desapropriação, a extensão necessária da propriedade particular, para o estabelecimento de

colônias agrícolas.

Art. 11. A fundação de núcleos coloniais será precedida de estudos e trabalhos preparatórios do terreno, e só terá lugar depois de demarcados os respectivos lotes, aberta as linhas e executados os demais trabalhos definitivos.

§. Único. Uma vez satisfeitas às condições estatuídas n'este artigo, se procederá á instalação dos imigrantes, de acordo com os meios adiante estabelecidos.

Art. 12. A situação dos núcleos coloniais será determinada pela administração, depois de prévio reconhecimento do terreno, devendo a escolha da localidade subordinar-se às seguintes condições.

1. Altitude conveniente e terras próprias á variadas culturas.
2. Situação á margem ou nas proximidades de vias férreas, rios navegáveis, ou nas vizinhanças de centros populosos.
3. Abundancia de águas correntes, perenes e potáveis, em condições de abastecer fartamente os colonos e serem aproveitadas em trabalhos industriais. [p. 169]
4. Configuração e condições que permitam fácil aplicação de machinas agrícolas no serviço da lavoura.
5. Existência de matas que favoreçam as condições clima térmicas e a uberdade das terras, ao mesmo tempo em que assegurem o constante fornecimento de madeiras para todas as construções coloniais.
6. Área suficiente para o aumento do núcleo, no caso de se tornar necessário o acrescentamento de novos lotes.

Art. 13. Realizada a escolha da localidade para a fundação de um núcleo, proceder-se-á em seguida ao levantamento completo e detalhado do terreno, com indicação de todos os seus acidentes orográficos e hidrográficos, de modo á permitir a sua melhor repatriação em lotes, providos de todas as condições necessárias á sua habitabilidade e cultura.

§. I. Sobre a planta do levantamento, realizado de acordo com este artigo, será traçada a divisão dos lotes em numero determinado pelo Governo reservando-se uma área destinada ao estabelecimento de um núcleo urbano e ao aumento futuro das terras rurais.

§. 2. Uma vez aprovado pelo Governo, será o plano locado convenientemente e abertas às linhas, devendo os lotes ser metodicamente numerados.

§. 3. As linhas divisórias serão marcadas por estadas de madeira de lei e testemunhas de igual natureza em todos os pontos em que for necessário, para, em qualquer tempo, ser possível a pavimentação dos respectivos rumos.

Art. 14. Ultimada a locação dos lotes coloniais, o Governo fará construir, á medição que sendo preciso, casas rústicas destinadas á instalação provisória dos imigrantes.

Art. 15. Por decreto especial do Governo estabelecerá a denominação do núcleo e as instruções reguladoras da distribuição dos respectivos lotes.

Capitulo II.

Localização dos imigrantes e auxilio para a sua primeira instalação e condições de obtenção de lotes rurais.

Art. 16. Á cada colono será concedido, gratuitamente, um lote rural, facultando-se aos que tiverem família, a aquisição de outros, mediante pagamento de taxas para esse fim criadas.

§. Único. Logo que o colono se tiver estabelecido no lote de sua escolha, ser-lhe-á expedido um titulo provisório que lhe garantirá a aquisição do definitivo, depois de satisfazer as seguintes condições devidamente provadas:

- a) Residência e cultura efetivas durante três anos;
- b) Ter pagado a importância da sua divida para com o Estado pelos auxílios recebidos de acordo com este Regulamento.

Art. 17. Os lotes urbanos, porém, serão vendidos ao preço de 20 reis por metro quadrado pagos á vista, expedindo-se imediatamente o correspondente titulo definitivo.

Art. 18. Nas cessões á titulo gratuito ou nas vendas das terras de propriedade do Estado, bem como de propriedade das empresas que gozam de favores para o fim estabelecido o <homestead> como uma das clausulas ou condições de cessão ou venda.

§. Único. A Clausula contratual do <homestead> consistirá no seguinte:

- a) O imóvel rural, bem como as suas benfeitorias, será inalienável e isento de qualquer ônus, responsabilidade ou execução para o pagamento de dívidas contraídas pelo adquirente;
- b) O imóvel será possuído pelo cônjuge condômino que tiver a seu cargo, no caso de divorcio, a criação e educação dos filhos;
- c) NO caso de falecimento de um dos cônjuges condôminos, o imóvel será possuído exclusivamente pelo cônjuge sobrevivente designado em escritura autêntica pelo ultimo dos cônjuges que falecer, e na falta da designação será a partilha de acordo com o direito comum;

d) No caso, finalmente, do cônjuge sobrevivente passar á segundas núpcias, as clausulas do <homestead> só aproveitarão, de preferência, os filhos varões de primeiro leito.

Art. 19 O preço e condições de pagamento dos lotes rurais que forem vendidos na conformidade do disposto no Art. 16 d'este Capítulo serão estabelecidos em instruções e regulamentos especiais referente á cada núcleo.

Art. 20. Aos imigrantes recém-chegados que se estabelecerem em qualquer dos núcleos coloniais fundados pelo Estado, serão concedidas gratuitamente, serão concedidas gratuitamente, para auxiliar a sua primeira instalação, as ferramentas mais essenciais ao trabalho agrícola, com sejam: machados, foices, enxadas, picaretas e pás, em quantidade correspondente ao numero de pessoas adultas da família do colono, á juízo do Diretor do Núcleo.

Art. 21. Os serviços médicos e os medicamentos de que carecerem, serão ministrados, também gratuitamente, aos imigrantes recém-chegados durante o primeiro ano de sua instalação.

Art. 22. Enquanto não fizerem a primeira colheita, poderão os imigrantes ser empregados no serviço público do núcleo ou suas proximidades por tempo não excedente á 10 dias em cada mês, afim de não prejudicar o trabalho de suas lavouras.

Art. 23. Dentro dos seis primeiros meses, contados da data de sua chegada ao núcleo, e até a primeira, contados da data de sua chegada ao núcleo, e até a Iª colheita dos produtos, os imigrantes, vindos do estrangeiro ou de outros Estados da União e localizados como proprietários receberão, se o necessitam, em dinheiro ou gêneros o auxilio indispensável á seu sustento e da sua família. O modo de distribuição deste auxílio e as condições da sua indemnização serão estabelecidos em regulamentos especiais para cada núcleo.

Art. 24. Cada colônia terá uma administração composta dos seguintes funcionários: Diretor, Ajudante, Almojarife [p. 170], Farmacêutico e Medico, cujas obrigações e vantagens serão estabelecidas no regulamento da colônia.

Art. 25. A emancipação de cada núcleo terá lugar logo que aos concessionários de lotes tenham sido expedidos os respectivos títulos definitivos de propriedade, cessando desde esse momento a administração constante do artigo anterior.

Capitulo III.

Introdução de imigrantes e hospedaria para os mesmos.

Art. 26. Será estabelecida na cidade de Corumbá uma hospedaria para receber os imigrantes que chegarem á esta cidade, pretendendo estabelecer-se em algum dos núcleos coloniais do Estado.

§. Único. O Governo estabelecerá, em regulamento especial, a administração da hospedaria, onde os imigrantes serão alojados e alimentados á custa do Estado, enquanto estiverem á espera de condução para o núcleo á que se destinarem.

Art. 27. O transporte desde Corumbá até aos núcleos coloniais fundados e administrados pelo Estado, será efetuado pelo Governo, com ou sem auxilio da União.

§. I. Quando os imigrantes forem introduzidos por empresas ou particulares, as despesas de alimentação serão indenizadas ao Estado pelos interessados, segundo taxas estabelecidas no regulamento da hospedaria.

§. II. Quando os imigrantes forem introduzidos mediante os auxílios prometidos pela União, proceder-se-á de acordo com o estatuído nas bases regulamentares, á que se refere o Decreto Federal N° 6.455 de Abril de 1907.

Art. 28. Para os fins d'este Capitulo serão considerados imigrantes espontâneos os que chegarem à cidade de Corumbá, vindos de qualquer porto estrangeiro ou de qualquer dos Estados da União como passageiros de 3° classe, á custa da própria, com o propósito deliberado de se ocuparem da agricultura das Colônias do Estado.

Art. 29. Além dos favores mencionados nas disposições anteriores, conceder-se-á á todo imigrante que se destine ás Colônias do Estado, recepção e desembarque gratuitos de suas pessoas e bagagens, sendo estas isentas de quaisquer impostos aduaneiros, de conformidade com a legislação federal vigente.

Art. 30. Enquanto o numero de imigrantes espontâneos que vierem se estabelecer no Estado, for insufficiente para a formação de núcleos coloniais, o Governo requisitará da União o transporte de embarque até ao porto de Corumbá. N'este caso serão observadas todas as disposições estatuídas no Regulamento Federal sobre o povoamento do solo nacional.

Anexo 3 - Relação dos primeiros colonos que chegaram a Terenos após o início da administração pública.

NOME	SOBREN.	NACION.	IDADE	VAPOR	CHEG.	RELIG.	PROF.	ALFAB.
Adalbert	Schwmann	Alemã	21	Bayern	02/05/1924	Católica	Pedreiro	Sim
Adolf	Huhr	Alemã	43	Bayern	02/05/1924	Católica	Pedreiro	Sim
Adolf	Huhr F.	Alemã	21	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-

Eduard	Huhr	Alemã	15	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Alfad	Shneider	Alemã	23	Artus	12/11/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Margaretha	Shneider	Alemã	22	Artus	12/11/1924	Acatólica	-	-
Ambros	Wilhem	Austriaca	33	Fran.Ca	08/02/1921	Católica	Cap. do Exército	Sim
Ledl	Hans	Austriaca	33	Fran.Ca	08/02/1921	Acatólica	-	-
Anton	Sangowski	Alemã	29	Weser	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Wilhelmine	Sangowski	Alemã	26	Weser	06/06/1924	Acatólica	-	-
Hans	Sangowski	Alemã	29	Weser	06/06/1924	Acatólica	-	-
Arthur	Stephan	Alemã	27	Bayern	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Elisabeth	Stephan	Alemã	27	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Hans	Stephan	Alemã	1	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
August	Volkopfs	Alemã	36	Bayern	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Katharina	Volkopfs	Alemã	38	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Wilheem	Volkopfs	Alemã	11	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Rudolf	Volkopfs	Alemã	3	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Bernhard	Jesike	Alemã	25	San Martin	02/05/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Emil	Bar	Alemã	49	Bayern	02/05/1924	Católica	E. Postal	Sim
Thereza	Bar	Alemã	37	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Franz	Saner	Alemã	20	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Emil	Flöter	Alemã	41	Poconé	16/04/1921	Acatólica	Pedreiro e agricultor	Sim
Emilie	Flöter	Alemã	39	Poconé	16/04/1921	Acatólica	-	-
Ervin	Flöter	Alemã	16	Poconé	16/04/1921	Acatólica	-	-
Willy	Flöter	Alemã	10	Poconé	16/04/1921	Acatólica	-	-
Emil	Itaab	Alemã	39	Bayern	02/05/1924	Católica	Vidraceiro	Sim
Anna	Itaab	Alemã	36	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
August	Itaab	Alemã	14	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Peter	Itaab	Alemã	12	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Hans	Itaab	Alemã	8	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Emil	Junker	Alemã	25	Hoedic	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Erik	Junker	Alemã	19	Hoedic	06/06/1924	Acatólica	-	-
Emil	Lentzgen	Alemã	53	Artus	12/11/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Wilhelm	Lentzgen	Alemã	24	Artus	12/11/1924	Acatólica	-	-
Emmanoel	Kantz	Alemã	38	Hoedic	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Margarethe	Kantz	Alemã	28	Hoedic	06/06/1924	Acatólica	-	-
Walfganq	Kantz	Alemã	4	Hoedic	06/06/1924	Acatólica	-	-
Eninn	Jadomsky	Alemã	19	Bayern	02/05/1924	Católica	Mecânico	Sim
Gustav	Haberman n	Russo-estoniana	24	Araguaya	05/05/1908	Acatólica	Agricultor	Sim
Julia	Haberman n	Russo-estoniana	23	Araguaya	05/05/1908	Acatólica	-	-
August	Haberman n	Russo-estoniana	2	Araguaya	05/05/1908	Acatólica	-	-
Franz	Frost	Alemã	23	Poconé	01/10/1921	Acatólica	Padeiro	Sim
Friedrich Johann	Seidenfuss	Alemã	37	Bayern	02/05/1924	Acatólica	Cesteiro	Sim
Catharina	Seidenfuss	Alemã	36	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
Johann	Seidenfuss F.	Alemã	14	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
Elizabeth	Seidenfuss	Alemã	12	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
Felippe	Seidenfuss	Alemã	4	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
Emilia	Seidenfuss	Alemã	2	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
[ilegível]	Seidenfuss	Alemã	-	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
Fredrich	Maberland	Alemã	30	Benevente	14/01/1922	Acatólica	Jardineiro	Sim

Elza	Maberland	Alemã	24	Benevente	14/01/1922	Acatólica	-	-
Arthur	Maberland	Alemã	24	Benevente	14/01/1922	Acatólica	-	-
Ernert	Maberland	Alemã	22	Benevente	14/01/1922	Acatólica	-	-
Herna	Maberland	Alemã	18	Benevente	14/01/1922	Acatólica	-	-
Juda	Maberland	Alemã	4	Benevente	14/01/1922	Acatólica	-	-
Jorge	Maberland	Alemã	22	Benevente	14/01/1922	Acatólica	-	-
Friedrich	Thucke	Alemã	28	Baden	04/12/1924	Católica	Agricultor	Sim
Thereza	Thucke	Alemã	27	Baden	04/12/1924	Católica	-	-
Hernin	Thucke	Alemã	2 ½	Baden	04/12/1924	Católica	-	-
Hema	Thucke	Alemã	4 ½	Baden	04/12/1924	Católica	-	-
Friedrich	Vallkopf	Alemã	27	Bayern	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Dorotheia	Vallkopf	Alemã	26	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Georg	Vallkopf	Alemã	3	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Friedriger	Albert	Alemã	28	Orania	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Georg	Lang	Alemã	31	Bayern	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Anna	Lang	Alemã	28	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Hans	Lang	Alemã	1	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Gheorge	Hill	Alemã	32	Bayern	02/05/1924	Católica	Serralheiro	Sim
Catharina	Hill	Alemã	30	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Checrc	Hill	Alemã	9	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Heinrich	Hill	Alemã	7	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Hildgard	Hill	Alemã	4	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Alfred	Hill	Alemã	9/12	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Gustav	Kintzler	Alemã	20	Bayern	02/05/1924	Católica	Serralheiro	Sim
Gustav	Stockmam	Alemã	34	P. Udine	13/04/1921	Acatólica	Agricultor	Sim
Hans	Laubmeister	Alemã	23	Bayern	02/05/1924	Católica	Negociante	Sim
Heinrich	Koch	Alemã	20	Bayern	02/05/1924	Católica	Agricultor	Sim
Heinrich	Schemann	Alemã	42	Argentina	02/05/1924	Acatólica	E. Ferroviário	Sim
Augusta	Schemann	Alemã	37	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Paul	Schemann	Alemã	16	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Frieda	Schemann	Alemã	14	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Rosa	Schemann	Alemã	12	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Gerhard	Schemann	Alemã	4	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Hermann	Kaesbohre r	Alemã	22	San Martin	02/05/1924	Acatólica	E. Ferroviário	Sim
Maria	Kaesbohre r	Alemã	22	San Martin	02/05/1924	Acatólica	-	-
Hermann	Sochmann	Alemã	28	Antonio Delfino	06/06/1924	Católica	Agricultor	Sim
Karl	Sochmann	Alemã	20	Antonio Delfino	06/06/1924	Católica	-	-
Hinirich	Breheu	Alemã	20	Galicia	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Hugo	Habemann	Alemã	38	Bayern	02/05/1924	Católica	Agricultor	Sim
Frieda	Habemann	Alemã	37	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Paulo	Habemann	Alemã	15	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Walter	Habemann	Alemã	17	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Heerich	Habemann	Alemã	13	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Wilhelm	Habemann	Alemã	10	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Frieda	Habemann	Alemã	9	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Hugo	Kreiten	Alemã	36	Bayern	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Khatan	Kreiten	Alemã	37	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Karl	Kreiten	Alemã	17	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Helena	Kreiten	Alemã	14	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-

Jacob	Bohland	Alemã	36	Bayern	02/05/1924	Católica	Negociante	Sim
Otilia	Bohland	Alemã	31	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Anna Luiza	Bohland	Alemã	11	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Theodor	Geis	Alemã	24	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Jacob	Herins	Alemã	41	Curvello	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Johan	Bleisteiner	Alemã	43	Indiana	08/02/1921	Acatólica	Agricultor	Sim
Johann	Schwmann	Alemã	30	Bayern	02/05/1924	Católica	Agricultor	Sim
Edviges	Schwmann	Alemã	37	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Segismund	Schwmann	Alemã	4	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Johann	Topp	Alemã	26	Bayern	02/05/1924	Católica	Agricultor	Sim
Johannes	Prenun	Alemã	24	Artus	12/11/1934	Acatólica	Agricultor	Sim
Karl	Ballueser	Alemã	32	Rugia	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Karl	Breche	Alemã	19	Hoedic	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Karl	Gallasche	Alemã	32	Argentina	06/09/1921	Acatólica	Agricultor	Sim
Anni	Gallasche	Alemã	21	Argentina	06/09/1921	Acatólica	-	-
Gertha	Gallasche	Alemã	1	Argentina	06/09/1921	Acatólica	-	-
Karl	Geis	Alemã	40	Argentina	02/05/1924	Acatólica	Pintor	Sim
Maria	Geis	Alemã	41	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Karl	Geis F.	Alemã	19	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Fretz	Geis	Alemã	18	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Gustav	Geis	Alemã	17	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Andreas	Geis	Alemã	13	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Rosina	Geis	Alemã	11	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Margarethe	Blehsteiner	Alemã	42	Poconé	01/10/1921	Acatólica	Doméstica	Sim
Hans	Blehsteiner	Alemã	14	Poconé	01/10/1921	Acatólica	-	-
Wilhelm	Blehsteiner	Alemã	9	Poconé	01/10/1921	Acatólica	-	-
Frieda	Blehsteiner	Alemã	8	Poconé	01/10/1921	Acatólica	-	-
Irma	Blehsteiner	Alemã	4	Poconé	01/10/1921	Acatólica	-	-
Mathilde	Flecher	Austríaca	60	Celria	01/07/1921	Católica	Diversos	Sim
Ludovica	Flecher	Austríaca	33	Celria	01/07/1921	Católica	-	-
Max	Müller	Alemã	32	Sierra Ventana	12/11/1924	Acatólica	Serralheiro	Sim
Katharina	Müller	Alemã	29	Sierra Ventana	12/11/1924	Acatólica	-	-
Heinrich	Müller	Alemã	7	Sierra Ventana	12/11/1924	Acatólica	-	-
Hans	Müller	Alemã	5	Sierra Ventana	12/11/1924	Acatólica	-	-
Max	Müller F.	Alemã	2	Sierra Ventana	12/11/1924	Acatólica	-	-
Oskar	Schermann	Alemã	23	Argentina	06/09/1921	Acatólica	Serralheiro	Sim
Oswald	Kühne	Alemã	20	Poconé	01/10/1921	Acatólica	Litografo	Sim
Otto	Voigt	Alemã	44	Antonio Delfino	06/06/1924	Acatólica	Serralheiro	Sim
Mina	Voigt	Alemã	38	Antonio Delfino	06/06/1924	Acatólica	-	-
Hermani	Voigt	Alemã	17	Antonio Delfino	06/06/1924	Acatólica	-	-
Paul	Canko	Alemã	23	Não consta	13/04/1921	Acatólica	Serralheiro	Sim
Paul	Stefan	Alemã	21	Bayern	06/06/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Hella	Stefan	Alemã	26	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Hilda	Stefan	Alemã	10	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Rudi	Stefan	Alemã	4	Bayern	06/06/1924	Acatólica	-	-
Paul	Zieher	Alemã	48	Argentina	02/05/1924	Acatólica	Agricultor	Sim
Meda	Zieher	Alemã	46	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-
Werner	Zieher	Alemã	21	Argentina	02/05/1924	Acatólica	-	-

Peter	Appenheimer	Alemã	32	Bayern	02/05/1924	Acatólica	Oper. Fabril	Sim
Iwa	Appenheimer	Alemã	25	Bayern	02/05/1924	Acatólica	-	-
Wilhelm	Appel	Alemã	20	Bayern	02/05/1924	Católica	Negociante	Sim
Wilhelm	Brauer	Alemã	45	Cap. Norte	02/05/1924	Acatólica	Pedreiro	Sim
Christina	Brauer	Alemã	39	Cap. Norte	02/05/1924	Acatólica	-	-
Peter	Brauer	Alemã	10	Cap. Norte	02/05/1924	Acatólica	-	-
Catharina	Brauer	Alemã	17	Cap. Norte	02/05/1924	Acatólica	-	-
Fritz	Brauer	Alemã	15	Cap. Norte	02/05/1924	Acatólica	-	-
Elze	Brauer	Alemã	10	Cap. Norte	02/05/1924	Acatólica	-	-
Wilhelm	Fischer	Alemã	31	Allianca	05/02/1890	-	Lavrador	-
Emilia	Fischer	Alemã	30	Allianca	05/02/1890	-	-	-
Wilhelm	Gebhart	Alemã	40	Bayern	02/05/1924	Católica	Agricultor	Sim
Anna	Gebhart	Alemã	41	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Anna	Gebhart	Alemã	15	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Elisabeth	Gebhart	Alemã	14	Bayern	02/05/1924	Católica	-	-
Wilhelm	Oslanczyk	Alemã	20	Argentina	06/09/1921	Católica	Agricultor	sim

Fonte:⁴²⁸

⁴²⁸ Tabela organizada pelo autor com base nos documentos “lista de bordo” do Memorial do Imigrante e do Arquivo do Estado de São Paulo, disponibilizados de forma digitalizada nos seguintes sítios: <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/passageiros.php>; <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriai/migrante/pesquisa.php>; http://memorialdoimigrante.org.br/acervodigital/passageiros.php?pesq=1&navio=San+Nicolas&periodo_ano=&periodo_ano2=&dt_ano=&dt_mes=&dt_dia=&Pesquisar=Pesquisar

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

a) Leis, decretos, ofícios, telegramas, portarias e petições:

Terras devolutas, minas e colonização. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 167.

Lei nº 102, de 10 de Julho de 1895. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 168.

Lei nº 149 de 14 de Abril de 1896. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 168.

Decreto Nº 200 de 18 de dezembro de 1907. IN: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, 1914. p. 168-171.

Ofício nº 66 – 22/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca.

Ofício nº 62, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca.

Ofício nº 68 – 23/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Ofício nº 68 – 23/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca

Ofício nº 60 – maio de 1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Ofício nº 66 – 22/05/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Ofício nº 150 – 05/11/1924 - livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Ofício de 20/08/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Ofício de 20/08/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Ofício nº 133 de 09/10/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo

Grande - Arca.

Ofício nº 147 de 31/10/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Telegrama, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Telegrama 14/05/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Telegrama 14/05/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Telegrama 05/05/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 46 de 30/09/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 59 de 19/12/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 61 de 24/12/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 2 de 14/01/1925, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 59 de 20/12/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca.

Portaria nº 4 de 21/01/1925, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 60 de 12/12/1924, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 24 de 27/07/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Portaria nº 30 de 31/08/1926, livro 76/a – Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

Petição de 1926, livro 76/a - Fundo Intendência – Arquivo Histórico de Campo Grande - Arca.

b) Mensagens, relatórios e pronunciamentos:

Município de Campo Grande. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921. Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS). 2007.

Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1925, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1925.

Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à câmara municipal referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Município de Campo Grande: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1926.

Relatório apresentado à Câmara Municipal em 2 de janeiro de 1929, pelo 1º vice intendente em exercício, Manuel Joaquim de Moraes. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Março de 2007.

Relatório apresentado à Câmara Municipal em 20 de novembro de 1929, pelo Intendente Geral Interino de Campo Grande, Dr. Ignácio Franco de Camargo em 1930. Município de Campo Grande. Cia. Melhoramentos. São Paulo. 1930.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. José Manoel Murtinho a Assembleia Legislativa em sua 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 13 de maio de 1894. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1894.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. José Manoel Murtinho a Assembleia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 13 de maio de 1895. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1895.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso Dr. Antônio Correa da Costa a Assembleia Legislativa em 1 de fevereiro de 1896. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1896.

Mensagem do vice-presidente do estado, Coronel Antônio Cesário de Figueiredo em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura, aberta em 1 de fevereiro de 1899. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1899.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa na sua segunda sessão anual da quinta legislatura, a de 2 de fevereiro de 1901. Cuiabá, Tipografia oficial. 1901.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa, na 3ª sessão anual da sua 5ª legislatura, a 3 de fevereiro de 1902. Cuiabá. Tipografia oficial. 1902.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa, na 1ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada em 10 de janeiro de 1903. Cuiabá. Tipografia oficial. 1903.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Paes Barros á

Assembleia Legislativa, na 2ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura, instalada a 3 de março de 1904. Cuiabá. Tipografia oficial. 1904.

Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Paes Barros á Assembleia Legislativa, na sua 5ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 4 de março de 1905. Cuiabá. Tipografia oficial. 1905.

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena. Rio de Janeiro. 1907.

Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa pelo Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce ao instalar a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908. Cuiabá. Estado de Mato Grosso. 1908.

Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º vice-presidente em exercício a Assembleia Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1909. Cuiabá. Tipografia oficial. 1909.

Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1ª vice-presidente em exercício à Assembleia Legislativa, ao instalar a 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1910. Cuiabá. Tipografia oficial. 1910.

Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º vice-presidente em exercício a Assembleia Legislativa ao instalar-se a 3ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1911. Cuiabá. Tipografia oficial. 1911.

Mensagem dirigida pelo Sr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do Estado à Assembleia Legislativa, ao instalar a 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 13 de maio de 1913. Tipografia oficial. 1913.

Mensagem dirigida pelo Sr. Joaquim A. da Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 13 de maio de 1914. Cuiabá. Tipografia oficial. 1914.

Mensagem dirigida pelo Ex.º Sr. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 13 de maio de 1915. Cuiabá.

Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, presidente do Estado de Mato Grosso a Assembleia Legislativa ao instalar a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916.

Relatório enviado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Francisco de Aquino Corrêa. 1920. Tip. Oficial. Cuiabá.

Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 7 de setembro de 1921 por D. Francisco de Aquino Corrêa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1921.

Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 2ª sessão ordinária da 12ª

legislatura em 13 de maio de 1922 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado. Cuiabá. Tipografia oficial. 1922.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 21 de maio de 1923, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1923.

Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1924 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1924.

Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. Tipografia oficial. 1926.

Mensagem à Assembleia Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa. Cuiabá, 13 de maio de 1927.

Mensagem apresentada pelo Dr. Mario Corrêa, presidente do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 14ª legislatura em 13/05/1929. Cuiabá. Tipografia Oficial. 1929.

Relatório apresentado à assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente Aníbal de Toledo. Cuiabá, 13 de maio de 1930. Tip. Oficial. Cuiabá.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado da agricultura, indústria e comércio, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Ano de 1925. Rio de Janeiro, Imprensa oficial, 1928.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado da agricultura, indústria e comércio, Geminiano Lyra Castro. Ano de 1926. Rio de Janeiro, Imprensa oficial, 1928.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado da agricultura, indústria e comércio, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Ano de 1924. Rio de Janeiro, Imprensa oficial, 1928.

c) **Censos:**

Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1872. Tipografia de G. Leuzinger e Filhos. Rio de Janeiro, Vol. 1 – 1872;

Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1890. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1898.

Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1900. Rio de Janeiro. Oficina da estatística. 1905

Brasil – Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1920. Rio de Janeiro.

Oficina da estatística. 1925

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Recenseamento do Brasil em 1940. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Recenseamento Geral do Brasil em 1950. Rio de Janeiro. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1956.

d) Revistas:

ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS. Campo Grande, MS: SERGRAPH, dezembro de 1991, nº 2.

ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS. Campo Grande, MS: Sergraph. Dezembro de 1993, nº4.

ARCA: revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande, (Italianos, Espanhóis e Portugueses), Campo Grande: Editora UFMS, nº 7, 2000.

ARCA: revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande. Campo Grande, MS: Sergraph. Dezembro de 1991, nº2, p. 26-27.

Folha da Serra – Revista Mensal Ilustrada – Edição Especial Dedicada ao Município de Campo Grande Agosto de 1933 – Ano II nº23.

Ouro Verde: revista ilustrada de São Paulo e Mato Grosso. Agosto de 1936.

Revista Caçula – n 5 – Fevereiro – 1949.

Revista **O observador econômico e financeiro**, nº 70, janeiro de 1947.

Revista **D'OESTE**, ano. 1, nº.1, dezembro de 1948.

Revista **Mato Grosso Ilustrado**. nº 11, julho de 1953.

e) Entrevistas:

Eva Tulux, 85 anos, aposentada. Nasceu e viveu parte da vida no núcleo colonial de Terenos. Entrevista realizada por Vinicius Rajão da Fonseca em 12 de julho de 2013.

f) Outros documentos (encartes):

A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon. Maracaju, março de 1934.

Álbun Gráfico de Mato Grosso. Corumbá, Hamburgo, 1914.

A morte de um pioneiro. **Blumenau em cadernos**. T. XV, nº 3, p. 24-26, março de 1974.

CASARIO do porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985.

HACKER, Henrique. Memórias de um colonizador. **Blumenau em cadernos**. t. III, nº 8, p. 153,154 e 157. 1967.

Pela divisão do Estado de Mato Grosso. Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte. Estabelecimento Gráfico Cruzeiro do Sul, São Paulo. 1934.

Usina de Salto Weissbach: um pouco da sua história. **Blumenau em cadernos**. T. VIII, nº 8, p. 149-151, abril de 1967.

g) **Bibliografia geral:**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. Tese de doutorado. IFCH-UNICAMP. Campinas, 1994.

_____. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, p. 111-120. 1995.

_____. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. IN: PINSKY e LUCA; Carla Bassanezi & Tania Regina (orgs). O historiador e suas fontes. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas. 2008.

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. 2001.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed., 2ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2010.

BARROS, José D'assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 5ª. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 7ª ed. - Petrópolis: Rio de Janeiro, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Sp. Editora Cia. Das Letras, 1992.

CARONE, Edgard. **A república velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)**. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*". IN: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 2. 1997.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer o que vemos: Michel Foucault – por uma História diagnóstica do presente. **História Unisinos**. Vol. 11, nº 3 – setembro/dezembro de 2007.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: **A escrita da História**. 2ª ed., Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: 3ª edição, Ed. Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Difel, 1990.

_____. A nova História cultural existe? IN: LOPES, Antonio Herculano et. all. **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-43.

COUTO, Felipe Rabelo. **“Uma chaga viva no sentimento popular”**: Rui Barbosa e a **questão do Acre (1899-1902)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2013. 145f.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) **História do Brasil Nação: 1808-2010 – A abertura para o mundo: 1889-1930 (vol. 3)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. 2012. p. 133-171.

_____. **O Brasil no prata (1882-1994)**. 2. ed. – Brasília: FUNAG, 2014. p.41-68.

FEBRVE, Lucien. **Combates pela História**. 3ª. ed. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Ditos e escritos: ética, estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

2008.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

_____. População e sociedade. IN: GOMES, Ângela de Castro. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4: Olhando para dentro – 1930-1964. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo – SP. Edições Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo, História e a escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História**. 148 (1º 2003), p. 09-34.

HERÓDOTO. **História**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

NOBREGA, Paulo de. **Poder oligárquico, nacionalização e ensino público: modernização do ensino primário em Santa Catarina (1910-1930)**. Tese (doutorado). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. 263f.

O'BRIEN, Patrícia. A História da cultura de Michel Foucault. IN: HUNT, Lynn (org.). **A nova História cultural**. 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et. all.* **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas Pontes, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio *et. al.* **O Brasil republicano**. V. 9: Sociedades e instituições (1889-1930).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimentos e silêncios. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RENK, Valquíria Elita. **Aprendi a falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná**. Tese (doutorado). Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2009. 243f.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil**

em perspectiva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 19ª edição. 1990. p. 266-273.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Brasil em perspectiva.** Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 19ª. edição. 1990. p. 162-226.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Livro I, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

VEYNE. Paul. **Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História.** 2ª edição. Brasília: editora UNB, 1982.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão política do café com leite.** Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

h) **Bibliografia específica:**

ALENCASTRO & RENAUX; Luis Felipe; Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando. (org.). **História da vida privada no Brasil: império a corte e a modernidade nacional.** v. 2. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

ALMEIDA. Mario Monteiro de. **Episódios da formação geográfica do Brasil.** Campo Grande: Alvorada, 2010. (coleção documentos para a História de Mato Grosso do Sul).

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular.** Campo Grande – MS: Ed. UNIDERP. 2003.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando Antônio. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE. Alex Sandre Marques. **O discurso do pioneirismo e suas representações: Tangará da Serra, MT (1976-1997).** Dissertação (mestrado). Porto Alegre: PUC-RS. 2009. 163f.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória.** Campo Grande: UFMS, 2006.

ARRUDA, Gilmar. *O trabalho paraguaio na Mate Laranjeira.* IN: **Arca: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS.** Campo Grande, MS: Sergraph. Dezembro de 1993, nº4, p. 44-47.

_____. **Cidades e sertões: entre a memória e história.** Bauru: Edusc, 2000 (coleção História).

Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira. **Ayumi: a saga da colônia japonesa em Campo Grande.** Campo Grande, 2008.

BARBOSA, Silas Paes. Arroz de sequeiro. IN: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz editora, 1999.

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande – MS, Ed. UFMS, 1999.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BUENO, Alexandre Marcelo. O Estado Novo e suas relações com os imigrantes. **Estudos Semióticos**, número quatro, 2008.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Era uma feira onde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua feira livre central**. Dourados – MS: Ed. UFGD, 2013.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul: cinco séculos de História**. 6ª edição. Ed. Gibim, 2009.

CAMPOS, Fausto Vieira. **Retrato de Mato Grosso**. São Paulo, Brasil. 1955.

CORRÊA, Valmir Batista. O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. IN: **CASARIO do porto de Corumbá**. Campo Grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985.

_____. CORRÊA, Valmir Batista. História e violência cotidiana de um povo armado. **Projeto História**, São Paulo, n.39, pp.57-73, jul/dez 2009.

COSTA, Edgar Aparecido. Terenos – estado do Mato Grosso do Sul: um produto de múltiplas territorialidades no coração do cerrado brasileiro. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities reserch medium**, Uberlândia, v.2, nº1, p. 146-170, jan./jun. 2011.

DOMINGUES, Cesar Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 147, p. 30-45, 2011.

DUARTE, Francisco Escobar. **Revista: O observador econômico e financeiro**, nº 70, janeiro de 1947.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul mato-grossense (1830-1910)**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.

FABRO, Maristela Fátima. **A política de nacionalização e a educação do vale do rio do peixe (1937-1945)**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 211f.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização da agricultura fluminense no século XIX. O caso do sistema agrário escravista – exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**. (ANPUH), vol. 6, nº 12, março-agosto de 1986. p. 125-

150.

FILHO, Virgílio Corrêa. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1969.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional**. Textos de História. v.3, n.2, 1995. p. 49-81.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. p. 62-83.

GUIMARÃES. Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande: UCDB, 1999.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cidades no sertão: centros de trabalho e resistência fabril. A História de Campanário e Guaira. **Rev. Territórios e Fronteiras**. Programa de Pós-grad. Em História – UFMT – V.4 – N.2 – JUL/DEZ 2003.

_____. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. **Estudos sociedades e agricultura**, 12, abril 1999. p. 148-168.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e a ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do Vale do Rio do Peixe-SC**. 1ª ed. São Paulo: PERSE. 2014.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. “Um órgão dos agricultores brasileiros”: algumas propostas da moderna agricultura na Revista Agrícola Paulista (1895-1907). **Revista História Crítica**. Ano II, nº 4, Dezembro de 2011. p. 36-63.

JÚNIOR & TRUBILIANO. Carlos Martins; Carlos Alexandre Barros. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. IN: **Revista de História Regional**. 13(2): 246-262, inverno de 2008.

LENHARO. Alcir. **A sacralização da política**. Ed. Papyrus. 1986-a.

_____. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.6, n.º12, mar./ago. 1986-b.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro, editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.

MARIN, Jérri Roberto. Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’amour ao sul da diocese de Cuiabá, em 1886. In: MARIN, Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org.). **História, Região e Identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. p.183-214.

MARTINS, Oliveira. Produção agrícola. IN: **Revista D'Oeste**. Ano 1, nº 1, dezembro de 1948.

MELO E SILVA, José de. **Canaã do Oeste (sul de Mato Grosso)**. Campo Grande, MS:

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. 1989.

MIRANDA, Mariza Santos. **Texto e contexto: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso – 1920/1934**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2001.

_____. 1924 – Educação e presença alemã no Sul de Mato Grosso. **Intermeio: revista do mestrado em educação**. Campo Grande, MS, 5/7 (9/13): p. 40-51, 1999/2001.

MORENO, Gislaine. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**. Florianópolis, v.14, nº. 27, p. 67-90, jan/jun. 1999.

_____. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/Ed.UFMT, 2007.

MOTTA, Márica; MENDONÇA, Sônia Regina. Continuidade nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República. IN: **Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. VI, 2002. p. 127-147.

NAGLIS. Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. Dourados, MS: UFGD, 2007. (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho. **Imigração Sírio-libanesa em Campo Grande e o clube libanês**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2010.

PEREIRA. Eliane Manso. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista**, 2 (1): 113-129, jan./jun., 1997.

QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997.

_____. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Primeiro encontro de pós-doutores do PPGH/UFF, 2010, Niterói. **Anais do I e do II encontro de pós-doutores do PPGH/UFF**. Org. por Carolina Dantas e Martha Abreu. Niterói: PPGHistória/UFF, 2010. p. 1-19.

_____. Joaquim Murtinho: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.23, nº45, p.125-146, janeiro-junho de 2010.

_____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e Estado nacional brasileiro. IN: MARIN. Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs). **História, região e identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do**

Brasil na primeira metade do século 20. Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

RIBEIRO, Lélia Rita Figueiredo. **O Homem e a terra.** Editora do Senado Federal. Síntese da história de Mato Grosso do Sul. 1993.

RODRIGUES, José Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul.** São Paulo. Editora do escritor, 2ª edição 1993.

_____. **Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um Estado.** São Paulo: Vaner Bicego edições, 1978.

SANTANA, Daniela. **Alianças multifacetadas: colonização de Juara – Mato Grosso: discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008).** Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2009.

SILVA, Aldina Fernandes. **Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – gleba Rio Ferro (1950-1960).** Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2004.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977).** Cuiabá: EdUFMT, 1996.

_____. Um Truste encravado no Sul de Mato Grosso (1882-1950). **Revista: Coletâneas de nosso tempo,** Cuiabá, v. 01, p. 26-44, 1997.

SILVA, Márcio Antônio Both da. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925).** Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, UFF, 2011.

SOARES, Lindamar Etelvino Santos. **Escola de iniciação agrícola “Gustavo Dutra”: o poder disciplinador no contexto do ensino agrícola de Mato Grosso (1947-1956).** Cuiabá, 2007. 86 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril.** Campo Grande, MS. Editora Alvorada, 2009. (Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul).

STEIN, Marcos Nestor. Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. **História: Debates e Tendências** – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 108-123.

WEINGARTNER, Alisolet. Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930).** Edições EST, Porto Alegre, 1995.

WERLE, Márcio José. **“Um por todos e todos por um”: uma história das Caixas Rurais.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. 211p.

i) **Locais pesquisados:**

Arquivo Histórico de Campo Grande/ MS.

Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande/MS.

Arquivo do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI – Campo Grande/MS.

Arquivo Público de Mato Grosso do Sul /MS.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/ SP.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro/RJ.

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau/SC.

Biblioteca Pública Estadual Isaias Paim/MS.

Biblioteca Aparecida Lopes de Oliveira – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB, Campo Grande/ MS.

Museu da imigração do estado de São Paulo/SP.

Prefeitura Municipal de Terenos /MS.

Projeto integrado Arquivo do Estado/ Universidade de São Paulo – PROIN /SP.